UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

ELAINE CRISTINA MIRANDA KOEBSCH

Estudo da área de turismo: em busca da adequação dos critérios de avaliação Qualis

São Paulo
2017

ELAINE CRISTINA MIRANDA KOEBSCH

Estudo da área de turismo: em busca da adequação dos critérios de avaliação Qualis

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na área de Concentração Cultura e Informação, Linha de Pesquisa Gestão de Dispositivos de Informação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como cumprimento aos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Mugnaini.

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Koebsch, Elaine Cristina Miranda

Estudo da área de turismo: em busca da adequação dos critérios de avaliação Qualis / Elaine Cristina Miranda Koebsch. - - São Paulo: E. C. P. Miranda, 2017.

185 f.

Tese (Doutorado em Ciência da informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Orientador, Rogério Mugnaini

Bibliografia

1. Turismo. 2. Comunicação Científica. 3. Indicadores Bibliométricos. 4. Periódicos científicos. 5. Avaliação. 6. Qualis.

I. Mugnaini, Rogério, orientador. II. Título

CDD 21.ed. - 020

TERMOS DE APROVAÇÃO

Nome do autor: Elaine Cristina Miranda Koebsch

Título da Tese: Estudo da área de turismo: em busca da adequação dos critérios de avaliação
Qualis

Presidente da banca: Prof. Dr. Rogério Mugnaini

Banca Examinadora

Prof.^a. Dra. Asa Fujino

Instituição: ECA – USP

Prof.^a. Dra. Mirian Rejowski

Instituição: Universidade Anhembi Morumbi

Prof. Dr. Eduardo H. Diniz

Instituição: Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr. Luiz Gonzaga G. Trigo

Instituição: EACH - USP

Prof. Dr. Adilson Luiz Pinto

Instituição: UFSC

Aprovada em 10 de abril de 2017.

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Alexandre, companheiro, de quem sempre escutei inúmeras palavras de incentivo, me apoiando nos momentos de dificuldades, e com quem sempre posso contar.

Aos meus filhos Enzo, Camila e Leonardo, alegria da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Rogério Mugnaini, pela oportunidade proporcionada, na execução desta pesquisa, e pela compreensão ao longo desta jornada. Obrigada por sua amizade, por seus conselhos, pelo trabalho de orientação e pela paciência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, aos seus professores e colaboradores.

Ao Prof. Dr. Jesús Mena-Chalco que permitiu o uso da ferramenta ScriptLattes , auxiliando na coleta de dados.

À Prof^a. Dra. Mirian Rejowski pelo carinho, apoio e ajuda incondicionais.

Ao Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo pelo incentivo ao longo de toda carreira acadêmica e profissional.

Aos Professores Eduardo Diniz e Ismael Rafols pelos valiosos comentários por ocasião da Banca de qualificação.

Aos meus familiares que souberam compreender minhas ausências, em especial ao meu marido Alexandre, pelo apoio, carinho e compreensão.

Aos meus pais pelo apoio irrestrito em todos os momentos de minha vida.

Aos meus colegas de curso, em especial a Liliane Pio e Angélica Alves de Paula que me acompanharam durante este percurso e me auxiliaram em diversas fases, pelo carinho e pela amizade.

E a Deus, o Ser supremo, que me permitiu mais esta conquista, em meio a esta jornada para torná-la ainda mais instigante e me deu forças para continuar.

RESUMO

KOEBSCH. Elaine C. P. **Estudo da área de turismo: em busca da adequação dos critérios de avaliação Qualis**. 2017. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O objetivo da pesquisa é analisar a comunicação científica da área de Turismo para fornecer subsídios à política científica na avaliação da produção com base nas suas características. Parte do questionamento sobre a adequação dos critérios de avaliação da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, analisando se as três subáreas são atendidas da mesma maneira. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem quantitativa dos dados, baseada na análise dos documentos das grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, dos periódicos classificados na área Administração, Ciências Contábeis e Turismo e dos currículos Lattes dos pesquisadores dos PPG's da área de Turismo. Está estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro a introdução e o último as conclusões. O capítulo 2 inicia traçando um panorama da evolução da ciência para, em seguida, tratar da comunicação científica e da avaliação. Para tanto se utiliza do conhecimento da Ciência da Informação. O terceiro capítulo apresenta alguns estudos sobre como a área de Turismo e suas abordagens, bem como algumas considerações sobre a comunicação científica na área e a avaliação. Os procedimentos metodológicos utilizados são apresentados no capítulo 4, e as análises dos dados no capítulo 5. Os resultados apontam que, Administração, Ciências Contábeis e Turismo são áreas em diferentes estágios de desenvolvimento, o que resulta em magnitudes incomparáveis, de número de programas de pós-graduação, de pesquisadores e de produção científica, e que redundam em uma estrutura de comunicação científica mais consolidada, com periódicos melhor estabelecidos - os critérios utilizados favorecem a ADM, cujos periódicos predominam nos estratos mais altos. Observou também que os pesquisadores de Turismo têm grande parte das suas publicações em eventos, seguida de artigos em periódicos nacionais, na maioria classificados no estrato B3 do Qualis. Destaca o fato que essas características podem levar a uma subavaliação da sua produção. Conclui que é necessária uma adaptação do modelo de avaliação Qualis da Capes para a área que considere seu estágio de desenvolvimento e sua produção, que considere a participação em eventos, e valorize a sua identidade social e humana, não sendo somente uma atividade econômica.

Palavras-chave: Turismo. Comunicação científica. Indicadores bibliométricos. Periódicos científicos. Avaliação. Qualis.

ABSTRACT

KOEBSCH. Elaine C. P. Study of the tourism area: in search of the adequacy of Qualis evaluation criteria. 2017. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The objective is analyze the scientific communication of the Tourism area research to provide subsidies for scientific research in the evaluation of production at the national level based on its characteristics. It starts questioning about the adequacy of the evaluation criteria of the tourism area, comparing it with Administration and the Accounting Sciences the other subareas that are classified together, to identify if they correspond at the same way to the three subareas. This is a descriptive exploratory research with a quantitative data approach that was carried out through analyzes of the area documents from the major areas of Applied Social Sciences and Humanities, through the periodicals classified in the area of Administration, Accounting and Tourism and analysis of Lattes data of the researchers from the postgraduate programs of the Tourism area. It is structured in six chapters, the first makes and introduction and the last present some conclusions. Chapter 2 begins by drawing a panorama of the evolution of science and scientific knowledge and then dealing with scientific communication and evaluation. To do so, the tools of Information Science were used. The third chapter presents some of the main studies on tourism and its approaches, as well as some considerations about scientific communication in the area and evaluation. The methodological procedures were presented on chapter 4 and the data analyzes were done in chapter 5. The results point out to the Administration, Accounting Sciences and Tourism are areas at different stages of development and the criteria used are better for Administration, a larger area. It also notes that tourism researchers have a large part of their publications in events, followed by articles in national journals, most of them classified as B3. It draws attention to the fact that these characteristics could lead to underestimation of their production. It concludes the Capes Qualis evaluation model needs to be adapted, based on other types of criteria, more qualitative rather than quantitative, that valorize the human and social aspects of tourism.

Keywords: Tourism. Scientific Communication. Bibliometric Indicators. Scientific Journals. Evaluation. Qualis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de Newcomb	40
Figura 2 – Modelo circular de Schramm	41
Figura 3 – Modelo tradicional de Garvey e Griffith.....	42
Figura 4 – Modelo tradicional de Garvey e Griffith adaptado por Hurd (2000)	43
Figura 5 – Modelo modernizado Garvey e Griffith.....	44
Figura 6 – Comunicação científica: um modelo para 2020.....	45
Figura 7 – Modelo híbrido do processo de comunicação científica	45
Figura 8 – Comunicação científica num mundo digital	46
Figura 9 – Modelo UNISIST – o fluxo da informação científica e técnica.....	47
Figura 10 – Adaptação de Søndergaard et al. (2003) de Garvey & Griffith (1972).....	49
Figura 11 – O modelo UNISIST revisitado.....	50
Figura 12 – <i>Inputs e outputs</i> dos produtores de conhecimento	51
Figura 13 – Diagrama de Contexto.....	54
Figura 14 – A0 - Fazer pesquisa, comunicar e aplicar os resultados - <i>breakdown</i>	55
Figura 15 – A1 - Financiamentos	56
Figura 16 – Planejamento da Pesquisa: visibilidade e acessibilidade da produção científica	71
Figura 17 – Colégios, grande áreas e áreas CAPES	75
Figura 18 – Estudo do Turismo – Disciplinas e abordagens	82
Figura 19 – Modelo de produção do conhecimento em Turismo de John Tribe.....	86
Figura 20 – Fases teóricas do turismo por Alexandre Panosso Netto	90
Figura 21 – Sistema de turismo de Leiper	91
Figura 22 – Modelo de sistema de Turismo (SISTUR) de Mário Carlos Beni	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de programas	127
Gráfico 2 – Nível de adesão das Áreas de Avaliação aos critérios do Tópico I, "Dados de identificação da obra", segundo Grande área e triênio.	138
Gráfico 3 – Nível de adesão das Áreas de Avaliação aos critérios do Tópico II, "Avaliação pela comissão de classificação de livros", segundo Grande área e triênio.....	139
Gráfico 4 – Nível de adesão das Áreas de Avaliação aos critérios do Tópico III, "Avaliação do conteúdo da obra", segundo Grande área e triênio.	140
Gráfico 5 – Distribuição dos periódicos ADM/CON/TUR	142
Gráfico 6 – Distribuição dos periódicos segundo áreas adjacentes abrangidas no escopo temático dos periódicos de ADM/CON/TUR	142
Gráfico 7 – Áreas onde publicam pesquisadores de ADM/CON/TUR.....	143
Gráfico 8 – Nacionalidade dos periódicos de ADM/CON/TUR	145
Gráfico 9 – Idioma de publicação dos periódicos de ADM/CON/TUR.....	145
Gráfico 10 – Frequência de publicações em periódicos (ano e área do periódico)	155
Gráfico 11 – Publicações em periódicos estrangeiros (ano e área do periódico)	156
Gráfico 12 – Frequência de publicações em periódicos (estrato e área do periódico).....	158
Gráfico 13 – Publicações em periódicos estrangeiros (estrato e área do periódico)	158
Gráfico 14 – Frequência de publicações em periódicos (PPGs e área do periódico)	161
Gráfico 15 – Publicações em periódicos estrangeiros (PPGs e área do periódico)	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Distinções básicas entre os canais formais e informais de comunicação	32
Quadro 2 – Campos de estudo da comunicação	40
Quadro 3 – Visão geral da divisão hierárquica do modelo SCLC (BJÖRK, 2007):	53
Quadro 4 – Abordagem dos estudos do Turismo	87
Quadro 5 – Cursos de pós-graduação na década de 1990	107
Quadro 6 – Cursos de pós-graduação na década de 2000	108
Quadro 7 – Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Turismo e áreas afins.....	109
Quadro 8 – Peso do quesito e peso do item	117
Quadro 9 – Programas de Pós-graduação analisados	122
Quadro 10 – Número de pesquisadores por IES.....	123
Quadro 11 – Total de publicações por ano	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento do número de programas e cursos nos triênios.....	126
Tabela 2 – Grupos de áreas de avaliação considerando a frequência de uso de indicadores, bases de indexação e outras características dos periódicos.....	129
Tabela 3 – Pesos da avaliação de periódicos, livros e eventos (quesito 4 – Produção Intelectual).....	131
Tabela 4 – Classificações dos periódicos (T4 e T5).....	144
Tabela 5 – Periódicos das grandes editoras comerciais.....	147
Tabela 6 – Classificações dos periódicos de ADM (T4).....	148
Tabela 7 – Classificações dos periódicos de ADM (T5).....	149
Tabela 8 – Classificações dos periódicos de CON (T4).....	149
Tabela 9 – Classificações dos periódicos de CON (T5).....	150
Tabela 10 – Classificações dos periódicos de TUR (T4).....	150
Tabela 11 – Classificações dos periódicos de TUR (T5).....	151
Tabela 12 – Classificações dos periódicos de outras áreas (T4).....	151
Tabela 13 – Classificações dos periódicos de outras áreas (T5).....	152
Tabela 14 – Tipos de publicações.....	153
Tabela 15 – Total das publicações por PPG.....	154
Tabela 16 - Periódicos por estrato e por ano de publicação.....	157
Tabela 17- Publicações por PPG.....	159

LISTA DE SIGLAS

ABDETH	Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria
ADM/CON/TUR	Administração/Ciências Contábeis/Turismo
ANPTUR	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
ANT/AQL	Antropologia/Arqueologia
AO	Conjunto das ações operacionais (AO)
ARQ-URB/DGN	Arquitetura-Urbanismo/Design
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEATEL	Centro de Estudos de Administração Hoteleira e Turismo
CC	Comunicação científica
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPO/RIN	Ciência Política/Relações Internacionais
CSA	Ciências Sociais Aplicadas (Grande área)
CSO	Ciências Sociais Aplicadas I
CTC	Comitê Técnico e Científico
DIR	Direito
EACH	Escola de Artes, Ciências e Humanidades
ECA	Escola de Comunicações e Artes
ECO	Economia
EDU	Educação
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ES	Espanhol (idioma)
EST	Estrangeiros
FI	Fator de Impacto
FIL/TEO	Filosofia/Teologia
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FR	Francês (idioma)
GEO	Geografia
HIS	História
HUM	Humanas
ICSU	Conselho Internacional das Uniões Científicas
IE	Instituição de Ensino

IES	Instituição de Ensino Superior
IH	Índice h
IN	Inglês (idioma)
INDERSCIENCE	Inderscience Publishers
INT	Interdisciplinar
IPR	International Publication Ratio
ISI	Institute for Scientific Information
ISO	Organização Internacional para Padronização
JCR	Journal Citation Reports
NAC	Nacionais
OA	Open Access
OE	Conjunto da organização estrutural (OE)
OJS	Open Journal Systems
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PPG(s)	Programa(s) de pós-graduação
PSI	Psicologia
PT	Português (idioma)
PUR/DEM	Planejamento Urbano e Regional/Demografia
RA	Conjunto das relações ambientais
SAGE	Sage Publications Inc
SARS	Síndrome respiratória aguda grave
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SCLC	Scientific Communication Life Cycle Model
SD	Sem dados
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SISTUR	Sistema de Turismo
SOC	Sociologia
SSO/EDO	Serviço Social/Economia doméstica
TAYLOR	Taylor & Francis
TEC	Tertiary Education Commission
UAM	Universidade Anhembi Morumbi
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UECE	Universidade Estadual do Ceará

UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNA	Centro Universitário UNA
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIBERO	Centro Universitário Ibero Americano
UNISIST	United Nations International Scientific Information System
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
USP	Universidade de São Paulo
WILEY	John Wiley & Sons, Inc

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Perguntas de pesquisa.....	18
1.2 Hipóteses	19
1.3 Objetivos.....	19
2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E AVALIAÇÃO.....	22
2.1 Ciência da informação: a construção do conceito	24
2.2 Caracterização geral da comunicação científica.....	31
2.2.1 Canais de comunicação e a importância dos periódicos.....	31
2.2.2 A comunidade e a comunicação científica	36
2.2.3 Modelos de comunicação científica	39
2.2.4 Especificidades das diferentes áreas do conhecimento	58
2.3 Indicadores bibliométricos	62
2.4 Avaliação e internacionalização da produção científica.....	69
2.4.1 Agências de fomento e financiamento da pesquisa no Brasil	70
2.4.2 Sistema de avaliação Qualis - CAPES	72
3 QUESTÕES SOBRE A ÁREA DE TURISMO.....	78
3.1 Conhecimento científico em turismo e os aspectos disciplinares.....	78
3.1.1 As primeiras abordagens	81
3.1.2 Fases paradigmáticas	88
3.1.3 A visão da Teoria Geral dos Sistemas	90
3.1.4 Abordagens contemporâneas – a pós-disciplinaridade.....	92
3.1.5 A influência das disciplinas na pesquisa em Turismo	98
3.2 As comunidades acadêmicas em Turismo: um processo de consolidação.....	101
3.2.1 O ensino do Turismo	102
3.2.2 Pós-graduação em Turismo no Brasil.....	106

3.3 Comunicação científica e a avaliação.....	110
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	113
4.1 Tipo de pesquisa	113
4.2 Fontes de dados e população do estudo	114
4.2.1 Critérios de avaliação da produção científica dos PPGs – CSA e HUM	115
4.2.2 Estudo dos periódicos.....	119
4.2.3 Mapeamento do perfil de publicação dos pesquisadores.....	122
5 Resultados.....	125
5.1 Critérios de avaliação - análise dos documentos de área – CSA e HUM.....	125
5.1.1 Número de programas	125
5.1.2 Critérios do roteiro de classificação de periódicos	128
5.1.3 Peso considerado pelas áreas para publicação em cada estrato.....	131
5.1.4 Atribuição de notas 6 e 7 – Internacionalização/inserção internacional	132
5.1.5 Critérios do roteiro de classificação de livros	135
5.2 Estudo dos periódicos – ADM/CON/TUR.....	141
5.3 Perfil dos pesquisadores – Turismo.....	152
6. CONCLUSÕES	164
REFERÊNCIAS	167
ANEXOS	178
APÊNDICES	183

1 INTRODUÇÃO

O Turismo é considerado um campo recente de estudos e pesquisas no Brasil, que teve seu início com o ensino superior de graduação no início dos anos de 1970 (REJOWSKI,1997). Consequentemente, seu processo de comunicação científica vem se desenvolvendo neste período recente, apresentando crescimento nos últimos anos, inclusive no que diz respeito aos artigos e periódicos. No entanto o número de títulos desses veículos de comunicação científica não é abundante, quando comparados às listas de periódicos editados no exterior em Turismo e Hotelaria.

Desde o início, o estudo da atividade turística foi influenciado pela área de formação dos pesquisadores e realizado dentro de diferentes áreas do conhecimento, fato esse que possibilita diversas abordagens que envolvem desde aspectos econômicos e administrativos até os aspectos sociológicos que envolvem a interação entre os indivíduos.

Como consequência do volume de informação gerado pelo crescimento em diversas áreas de especialidade da ciência, tem-se uma clara demanda de indicadores para avaliação da produção científica, pelo fato desta produção ser, ao mesmo tempo, insumo e produto da ciência. Diante deste cenário, os estudos na área de Ciência da Informação, baseados em teorias e métodos bibliométricos e cientométricos, permitem a compreensão de diversos aspectos da comunicação científica, ao levar em conta a realidade dos diferentes países, áreas e fontes de informação. As análises e reflexões decorrentes desses esforços visam auxiliar o desenvolvimento da pesquisa no Brasil, à medida que fornecem subsídios para as políticas de informação e de comunicação científica e tecnológica.

Com o desenvolvimento da informática, e posteriormente da internet, percebe-se a criação de diversas publicações eletrônicas *on-line* em turismo, que ao mesmo tempo suscita questionamentos sobre sua qualidade, o que pode decorrer do fato de se tratar de uma comunidade ainda em formação. Percebe-se então a necessidade de estudar seu processo de comunicação científica, mais especificamente o processo de avaliação da produção científica produzida nesta área, em âmbito nacional.

Para tanto, se faz importante analisar o perfil de publicação dos pesquisadores da área de Turismo, a fim de identificar se os critérios utilizados na avaliação dos Programas de Pós-Graduação da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo poderiam ser mais coerentes com esta área, considerando suas especificidades, em contraposição às características das outras subáreas avaliadas em conjunto. Para ir mais além, e ao mesmo tempo evitar uma visão endógena da área de Turismo, seria prudente empreender uma análise

mais ampla das áreas de avaliação circunscritas nas grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas (CSA), assim como as de Ciências Humanas (HUM), classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O conhecimento da evolução do processo de avaliação praticado por cada uma das áreas de avaliação pode direcionar possíveis olhares para a busca da adequação dos critérios utilizados para a área de Turismo.

A escolha deste tema, que ainda é pouco estudado no Brasil, contudo desperta interesse de alguns autores internacionais, surgiu da inquietação da autora quanto à adequação dos critérios de avaliação da Administração, Ciências Contábeis e Turismo, pertencente à grande área de Ciências Sociais Aplicadas. O interesse pela comunicação científica parte das pesquisas realizadas desde o mestrado, quando foram analisados os periódicos científicos da área de Turismo e Hospitalidade (MIRANDA, 2012). Os periódicos científicos são de grande relevância para a divulgação da ciência, pois funcionam como arquivo do conhecimento e das reflexões atuais, contribuindo de forma eficiente para o registro e divulgação rápida da produção científica.

Ao realizar uma revisão sobre o tema na literatura, observou-se que é um assunto pouco estudado, e carente de contribuições, como destacam Mugnaini e Sales (2011, p.2370, grifo nosso) sobre: “a importância de uma **análise comparativa entre as diferentes áreas**, uma vez que muitas críticas vêm sendo feitas pelos pesquisadores da própria área, mas nem sempre pautadas nos logros já evidenciados por outras áreas de avaliação”.

Población e Noronha (2002, p.98) apontam que “a produção do conhecimento gerado nas universidades é divulgada em diferentes canais que variam de área para área, ou mesmo de pesquisa para pesquisa (...)”. Na área de Turismo, os estudos relacionados à escolha destes canais são escassos, evidenciando a carência de estudos deste tipo. Dentre as dúvidas despertadas estão: a forma como essa comunidade se organiza no que diz respeito ao seu padrão de autoria (nacional ou internacional); o público a que se destina a pesquisa (público alvo); decisão de onde publicar (preferência por livros, coletâneas ou periódicos locais, nacionais ou internacionais).

Ainda dentro deste contexto, Velho (2010), destaca que foram desenvolvidos indicadores científicos, de natureza bibliométrica, que cada vez mais auxiliam nas decisões de onde alocar recursos do governo para pesquisas, antes feito pelos próprios cientistas. Tais indicadores derivam da produção científica, que consiste do conjunto de publicações geradas durante e após a realização da pesquisa cuja importância é amplamente reconhecida, uma vez

que “o desenvolvimento político-econômico e social dos países se encontra diretamente relacionado ao seu desenvolvimento científico” (GRACIO; OLIVEIRA, 2013, p. 75).

Oddone e Gomes (2005, p. 5) elaboraram uma proposta de classificação temática para a área de Ciência da Informação (CI), baseando-se em diversas classificações existentes, porém com a introdução de novas classes e subclasses, numa “tentativa de contemplar temas e subtemas que acabam por ficar obscurecidos nas classificações disponíveis”. A proposta busca abranger não só a produção científica do momento presente, mas todo o universo temático da CI na atualidade.

De acordo com a taxonomia estruturada em dez categorias gerais, cada uma com subcategorias de assuntos específicos, apresentadas na íntegra no anexo I, esta tese de doutorado se enquadra na seguinte categoria:

Comunicação, divulgação e produção editorial, quando aborda aspectos de normalização, indicadores de produtividade científica, estudos bibliométricos, cienciométricos e infométricos.

A relevância da proposta fundamenta-se na possibilidade do uso de seus resultados para auxiliar a avaliação da produção científica da área de Turismo, com base no estudo do processo da comunicação científica e do perfil de publicação de sua comunidade acadêmica.

Quanto à originalidade, justifica-se pela lacuna encontrada durante a revisão bibliográfica, que permitiu a identificação de críticas aos sistemas de avaliação, análises descritivas acerca destes sistemas, reflexões teóricas, critérios de qualidade, porém não se verificou a análise da área de Turismo, no que diz respeito ao processo da comunicação científica, e nem do perfil de seus pesquisadores.

Entende-se a importância deste trabalho como uma contribuição para a comunidade científica de modo geral: estudiosos e acadêmicos das áreas de Turismo, Ciência da Informação e afins; além de fornecer elementos para a análise crítica do processo de definição de critérios adotados pela política científica atual.

1.1 Perguntas de pesquisa

Os critérios de avaliação da área de Turismo estão adequados ao contexto da comunicação científica da área e ao perfil de publicação dos pesquisadores?

Este problema nos leva a questões secundárias que serão exploradas ao longo da tese:

- ✓ Onde estão publicando os pesquisadores da área de Turismo?

- ✓ Como está a área de Turismo em comparação com as outras áreas?
- ✓ É adequado Turismo estar classificado com Administração e Ciências Contábeis?
- ✓ Algumas destas áreas se favorecem com os critérios atuais em detrimento de outra(s), ou pode-se dizer que as três áreas são atendidas da mesma maneira?

1.2 Hipóteses

H1: Os critérios avaliativos podem não ser adequados à área, sendo necessária a identificação de áreas cujos critérios atendam às características do Turismo. A subárea tem características muito diferentes da área de avaliação a que pertence, se assemelhando mais a outras áreas de avaliação da grande área a que pertence.

H2: Os periódicos de Turismo não alcançam a mesma classificação Qualis que os das áreas de Administração e Ciências Contábeis.

H3: Os pesquisadores da área de Turismo são prejudicados, dado seu perfil de publicação nos periódicos da própria área, e de maneira geral, em periódicos nacionais.

1.3 Objetivos

Objetivo geral

- ✓ Fornecer subsídios para a política científica na avaliação da produção em âmbito nacional com base nas características da comunicação científica da área de Turismo.

Objetivos específicos

Para H1:

- a) Analisar os critérios de avaliação das grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, observando em que nível cada subárea de Administração, Ciências Contábeis e Turismo se adequa aos critérios de sua grande área.

Para H2:

- b) Analisar a distribuição dos periódicos nos estratos de classificação Qualis, de acordo com sua classificação temática (Administração, Ciências Contábeis ou Turismo).

Para H3:

- c) Determinar o perfil de publicação dos pesquisadores da área de Turismo para entender suas estratégias de publicação.
- d) Monitorar as tendências da pesquisa na área (nacional/internacional).

Objetivo teórico

- ✓ Analisar a influência da avaliação no processo de comunicação científica, no intuito de caracterizar a área de Turismo e diferenciar seu perfil de comunicação científica, em relação a sua área de avaliação e grande área.

Objetivo prático

- ✓ Elaborar um panorama da área de Turismo a partir do estudo das características de comunicação científica de suas subáreas adjacentes e do perfil de publicação de seus pesquisadores.

Pretende-se que este estudo seja uma contribuição para Ciência da informação em se tratando da abordagem de aspectos da comunicação científica para elaborar um panorama da área de Turismo, considerando o processo de avaliação de suas áreas adjacentes, assim como das demais áreas de avaliação de CSA e HUM, com o objetivo de auxiliar as discussões sobre uma avaliação mais coerente da produção científica. A análise das áreas visa evitar uma visão endógena do Turismo bem como identificar diferenças e semelhanças entre as mesmas.

O estudo da área de Turismo pode auxiliar na gestão da produção nacional, fornecendo subsídios para a política científica de avaliação da produção e favorecer toda a comunidade acadêmica. Além disso, pode identificar uma alternativa para ampliar a visibilidade e uso do conhecimento gerado na área a partir de informações de cunho científico que demonstram a realidade da área no contexto atual.

A pesquisa inicia traçando um panorama da evolução da ciência e do conhecimento científico para, em seguida, tratar da comunicação científica e da avaliação. Para tanto se utiliza da Ciência da Informação, disciplina que a tem como objeto de estudo a comunicação científica através da produção, comunicação e uso da informação. São apresentados modelos de comunicação que serviram como base para os modelos de comunicação científica que foram estudados e adaptados ao longo dos anos de acordo com as mudanças ocorridas, principalmente a partir do uso dos meios eletrônicos de comunicação. Dentro deste contexto, destaca que cada comunidade científica apresenta um padrão de comportamento que influencia diretamente tanto a atividade de pesquisa quanto a forma de comunicá-la, por exemplo, em eventos, livros ou artigos de periódicos. Em se tratando da avaliação, aponta que o uso de indicadores bibliométricos tem sido cada vez mais frequente, influenciando a forma de publicação, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas públicas e de tomadas de decisões. E em se tratando do Brasil, destaca o papel das agências de fomento, em especial

o sistema de avaliação Qualis, da CAPES que está relacionado ao desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no país, com objetivo de assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado através de uma avaliação realizada quadrienalmente.

O capítulo 3 apresenta alguns dos estudos principais sobre como a área de Turismo tem sido abordada ao longo dos anos. Inicia com a proposta de Jafari e Richie (1981), destacando outros autores que levantam questões sobre multi, inter, e transdisciplinaridade, bem como apresenta a proposta de Cole (2006; 2009) que aponta a importância da abordagem pós-disciplinar nos estudos relacionados ao Turismo. Finaliza elaborando um panorama da evolução dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, e apresentando algumas considerações sobre a comunicação científica na área e a avaliação.

Os procedimentos metodológicos utilizados são apresentados no capítulo 4, onde foi feita uma descrição das fontes de dados e da população do estudo, composta por: Critérios de avaliação da produção científica dos programas de pós-graduação das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas; Estudo dos periódicos das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo; e mapeamento do perfil de publicação dos pesquisadores dos programas de pós-graduação de Turismo.

No capítulo 5 são feitas as análises dos dados obtidos: na primeira seção foram descritos os dados dos "Documentos de Área" propostos pelas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas; na segunda seção refere-se aos periódicos classificados na área de avaliação Administração, Ciências Contábeis e Turismo; e na terceira seção foram coletados os dados de publicação dos pesquisadores vinculados aos PPGs de Turismo. Os resultados são analisados e discutidos com base no referencial teórico e apresentados ao longo do capítulo. Por fim são apresentadas conclusões visando fornecer subsídios para adequação dos critérios de avaliação Qualis para a área de Turismo.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E AVALIAÇÃO

As características da história do pensamento (filosófico) científico ocidental apontam uma dificuldade de definir o que é ciência, considerando o termo abrangente. No momento, o que se pode observar é que o conhecimento científico se desenvolve a partir do conhecimento do senso comum na tentativa de distinguir-se desse último, transformando-se em um conhecimento “seguro” e iluminando, dessa maneira, a realidade (FRANCELIN, 2004).

O conhecimento científico surge por volta do século XV, em oposição ao conhecimento ou pensamento religioso predominante na época. A proposta era criar um conhecimento neutro, que não influenciasse a vida social como a igreja queria fazer com seus fiéis. Dentro deste contexto, muitos cientistas eram perseguidos pela igreja que era implacável no combate aos adeptos de outras crenças. Movimentos como o Iluminismo e o Positivismo, que questionavam o pensamento religioso, ganham força, valorizando a ideia da neutralidade da ciência (DAGNINO, 2002).

O Iluminismo, movimento intelectual que surgiu no século XVIII, defende a valorização do homem e da razão. De acordo com o pensamento iluminista, a sociedade, dividida em classes, poderia ter oportunidades iguais através do conhecimento. As sociedades científicas foram as primeiras organizações sociais que se preocuparam com a inclusão pelo conhecimento (BARRETO, 2008).

De acordo com o pensamento positivista,

[...] a subjetividade devia ser contida dentro dos limites da objetividade e sua tentativa de reproduzir a realidade “assim como ela é” dá força à crença de que a ciência é a expressão de uma verdade absoluta (DAGNINO, 2002, p. 3).

Dentro deste contexto, onde o progresso se contrapõe ao pensamento religioso dominante, a ciência se fortalece, sendo considerada fonte do saber “verdadeiro e universal” (DAGNINO, 2002).

A partir do século XIX, a ciência torna-se uma atividade e o cientista reconhecido profissionalmente. Os laboratórios de pesquisa ganham importância, criando espaços para o desenvolvimento da ciência, principalmente nas áreas de química, física e biologia. Apesar, do rompimento com a necessidade de uma justificativa religiosa, ainda era preciso trabalhar a questão da inserção social, ganhar espaço dentro da sociedade. Desta forma surgem as atividades científicas nas universidades, que são tradicionalmente reconhecidas pela sociedade europeia.

Com o passar dos séculos e o desenvolvimento da sociedade, o pesquisador busca conhecer melhor o funcionamento da natureza e do homem em função das necessidades emergentes, condizentes com a realidade da época. Com isso surgem novos campos de estudo, como a Sociologia do Conhecimento, Ciência da Informação, História da Ciência e Comunicação, cada uma com um foco diferente, mas com o objetivo de identificar os interesses da ciência e do conhecimento como resultado dos interesses sociais da época, sobre a verdade e sua parcialidade, e das motivações coletivas inconscientes que orientam e direcionam o pensamento dos homens. Na modernidade, o conhecimento e a informação alcançaram um papel de destaque na economia e na política e passaram a integrar os projetos de pesquisa de diversas áreas. Segundo Burke “só a partir da década de 1960 que se tornou normal examinar a ciência de um ponto de vista social” (BURKE, 2002, p. 8), antes disso havia pouca coisa escrita sobre a as Ciências Sociais e Humanas.

Segundo o pensamento de Ziman¹ (1968, apud MUELLER; PASSOS, 2000. p. 14) a literatura científica não poderá existir sem o aval dos pares, que devem validar o resultado das pesquisas para que seja considerado como conhecimento científico. De acordo com o autor, o conhecimento científico é mais amplo do que a ciência, que pode ser feita e publicada por qualquer pessoa. Ele deve ser validado pelos seus pares, outros cientistas qualificados, e apresentar resultados conclusivos que se tornam universalmente aceitos. Ainda segundo o autor, o objetivo da ciência é “atingir um consenso no julgamento racional sobre o maior número de áreas e tão extensa quanto possível. O esforço científico é corporativo, coletivo”. Sendo assim, a ciência faz parte do conhecimento público, onde cada pesquisador dá uma contribuição que pode ser corrigida e ou ampliada a partir das críticas, numa atividade corporativa onde cada um verifica constantemente a contribuição do outro. Dentro deste processo é possível perceber o importante papel da comunicação científica na produção do conhecimento científico uma vez que o conhecimento produzido só será visto, e criticado pelos pares, depois de publicado.

Bernal² (1967 apud MUGNAINI, 2006, p. 34) acrescenta que:

[...] a particularidade que distingue o avanço técnico e científico de qualquer outro aspecto das realizações sociais é a natureza cumulativa da ciência, que inclui todos os feitos conhecidos, todas as leis e todas as teorias que criticam, modificam ou invalidam, num ciclo contínuo e crescente, o conhecimento anterior, renovando e fazendo evoluir o saber científico.

¹ ZIMAN, J. **Public knowledge**. London: Cambridge University Press, 1968.

² BERNAL, J. D. **História Social de la Ciencia**. Barcelona: Península, 1967.

Desta maneira, a comunicação científica é muito importante no processo de pesquisa e na validação do conhecimento. A avaliação da produção científica das áreas, considerando o estágio de desenvolvimento da comunicação científica e o perfil da comunidade científica, pode garantir maior visibilidade das pesquisas, dos pesquisadores e das instituições.

Nesta introdução sobre a ciência não temos a pretensão de nos aprofundar em questões epistemológicas ou conceitos, apenas algumas considerações introdutórias necessárias para abordagem que pretendemos adotar.

2.1 Ciência da informação: a construção do conceito

Antes de adentrar pelos caminhos da comunicação científica, é importante contextualizar a Ciência da Informação, disciplina que a tem como objeto de estudo.

Mueller (2012, p. 125) destaca a importância de três iniciativas para a origem da CI, todas com a mesma preocupação principal: “volumes crescentes de informação científica, que desafiavam as tecnologias tradicionais de controle”.

A primeira teve início na Bélgica, com as ideias de Paul Otlet. A segunda na União Soviética, e foi denominada “Informatika” e a terceira contribuição, de Vannevar Bush, nos Estados Unidos.

Na visão de Rayward (1997), nos Estados Unidos, o desenvolvimento da CI, a partir de meados do século XX, tem origem nas ideias e práticas de Paul Otlet e seus colegas no seu trabalho no *International Institute of Bibliography*, no final do século XIX. O autor destaca as ideias de Otlet e que deu início à chamada de Ciência da Bibliografia e Documentação, hoje conhecida como CI.

O autor ressalta que aspectos importantes da origem da CI estão contidos, ou são uma extensão da formação discursiva denominada documentação. Documentação num sentido mais amplo que representa um processo interessante de estreitar, focar e institucionalizar ideias gerais. Ele aponta uma recorrência de ideias através das gerações e períodos históricos. A atual relação entre infraestrutura da informação e trabalho de conhecimento ajudam a dar estrutura ao passado. Em contrapartida, o estudo de Otlet sobre esta relação é utilizado para enriquecer nossa compreensão atual (RAYWARD, 1997).

A Documentação é um dos muitos componentes aplicados da CI. Está preocupada com a aquisição, armazenamento, recuperação e disseminação da informação documentária registrada, principalmente em relatórios ou periódicos.

Os cientistas da informação podem trabalhar como pesquisadores, educadores ou especialistas aplicados no campo da CI, que buscam novas técnicas de lidar com a informação e tem uma importante função na sociedade.

Já a segunda iniciativa teve origem no mesmo século, na União Soviética, e foi denominada “Informatika”, uma “disciplina que se propunha a lidar com a crescente literatura científica do pós-guerra” (MUELLER, 2012, p. 126), estudando a informação científica, os processos de comunicação científica e a atividade científica informativa (teoria, história, metodologia e organização).

Oliveira, Mota e Alvarado (2004) destacam que a partir da “Informatika”, em 1980, Mikhailov³ apresenta uma visão restritiva da CI uma vez que considera o termo de origem anglo-saxônica amplo demais e que abrange todos os tipos de informação e na sua definição restringe a disciplina ao estudo da informação científica e aos processos de comunicação científica. A proposta de Mikhailov destaca alguns aspectos retomados pelos autores:

- a) informática é uma disciplina científica e não uma ciência independente.
- b) informática estuda a estrutura e as propriedades gerais da informação científica, mas não de qualquer informação, nem mesmo informação semântica.
- c) informática estuda todos os processos de comunicação efetuados tanto pelos canais formais (isto é através da literatura científica), quanto pelos canais informais (contatos pessoais entre cientistas e especialistas, correspondência, permuta de pré-prints e outros) (OLIVEIRA; MOTA; ALVARADO, 2004, p.3).

E a terceira contribuição, de Vannevar Bush, que escreveu “*As we may think*” em 1945, nos Estados Unidos, onde é considerado um inspirador da CI. Sobre Bush, Mueller (2012, p. 126) destaca que o autor

[...] foi responsável por um órgão do governo norte-americano envolvido com a contribuição científica para o esforço de guerra (Segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945), ocupando, portanto, uma posição privilegiada que lhe permitia acompanhar de perto o progresso da ciência. Quando a Segunda Guerra Mundial acabou, Bush escreveu um artigo que teve grande impacto, no qual mostrava sua preocupação com o problema do armazenamento e acesso à informação científica e tecnológica que crescia vertiginosamente em volume. Propôs, nesse artigo soluções inovadoras, baseadas na então emergente nova tecnologia da comunicação.

Bush buscava uma proposta para tornar acessível todo esse acervo de conhecimento, e foi quem identificou “o problema da *explosão informacional*- o irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia”

³ MIKHAILOV, A. I et al. Estrutura e principais propriedades da informação científica. In: **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro, Calunga, 1980.

(SARACEVIC, 1996, p. 42) e propôs uma máquina que chamou de MEMEX que teria a capacidade de associar ideias de textos de jornal para duplicar artificialmente os processos mentais, uma espécie de precursor da inteligência artificial.

Em meados da década de 1960, Borko numa tentativa de explicar o que é a CI, propõe uma definição baseada no estudo de R. Taylor, “*Professional Aspects of Information Science and Technology*”, de 1966. Para ele, Ciência da Informação

[...] é aquela disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que controlam o fluxo da informação, e os meios de processar a informação para otimizar a acessibilidade e o uso. Está preocupada com o conteúdo de conhecimento relacionado com a origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação das representações da informação em ambos os sistemas, natural e artificial, o uso de códigos para transmissão eficiente da mensagem, e o estudo dos dispositivos e técnicas de processamento da informação como computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar, derivada e relacionada com campos como a matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia de computação, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, gerenciamento, e outras áreas similares. Tem tanto o componente de ciência pura, que questiona o assunto sem se preocupar com a sua aplicação, quanto o componente da ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos (BORKO, 1968, p. 3, tradução nossa).

A CI como disciplina tem como objetivo fornecer uma série de informações que culminarão em melhorias nas várias instituições e processos dedicados ao acúmulo e transmissão do conhecimento, como por exemplo, livros, escolas, bibliotecas, cinema e televisão, e conferências, que estão inadequados para ir de encontro com as necessidades de comunicação da sociedade atual (da década de 1960). Biblioteconomia e Documentação são aspectos aplicados da ciência da informação (BORKO, 1968).

Dentre alguns fatores que contribuem para estas inadequações destaca-se: o enorme e acelerado crescimento em ciência e tecnologia que torna disponível o novo conhecimento e obsoleto o antigo; a rápida obsolescência do conhecimento técnico, que obriga os antigos pesquisadores a se atualizarem; o grande número de cientistas e de periódicos que existem atualmente; a super especialização; e o pouco tempo entre a pesquisa e a aplicação, que torna a necessidade da informação imediata.

Os métodos atuais de comunicação e troca de informação deixam a desejar, e se não forem aprimorados, toda atividade científica será prejudicada, resultando numa lentidão do progresso.

Dentro da CI, há espaço para a teoria e para a prática, que estão interligadas, uma alimentando o trabalho da outra.

De acordo com Borko (1968), o campo da CI é muito amplo, e foi organizado em nove categorias, em um documento chamado “*Current research and Development in Scientific Documentation*” da *Nacional Science Foundation*:

1. Necessidade e uso da informação – estudo de usuários, de citações, do uso da literatura;
2. Criação de documentos e cópias – microformas, gravação e armazenamento;
3. Análise linguística – linguística computacional, lexicografia, análise semântica;
4. Tradução;
5. Resumo, classificação, codificação e indexação – análise de conteúdo, estudos de vocabulário;
6. Design de sistema (*System Design*) – disseminação seletiva de informação;
7. Análise e avaliação – estudos comparativos, testar métodos e medidas de desempenho;
8. Reconhecimento de padrões (*Pettern Recognition*) – análise do discurso, processamento de imagens;
9. Sistema adaptativo (*Adaptive System*) – inteligência artificial, sistemas auto organizadores.

A CI “investiga as propriedades e o comportamento da informação, o uso e a transmissão da informação, e o processo de informação para melhor armazenar e recuperar” (BORKO, 1968, p.4, tradução nossa). Nela não existe uma grande distinção entre a pesquisa e a tecnologia. Foi reconhecida como disciplina em um número cada vez maior de universidades. A abordagem pode variar de escola para escola, de acordo com o perfil dos pesquisadores, o que é desejável numa disciplina recente, onde uma variedade de programas pode encorajar a exploração e o desenvolvimento, muito mais do que um único currículo, padronizado.

Retomando,

[...] é uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que controlam o fluxo e uso da informação, e as técnicas, tanto manual como mecânicas, de processar a informação para melhor armazenar, recuperar, e disseminar (BORKO, 1968, p.5, tradução nossa).

Cada vez mais percebemos o aumento na demanda de informação de todos os tipos: escritas, orais, audiovisuais ou em multimídia. Esse aumento ocorre tanto em setores científicos e produtivos como junto ao grande público. As mudanças de ordem tecnológica ou

social e econômica propiciaram o surgimento de uma ciência que estuda a produção, comunicação e uso dessa informação. De acordo com Le Coadic (1996, p.2)

[...] o desenvolvimento da produção de informações (gerais, científicas e técnicas) e de sistemas de informação tornou necessária uma ciência que tivesse por objeto de estudo a informação, ou seja, uma ciência da informação, bem como uma tecnologia e técnicas resultantes das descobertas feitas por essa ciência.

Segundo Le Coadic (1996, p. 19), a ciência “é uma atividade social determinada por condições históricas e socioeconômicas”. Um exemplo é a Física, que nasceu com necessidades do desenvolvimento da sociedade industrial. Atualmente vivemos um novo momento, em que surge uma sociedade da informação que necessita de “uma ciência que estude as propriedades da informação e os processos de sua construção, comunicação e uso” (LE COADIC, 1996, p.19).

Dentro deste contexto, no qual a CI busca esclarecer um problema social concreto, o da informação, e está voltada para o ser social que busca informação, e estando, portanto no campo das Ciências Sociais.

A pesquisa em CI desenvolveu-se em resposta a uma necessidade social e, a princípio, a preocupação dos pesquisadores era mais com a utilidade, a eficácia, ou seja, a prática, e não com a teoria, que se encontra atrasada.

Os estudos científicos realizados por outras áreas contribuíram para a cientificação da CI.

A ciência da informação é uma dessas novas interdisciplinas, um desses novos campos de conhecimento onde colaboram entre si, principalmente, a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações (LE COADIC, 1996, p.22).

Com o surgimento desses novos conhecimentos implantou-se um conjunto de estruturas para dar status científico e social à CI: os periódicos científicos, os bancos de informações, as sociedades científicas e profissionais que organizam congressos, colóquios, e, os cursos e unidades de ensino de CI.

A CI tornou-se

[...] uma ciência social rigorosa que se apoia em uma tecnologia também rigorosa. Tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, mais precisamente:

- a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação,
- e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso (LE COADIC, 1996, p. 26).

Le Coadic conclui que a CI é uma ciência que tem origem precisa, em 1968 com o surgimento da *American Society for Information Science* (ASIS), e que já se tornou uma ciência adulta, “que conta com uma definição do seu objeto de estudo, métodos, alguns conceitos básicos, leis fundamentais, etc. Enfim, refere-se cada vez mais à sua própria história, o que é sinal de sua maturidade” (LE COADIC, 1996, p.109). Seu objeto, bem definido, é a informação, uma matéria, “um recurso vital do qual ainda não se mediu a extensão dos usos e não-usos, por falta de atenção com seus usuários” (LE COADIC, 1996, p.109). Seu conteúdo é interdisciplinar.

O universo de pesquisa, que antes era do papel, agora é cada vez mais o eletrônico, onde informações de todas as naturezas podem ser armazenadas e transmitidas digitalmente. O que antes era textual passa a ser eletrônico, sendo retomados o visual e o oral. Surgindo então “uma nova cultura informacional” (LE COADIC, 1996, p.110). As novas gerações tendem a preferir esses meios, mais informais, onde a informação pode ser obtida de forma rápida, sem leitura, de preferência oralmente.

A indústria da informação está crescendo, por isso os profissionais da informação devem estar “preocupados com a criação, armazenamento, comunicação e uso da informação, devem examinar seus futuros papéis, mais próximos da informação e mais distantes do livro, do documento e do objeto” (LE COADIC, 1996, p. 110).

Em relação ao comércio de informação surgem problemas de direito autoral e propriedade intelectual, porém aumentam as vendas de produtos informacionais com valor agregado.

Os resultados de uma pesquisa são mensagens de informação, e devem representar as necessidades da comunidade que utiliza dessa informação na prática, na vida cotidiana. O público detém um saber acumulado na área da pesquisa e por isso “deve aceitar a informação de pesquisa como verdade e, por consenso, socializar esse conhecimento como um novo conhecimento público, aceito pelos pares” (BARRETO, 1998, p. 123).

De acordo com Barreto (1998, p.123), no processo de validação de um novo saber existem:

1. Um fluxo de informação e uma mensagem;
2. Uma opinião pública, que expressa um julgamento de valor e socializa o novo conhecimento como verdadeiro;
3. A agregação do novo conhecimento como uma inovação ao corpo de saber existente.

Para o autor, a finalidade da CI é “conhecer e fazer acontecer o sutil fenômeno de percepção da informação pela consciência, percepção esta que direciona ao conhecimento do objeto percebido” (BARRETO, 1998, p. 122).

Fondin (2005) considera como referência a definição do *Institute of Information Science*, feita em 1977:

CI preocupa-se com a ciência, arte e prática de prover informação, particularmente, mas não exclusivamente, no apoio ao trabalho profissional e acadêmico. Para este fim, inclui o estudo da informação da sua geração ao seu uso, e sua transmissão, numa variedade de formas e através de vários canais (FONDIN, 2005, p. 10, tradução nossa).

Fenômenos relacionados à informação como geração, transmissão, transformação, acúmulo e armazenamento, ou seja, à natureza da informação e seus manifestos, são objetos de estudo da CI (FONDIN, 2005).

Traçando um panorama dos autores estudados podemos verificar que existem pontos comuns nas definições. Borko (1968) e Barreto (1998) reforçam a questão do conhecimento, diretamente relacionado com as diversas formas e usos da informação. Os autores destacam que a preocupação com a informação deve ocorrer desde a sua geração, passando pela transmissão, transformação, acúmulo e armazenamento, ou seja, a natureza da informação. Já Le Coadic (1996) se preocupa em destacar a importância da CI na área social e sua classificação como uma ciência social.

No que diz respeito à evolução da CI, Saracevic (1996, p. 42) destaca três características gerais:

Primeira, a CI é, por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ser completada. Segunda, a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a CI, como ocorre também em outros campos. Em sentido amplo, o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna *em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial*. Terceira, a CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação. A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia. Essas três características ou razões constituem o modelo para compreensão do passado, presente e futuro da CI e dos problemas e questões que ela enfrenta.

Podemos observar que os conceitos vão evoluindo de acordo com a necessidade encontrada em cada período. Ao longo do tempo surgiram diversas definições que se complementam, numa tentativa de criar uma identidade para a área, com delimitação da sua dimensão, como por exemplo, Saracevic (1996) que além de sua própria definição, apresenta

as de Goffman, do início da década de 1970, que aponta uma definição mais específica dos fenômenos e processos que deveriam ser analisados, a de Belkin e Robertson, em 1976, que destacam que “o propósito da CI é facilitar a comunicação de informações entre seres humanos” e a de Becker no mesmo ano, “que definiu a CI como o estudo do modo pelo qual as pessoas *criam, usam e comunicam informações*”. E também a ASIS, que no começo da década de 1980 apresenta uma definição incluindo a administração: “(A) organização profissional para aqueles envolvidos com o desenho, a administração e o uso de sistemas e tecnologias de informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47).

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Foram apresentadas algumas ideias, definições e contribuições importantes para a CI, que serão utilizadas ao longo deste trabalho como base para auxiliar o estudo sobre a comunicação científica na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo.

2.2 Caracterização geral da comunicação científica

A comunicação científica é “entendida como a promoção de intercâmbio de informações entre membros de determinada comunidade, a qual divulga os resultados de pesquisas efetivadas de acordo com regras definidas e controladas pelo contexto onde está inserida” (BARBALHO, 2005, p. 125). Nesse sentido, concorda-se com Meadows (1999, p. vii), para quem a comunicação é “tão vital quanto à própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares”.

2.2.1 Canais de comunicação e a importância dos periódicos

A comunicação é a formalização da ciência, que passa de uma atividade privada do pesquisador para uma atividade social. O sistema de comunicação científica entre o cientista e o público integra tanto os canais de comunicação formal (como por exemplo, periódicos científicos e livros) e como os de comunicação informal (como eventos, e-mails, aulas, entre outras), variando de acordo com o formato, o suporte, a audiência e a função. O conhecimento

científico pode ser comunicado mediante diversas modalidades e suportes, entre eles o meio digital. Alguns exemplos de comunicação científica são as palestras, os seminários, as apresentações em congressos, os relatórios técnicos, os trabalhos acadêmicos (dissertações e teses), e os artigos de periódicos (BARBALHO, 2005).

Uma importante diferença entre os dois canais é que o formal normalmente utiliza comunicações escritas, principalmente os livros e artigos de periódicos, que são mais duradouros, já nos canais informais predomina o uso da fala (MEADOWS, 1999).

Isto significa que o cientista lança mão das alternativas possíveis para difusão de seu trabalho, apelando para formas diferenciadas de comunicação, que vão desde os recursos mais informais aos recursos eletrônicos. E não são eles excludentes ou antagônicos. Ao contrário, complementam-se e interagem. E mais, ora apresentam características formais, ora informais, pois o comportamento dos cientistas no domínio informal inclui em seu escopo aspectos do comportamento formal. Assim, emerge a divisão tradicional: **comunicação formal** ou **estruturada** ou **planejada** e **comunicação informal** ou **não estruturada** ou **não planejada**, ambas essenciais à evolução do conhecimento como soma renovada de mensagens que atualizam a sociedade no espaço e a perpetuam no tempo. (TARGINO, 2000, P.18).

Com base em Meadows (1999), Targino (2000) elaborou um quadro onde destaca as principais distinções entre os canais formais e informais (Quadro 1), apontando as (des)vantagens de cada um, sob o ponto de vista de acessibilidade e uso.

Quadro 1– Distinções básicas entre os canais formais e informais de comunicação

CANAIS FORMAIS	CANAIS INFORMAIS
Público potencialmente grande	Público restrito
Informação armazenada e recuperável	Informação não armazenada e não recuperável
Informação relativamente antiga	Informação recente
Direção do fluxo selecionada pelo usuário	Direção do fluxo selecionada pelo produtor
Redundância moderada	Redundância, às vezes, significativa
Avaliação prévia	Sem avaliação prévia
Feedback irrisório para o autor	Feedback significativo para o autor

Fonte: Targino (2000, p.19).

Uma característica do processo de comunicação científica é que o pesquisador exerce, ao mesmo tempo, o papel de produtor, disseminador e usuário da informação científica. Os pesquisadores, quando buscam dados para sua pesquisa, ao mesmo tempo em que constroem, comunicam informações formando um ciclo de recepção e transmissão de dados que não termina na comunicação da pesquisa, mas sim continua até a obtenção de reconhecimento, prestígio e garantia da prioridade da descoberta (WEITZEL, 2005).

Dentro desse contexto a “revista científica”⁴⁴ tornou-se o principal marco da constituição da estrutura da comunicação científica, pois surgiu dessa necessidade genuína de trocas de experiências científicas dos cientistas dos tempos modernos” (WEITZEL, 2006, p. 84).

O periódico científico pode ser considerado o principal canal formal de disseminação da ciência e assume, com destaque, as funções de ‘certificação’ (controle de qualidade), de arquivo ou memória científica, e de registro de autoria da descoberta científica (MUELLER, 2006).

Considerado um dos principais instrumentos de difusão de informação, os periódicos têm um papel de extrema importância no processo de comunicação científica e são utilizados como ferramenta de transferência e divulgação do conhecimento dentro de uma área específica.

Os periódicos podem ser considerados uma categoria de publicação seriada com características próprias, pois segundo Stumpf (1998, p.2), são

[...] feitas em partes ou fascículos, numeradas progressiva ou cronologicamente, reunidas sob um título comum, editadas em intervalos regulares, com a intenção de continuidade infinita, formadas por contribuições, na forma de artigos assinados, sob a direção de um editor, com um plano definido que indica a necessidade de um planejamento prévio.

Segundo Barbalho (2005, p.128), que compilou as ideias de vários autores, periódico científico é: “[...] canal de disseminação da ciência, publicado em períodos de tempo predefinidos, reunindo artigos de diversas autorias, e que apresentam rigor científico e metodológico”.

As funções do periódico, como meio de comunicação, são “registro oficial público da informação mediante a reconstituição de um sistema de editor-avaliador e de um arquivo público – fonte para o saber científico” (MIRANDA; PEREIRA, 1996, p.376).

Com o propósito de validar os resultados da ciência e fomentar a utilização dos indicadores científicos, os periódicos também auxiliam os pesquisadores, quando publicam seus resultados de pesquisa, divulgando-os num local considerado como ‘nobre’, neste caso, o periódico científico (OHIRA, et al., 2000).

Os periódicos surgiram como uma evolução do sistema de comunicação interpessoal realizado pelos cientistas por meio de cartas, atas ou memórias, onde trocavam informações sobre as reuniões científicas e transmitiam suas ideias. De acordo com Weitzel (2005), no

⁴⁴ Importante destacar que na análise foi utilizado preferencialmente o termo periódico científico, sendo que o termo revista pode aparecer como sinônimo principalmente quando o autor referenciado utilizava desta maneira.

século XVII, por volta de 1660, foram criadas as primeiras sociedades científicas de tradição moderna, responsáveis pela criação dos periódicos científicos. O primeiro periódico publicado foi o *Journal des Sçavants*, em janeiro de 1665, em Paris, com periodicidade semanal. Trazia informações sobre a ciência, mas principalmente resumos de livros que seu editor, Dennis de Sallo, julgava interessantes. Em março daquele mesmo ano surgiu o *Philosophical Transactions*, da *Royal Society of London*, com periodicidade mensal, criado por iniciativa de Henry Oldenburg, um dos seus secretários. Esse último é considerado o precursor dos periódicos atuais, pois seu conteúdo baseava-se nos relatos dos cientistas, os quais eram avaliados por um conselho que autorizava o que poderia ser publicado. Seu foco estava no registro público de contribuições originais para o conhecimento.

Durante o século XVIII, surgiram várias sociedades científicas na Europa e com isso aumentaram o número de publicações, e surgiram os primeiros periódicos especializados em áreas específicas como a física, química, biologia, agricultura e medicina. No século XIX, houve um aumento no número de pesquisadores e de pesquisas que levou a um crescimento significativo da produção dos periódicos científicos, já com as características atuais, que também teve colaboração do avanço técnico na impressão e na fabricação do papel, em substituição ao modelo anterior de comunicação da ciência através dos livros. No século XX, o incremento no número de pesquisadores e nos investimentos para a pesquisa resultou na chamada “explosão bibliográfica”, e que ocorreu principalmente pelo fato dos periódicos passarem a ser publicadas por editores comerciais, pelo Estado e por universidades (WEITZEL, 2005).

Com os primeiros periódicos científicos, surge a prática da revisão por pares, um sistema de avaliação da produção científica pelos membros da comunidade de referência, também conhecido por sistema de arbitragem. Em inglês, denomina-se *referee system* ou *peer review* e envolve o uso sistemático de árbitros para assessorar na aceitação de manuscritos submetidos para publicação (PESSANHA, 1998).

Apesar da sua disseminação e ampla aceitação, que evidenciam grandes vantagens, Pessanha (1998) destaca que o “sistema de revisão por pares sofreu uma série de críticas motivadas pelas distorções do seu uso”. Para ele, além de problemas éticos, “o julgamento dos artigos pode, simplesmente, conter erro de julgamento ou avaliação”.

Omote (2005) destaca que para a escolha do revisor é necessário “levar em conta o conhecimento e a experiência de pesquisa na área da temática tratada no texto a ser avaliado”. Deve-se considerar que um bom pesquisador pode não ser um bom revisor, pois “parece necessário levar em consideração o nível de maturidade científica do revisor em função do

grau de complexidade das questões tratadas nos originais” (OMOTE, 2005). Outro fato que deve ser observado é o papel do editor que determina o que os revisores devem avaliar nos originais, porém “a análise da pertinência ou não dos originais aos padrões e objetivos do periódico certamente é realizada pelo editor. Caberia aos revisores a análise dos aspectos científicos dos textos” (OMOTE, 2005).

As tecnologias de informação e de comunicação marcaram a transição no veículo de comunicação científica, onde surgem as publicações eletrônicas, “fomentando novos mecanismos visando agregar e gerir os produtos da comunicação científica, o que traz inequívocos benefícios à comunidade acadêmica científica” (WEITZEL, 2005, p. 172).

As novas tecnologias de publicação e editoração eletrônica favorecem uma constante evolução dos periódicos. Desde o início do desenvolvimento das publicações eletrônicas surgiram várias propostas de renovação do processo de comunicação científica tradicional, porém, de acordo com Packer et al.(1998, p. 112), “a tendência dominante na comunidade de editores e publicadores científicos é manter a sua essência e aperfeiçoar progressivamente o seu funcionamento por meio de contribuições das tecnologias de informação”.

A questão do idioma tem sido tema de diversas pesquisas nos últimos anos, principalmente em países cujo idioma oficial não é o inglês, como por exemplo, Brasil, Espanha e Portugal. De acordo com a pesquisa de Russo, Santos e Santos (2001), os periódicos que almejam o reconhecimento internacional e indexação em grandes bases de dados são publicadas em inglês, pois só assim terão acesso a um público mais abrangente.

No que se refere à internacionalização, Mueller (2006) destaca que os periódicos publicados por países sem tradição em desenvolvimento de pesquisas, ou que não tenham o inglês como língua oficial, não alcançam um padrão de qualidade alto, ou seja, não conseguem fazer parte do grupo de periódicos regularmente analisados pelos índices de citação que acabam por determinar o prestígio dos periódicos. Podemos destacar entre as principais bases que fazem o levantamento desses dados o *Institute for Scientific Information* (ISI) – atualmente Thomsom Reuters, nos Estados Unidos, e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Brasil. O sistema de avaliação dessas bases considera indicadores como a quantidade de artigos publicados, índice de citação e visibilidade internacional.

Leite, Mugnaini e Leta (2011), elaboraram o *International Publication Ratio* (IPR), ou Índice de Publicação Internacional, calculado pela razão entre o número de publicações internacionais e o número total de publicações de um autor (com base nos currículos de doutores, registrados na Plataforma Lattes). Constataram que, nas Ciências Humanas, 80% dos autores apresentam publicações nacionais e só 20% internacionais. As Ciências Exatas e

da Terra já são mais internacionalizadas com quase 70% de autores publicando internacionalmente. Mesmo assim, de acordo com os autores, independente da natureza da pesquisa (local ou global), para alcançar a comunidade internacional todo pesquisador deve ter proficiência no inglês, idioma da ciência. Contudo, apesar das diferentes culturas de publicação de cada área, que culmina em diferentes níveis dos indicadores, todas apresentaram um aumento no IPR entre os períodos estudados, sinalizando uma tendência à internacionalização, em conformidade com o estímulo da política científica brasileira.

A preocupação com critérios de qualidade e legitimidade dos periódicos está presente entre todos os envolvidos no processo de comunicação, ou seja, autores, editores e pesquisadores em geral. Quando um periódico segue um padrão de qualidade pré-estabelecido ele assegura ao autor: maior visibilidade e disseminação da produção, controle bibliográfico, preservação da memória e dos direitos autorais, e identificação de indicadores de produção científica (FERREIRA; TARGINO, 2005).

2.2.2 A comunidade e a comunicação científica

A comunicação científica (CC) é um tópico muito estudado pela CI uma vez que envolve as atividades de produção, comunicação e uso da informação, seu objeto de estudo. Engloba a troca de informações entre os membros da comunidade desde a concepção da ideia da pesquisa até a apresentação e aceitação dos resultados.

Garvey (1979, p. 10) define CC como sendo:

[...] o campo de estudo do espectro total de atividades informacionais que ocorrem entre os produtores da informação científica, desde o momento em que eles iniciam suas pesquisas até a publicação de seus resultados e sua aceitação e integração a um corpo de conhecimento científico.

O tema começa a aparecer nos estudos da CI a partir da década de 1950, mas teve maior destaque a partir de 1963, pelos estudos de Derek de Solla Price, quando o autor se preocupou com vários aspectos da atividade científica, influenciados pelo crescimento da produção, e propôs que a ciência fosse avaliada por estudos quantitativos. As análises propostas por ele são relativas a diversos aspectos da ciência, dentre eles análises sobre periódicos, autores ou estudos de citações (MUELLER; PASSOS, 2000).

Solla Price desenvolveu e testou teorias para mensurar a comunicação e troca de informação entre cientistas através da contagem de comunicadores e comunicações. (GRIFFITH, 1989).

Em seu livro *Little Science, Big Science*, publicado pela *Columbia University* em 1963 e traduzido para o português em 1976, Solla Price aponta a necessidade de criar e estudar indicadores do esforço científico e tecnológico, para manter o progresso rápido dos países. Destaca que os cientistas tendem a se unir em campos de estudo, em instituições, em países e no uso de determinados periódicos (AGUIAR, 2010).

Price também discutiu sobre as relações entre os cientistas e o colégio invisível que era “formado por um grupo de cientistas voluntários com intensa produtividade, quantitativa e qualitativamente, de forma extraoficial em torno de uma área” (AGUIAR, 2010).

O colégio invisível é uma forma de comunicação informal e juntamente com as instituições formais, como universidades, institutos ou sociedades científicas que, quando em grupos, formam a comunidade científica.

As comunidades científicas “podem ser entendidas como o agrupamento de pares que compartilham um tópico de estudo, desenvolvem pesquisas e dominam um campo de conhecimento específico, em nível internacional” (COSTA, 2000, p. 88). A comunidade influencia o processo de comunicação científica, produção do conhecimento científico e até mesmo a cultura de uma universidade por isso seu estudo é importante. A universidade abriga diversas comunidades das diferentes áreas do conhecimento. Os costumes da comunidade

[...] determinam como o conhecimento produzido será julgado, publicado, recuperado e citado. Hábitos e costumes variam conforme as diferentes áreas e disciplinas, e o estudioso da comunicação científica deve tentar entender como a natureza da área e as tradições das comunidades específicas influenciam as formas de produção do conhecimento, sua legitimação e uso (MUELLER, 2012, p. 131).

De acordo com Costa (2000, p. 86), novos paradigmas estão surgindo dentro da antropologia social que propõe uma definição “de comunidade científica com base na especialidade dos pesquisadores”. Os processos de comunicação científica e o conhecimento científico são produzidos dentro deste contexto em que cada comunidade possui características diferentes.

Segundo KUHN (2000, p.220)

Uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas. Neste processo absorveram a mesma literatura técnica e dela retiraram muitas das mesmas lições. Normalmente as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e em geral cada comunidade possui um objeto de estudo próprio. [...] os membros de uma comunidade científica vêem a si próprios e são vistos pelos outros como os únicos responsáveis pela perseguição de um conjunto de objetivos

comuns, que incluem o treino de seus sucessores. No interior de tais grupos a comunicação é relativamente ampla e os julgamentos profissionais relativamente unânimes.

De acordo com Kuhn (2000), a comunidade científica deve ser composta de Departamentos e Laboratórios da ciência em universidades e instituições de pesquisa e também incluem periódicos científicos, sociedades científicas e eventos profissionais, os canais formais de comunicação.

Os vários autores que têm estudado as comunidades científicas, tais como Merton, Zuckerman, Kuhn, Bourdieu, Latour, Fourez, Ziman, entre tantos outros, reconhecem a estrutura hierárquica que as caracteriza. Em qualquer nível que se considere, há uma elite de poucos membros que detém a autoridade, ancorada em prestígio individual, conquistada por mérito reconhecido pelos demais, geralmente ao longo de uma carreira (MUELLER, 2006, p.30).

Para Meadows (1999), na ciência, a comunicação é tão importante quanto a pesquisa, pois a legitima através da avaliação pelos pares e permite a divulgação dos resultados obtidos, que muitas vezes são responsáveis pela captação de parcerias e apoio financeiro para continuidade da pesquisa.

Buscando maior compreensão sobre a comunicação científica encontramos a pesquisa de Gomes (2012), que trabalha com a hipótese de que as evoluções de ordem tecnológica afetaram de tal maneira a comunicação científica que a noção básica baseada no tripé pesquisa/sistema/sociedade pode não ser suficiente para explicar o fenômeno na atualidade. A autora apresenta uma reconstrução da trajetória da comunicação científica e como não confirma a sua hipótese lança “alguns princípios básicos que poderão nortear uma possível *re-escritura* da comunicação científica” (GOMES, 2012). Ainda de acordo com a autora, cada comunidade científica apresenta características próprias, e apresentam

[...] velocidades e processos díspares de pesquisa, partilha, recolha, utilização e preservação das informações, dados e do próprio conhecimento que são muitas vezes, também, acumulados por diferenças regionais e institucionais/acadêmicas e que impactam, além do desenvolvimento da própria CC, em maior ou menor grau de aceitação ou recuo de certos artefatos tecnológicos ou nas transformações, de outra ordem, relacionadas ao sistema [...] (GOMES, 2012, p. 46).

A comunicação da ciência, que envolve um sistema complexo e inter-relacionado, tem evoluído ao longo dos anos. Ocorre a partir de diversos tipos de interações dos participantes através da comunicação formal e informal (HURD, 2000).

2.2.3 Modelos de comunicação científica

Para entender melhor a CC, faremos uma descrição de alguns dos modelos de fluxo da comunicação científica⁵. Os modelos auxiliam a observar e analisar a CC. De acordo com Lara (2006, p. 403), modelos de comunicação científica são

[...] modelos que propõem ver o processo de comunicação científica ao longo do tempo através dos binômios centrais - construção/geração, comunicação/ disseminação, uso/acesso do conhecimento científico. Esses modelos correspondem, respectivamente, ao modelo clássico de comunicação científica centrado na geração do conhecimento científico, ao modelo que considera a constituição de um sistema de informação da ciência voltado à identificação de problemas da disseminação, e um modelo emergente, ou aberto, centrado no acesso à informação como pressuposto do uso da informação. Nesse último modelo a visibilidade assume importância fundamental.

Segundo Sousa (2006) alguns modelos históricos são a base de outros modelos posteriores do processo de comunicação. Dentre eles destacamos alguns que ilustram a evolução do sistema de comunicação ao longo do tempo para depois apresentar os modelos de comunicação científica e o fluxo da informação científica.

O primeiro modelo de comunicação foi apresentado por Aristóteles na sua obra *Arte Retórica*, durante o século IV a.C., e aponta três elementos essenciais do processo de comunicação:

EMISSOR - MENSAGEM – RECEPTOR.

O segundo modelo de comunicação foi apresentado em 1948 por Harold Lasswell que sustentou que uma forma de descrever um ato de comunicação é responder a cinco questões:

QUEM? DIZ O QUÊ? EM QUE CANAL? A QUEM? COM QUE EFEITOS?

De acordo com Lasswell, a partir destas perguntas é possível sistematizar o estudo da comunicação em vários campos como ilustrado no quadro 2.

⁵ “Fluxo da Informação Científica - representa o caminho da pesquisa desde sua produção, publicação até sua utilização por outros pesquisadores, identificada através de citações. É geralmente representado através de um modelo [...]. O fluxo da informação científica é concebido como um processo social interativo que correlaciona o intercâmbio de informação científica entre cientistas e o controle social mútuo através da comunicação científica” (Lara, 2006, p. 398).

Quadro 2 – Campos de estudo da comunicação

Quem?	Estudos sobre o emissor e a emissão das mensagens.
Diz o quê?	Análise do discurso.
Por que canal?	Análise do meio.
A quem?	Análise da audiência e estudos sobre o receptor e a recepção de mensagens.
Com que efeitos?	Análise dos efeitos das mensagens e da comunicação.

Fonte: Sousa (2006, p. 79).

Em 1949, Claude Shannon e Warren Weaver, um matemático e o outro engenheiro, apresentaram o terceiro modelo histórico de comunicação onde apresentam uma proposta para o estudo da comunicação eletrônica:

FONTE DE INFORMAÇÃO - (MENSAGEM) - TRANSMISSOR - (SINAL) - RUÍDO - (SINAL CAPTADO) - RECEPTOR - (MENSAGEM) - DESTINATÁRIO.

“Shannon e Weaver enfatizam, como é visível, a problemática da significação das mensagens e das interferências sobre o processo de significação, mas não deixam de referenciar a questão dos efeitos da comunicação (já enfatizada por Lasswell)” (SOUSA, 2003, p 83).

Em 1953 é apresentado o modelo de Newcomb, de forma triangular, e que introduz o papel da comunicação numa sociedade, num grupo ou numa relação social (figura 1). Neste modelo as entidades externas (X) tem relação com os elementos A e B. Através da comunicação este sistema relacional tende para o equilíbrio do sistema social (SOUSA, 2003).

Figura 1 – Modelo de Newcomb

Fonte: Sousa (2006, p. 84).

Em 1954 Schramm apresentou dois modelos da comunicação. No primeiro modelo, derivado de Shanon e Weaver, incorpora a noção de codificador e de decodificador. No

segundo modelo introduz o conceito de *feedback* e é o primeiro que apresenta um modelo circular do processo de comunicação (figura 2).

Figura 2 – Modelo circular de Schramm

Fonte: Sousa (2006, p. 87).

Outros modelos foram propostos para a comunicação e, dentro deste contexto, se iniciam estudos na área da CI, e surgem os primeiros modelos voltados para o ciclo da comunicação científica e o fluxo da informação científica.

2.2.3.1 Do impresso ao eletrônico -modelos de Garvey e Griffith (1972) à Hurd (2004)

Garvey e Griffith (1972) criaram um modelo com objetivo de compreender e melhorar o processo de comunicação como um processo social, a partir do estudo de uma disciplina específica, a Psicologia. Desta forma, conseguiram mapear o sistema de comunicação científica, classificando os documentos de acordo com o lugar e a função que ocupam no fluxo de informação. O modelo criado por eles depois foi reaproveitado para outras disciplinas, “por seu aspecto seminal no estudo do processo, tem sido amplamente explorado. Serve, assim, de base para um sem-número de outros estudos” (COSTA, 2005, p.167).

O modelo de Garvey e Griffith foi um dos resultados de uma investigação realizada por um grupo de pesquisadores, iniciada em 1966, por encomenda da *American Psychological Association* (APA), que tinha como objetivo “sugerir uma visão preliminar da estrutura da comunicação científica” (MUELLER, 1994, p. 310).

De acordo com os autores, “o processo da comunicação se inicia na pesquisa e termina com a incorporação dos resultados encontrados no conhecimento psicológico” (GARVEY; GRIFFITH, 1972, p. 123). Esse processo foi apresentado em forma de um gráfico do fluxo da informação, que foi readaptado e apresentado na figura 3.

Figura 3 – Modelo tradicional de Garvey e Griffith

Fonte: Adaptado de Garvey e Griffith (1972) e Mueller (1994, p.313).

De acordo com Mueller e Passos (2000), neste modelo são utilizados diversos canais para informação fluir. São produzidos vários tipos de documentos, que podem variar de acordo com o estágio da pesquisa, do tipo de público ou do objetivo do autor. Foi com base nele que foi criada a distinção dos canais de informação como formais e informais. Percebe-se que a comunicação tem início na divulgação de resultados preliminares nos eventos de pequeno porte (canais informais ou semiformais), é aprimorada a partir do contato com colegas, até atingir a publicação num periódico (canal formal), recebe o reconhecimento através de citações até ser incorporada em tratados e livros.

Segundo esse modelo, o processo de comunicação científica na área de psicologia leva em média 13 anos, sendo que o artigo científico leva de 3 a 4 anos para ser publicado e as primeiras citações aparecem depois de sete anos do início da pesquisa. É possível observar que os autores relacionam as diversas etapas da pesquisa e os resultados que podem ser alcançados.

Em resumo, Garvey e Griffith mostraram que as primeiras comunicações relacionadas com a pesquisa são informais e partem da iniciativa do pesquisador que pretende obter informações para testar o seu trabalho e refinar os seus resultados. Mais adiante no curso da pesquisa, as iniciativas de divulgação realizadas pelo autor se tornam bem mais intensas e são

dirigidas à inserção de seus resultados no corpo estabelecido do conhecimento de sua área, por meio da publicação em periódico de boa reputação (MUELLER, 1994, p. 313).

Esse modelo foi retomado por Hurd em 1996 (GOMES, 2012) e remodelado pela mesma autora em 2000, que o adaptou de forma simplificada (figura 4), sem considerar o fator tempo, porém considerando que seus elementos essenciais parecem ser universais.

O modelo inicial de Garvey e Griffith foi afetado pelas novas tecnologias e não representa mais tão bem o processo de comunicação científica moderno (MUELLER; PASSOS, 2000). Foi então que a proposta de Hurd, em meados de 1996, revalidou o processo incluindo agora as inovações advindas da internet como e-mails, listas de discussões ou publicações eletrônicas, e num segundo momento incluindo a auto publicação e os repositórios e criou o *Modernized Garvey/Griffith Model* (figura 5). Na mesma publicação Hurd apresentou outros três modelos: “*No-Journal Model*”; “*Unvetted Model*” e “*Collaboratory Model*” (GOMES, 2012).

Figura 4 – Modelo tradicional de Garvey e Griffith adaptado por Hurd (2000)

Fonte: Hurd (2000, p. 1280).

No modelo seguinte, dois pontos fundamentais são a questão da revisão pelos pares, e o periódico, que é considerado como uma unidade de distribuição (GOMES, 2012).

Figura 5 – Modelo modernizado Garvey e Griffith

Fonte: Hurd⁶ (1996 apud GOMES, 2012).

No modelo “*No-Journal Model*” o periódico não é a unidade básica de distribuição, mas a revisão por pares continua sendo fator para validar o conhecimento. Considera que o artigo deve ser divulgado eletronicamente. No “*Unvetted Model*” a proposta é retirar a avaliação por pares do processo de comunicação. E, no último, “*Collaboratory Model*”, “os dados são as unidades de troca de informações - o foco é direcionado para o compartilhamento e o trabalho em grupo” (GOMES, 2012, p.67).

Hurd (2000) destaca que as tecnologias da informação estão mudando a forma dos cientistas se comunicarem. Segundo a autora o sistema tradicional, baseado no impresso, está se transformando num sistema baseado na comunicação eletrônica. Aponta então um novo paradigma para a comunicação na ciência e sugere como a mídia digital pode trazer novos papéis e funcionalidades aos participantes. Elabora então um modelo baseado no anterior, onde apresenta suas propostas para comunicação científica no ano de 2020, no qual a tecnologia da informação deve apoiar a tradicional funcionalidade e adicionar novas capacidades ao sistema de comunicação (figura 6).

⁶ HURD, J. M. Models of Scientific Communications systems. In: CRAWFORD, S. Y.; HURD, J. M.; WELLER, A.W. **From print to electronic: the transformation of Scientific Communication**. USA: Information today, 1996.

Figura 6 – Comunicação científica: um modelo para 2020

Fonte: Hurd (2000, p. 1281).

Costa (2000) vê a necessidade de propor um novo modelo, que considere que nas publicações os meios (impresso e eletrônico) são complementares e que durante um bom tempo ainda vão coexistir. Esse modelo, baseado nos estudos de Garvey e Griffith e Hurd, foi chamado de modelo híbrido e combina a utilização dos dois meios, principalmente em relação à publicação de fontes formais de informação (figura 7).

Figura 7 – Modelo híbrido do processo de comunicação científica

Fonte: Adaptado de Costa (2000, p. 105).

Segundo Costa (2000, p. 104),

[...] o modelo que ilustra as interações dentro de um sistema inteiramente firmado no meio impresso, como apresentado por Garvey e Griffith, não mais existe. Por outro lado, um modelo inteiramente apoiado no meio eletrônico, tal como proposto por Hurd, não ilustra as interações dentro do sistema como elas realmente ocorrem, isso é, ainda não existe. Assim sendo, a coexistência dos dois meios induziu à proposição de um modelo híbrido de comunicação da pesquisa, que parece ilustrar de forma mais real as interações tal como acontecem neste final do século XX.

Em 2004, Hurd revisitou o modelo considerando os desenvolvimentos tecnológicos da época, computador, internet e *world wide web*, e sua influência na comunicação científica tais como auto publicação na rede e repositórios institucionais, e “como essas mudanças resultaram em novos papéis para os participantes do processo e incluíram novos *stakeholders* ao sistema” (HURD, 2004, p.7). O modelo que era linear, com seus atores bem definidos agora está envolvido em um ambiente mais complexo e inter-relacionado, onde emergiram novos papéis tanto para os antigos participantes como para as novas entidades (figura 8).

Figura 8 – Comunicação científica num mundo digital

Fonte: Hurd (2004).

2.2.3.2 Outras abordagens - do modelo UNISIST (1970) à Björk (2007)

Além do modelo de Garvey e Griffith, na década de 1970, foi criado o modelo *United Nations International Scientific Information System* - UNISIST (figura 9), uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em cooperação com o Conselho Internacional das Uniões Científicas (ICSU) (GOMES, 2012).

Figura 9 – Modelo UNISIST – o fluxo da informação científica e técnica

Fonte: Søndergaard; Andersen; Hjørland (2003, p. 281).

Segundo Hjørland (2002) o modelo do sistema social de comunicação consiste em grupos de produtores de conhecimento, intermediários e usuários, os atores. Também contém os institutos, tais como institutos de pesquisas, editoras e bibliotecas. Os atores e as instituições realizam serviços de informação (escrevem, publicam, armazenam e recuperam documentos e informações). Os atores utilizam tanto o meio informal como o formal para comunicar seus resultados, através de diversos tipos de documentos como artigos em periódicos, livros, artigos de revisão, anais, entre outros. O modelo é considerado uma base importante por fornecer uma tipologia de documentos científicos e acadêmicos.

Da mesma forma que o modelo de Garvey e Griffith, esse também foi atualizado posteriormente por Søndergaard; Andersen; Hjørland (2003) que observaram duas razões para adaptá-lo: “a necessidade de enfatizar as diferenças entre os domínios/disciplinas e de refletir sobre a influência da internet na comunicação científica e na academia em geral” (HJØRLAND, 2002, p. 423, tradução nossa). Antes de apresentar sua proposta, os autores ressaltam a importância do estudo de Garvey e Griffith (1972) que consideram a dimensão do tempo no percurso da produção do conhecimento. Destacam que este é um aspecto que não foi considerado no modelo UNISIST e elaboraram uma versão simplificada e modificada da versão de 1972, apresentada na figura 10. De acordo com Hjørland (2002), este modelo com base no tempo precisa ser atualizado.

Figura 10 – Adaptação de Søndergaard et al. (2003) de Garvey & Griffith (1972)

Fonte: Hjørland (2002, p. 431).

Søndergaard et al. (2003) destacam que o modelo UNISIST original considerava a comunicação científica e técnica como um todo, porém é importante considerar algumas questões empíricas e teóricas na reformulação do mesmo, incorporando as mudanças provenientes do uso da comunicação eletrônica e considerando as diferenças entre as disciplinas ou até mesmo as diferenças internas, dentro de uma mesma área. Desta forma apresentam o modelo UNISIST revisado que é apresentado na figura 11 que também inclui as ciências sociais e humanidades e é considerado um importante modelo analítico na análise de domínio⁷.

⁷O paradigma da análise de domínio é primeiramente social, tornando a CI uma Ciência Social, com perspectivas sociais do conhecimento. Em segundo, é uma abordagem mais funcional, que busca entender as funções implícitas e explícitas da informação e da comunicação, e traçar mecanismos básicos do comportamento informacional. Em terceiro é uma abordagem filosófico-realista buscando a base da CI em fatores que são externos às percepções individualistas subjetivas dos usuários (Hjørland; Albrechtsen, 1995).

Figura 11 – O modelo UNISIST revisitado

Fonte: Søndergaard; Andersen; Hjørland (2003, p. 303).

Segundo Søndergaard et al.(2003), a fronteira de um domínio não é estreita, por isso a elipse que representa uma disciplina científica ou domínio do conhecimento é pontilhada de vários tamanhos, representando a transdisciplinaridade. As setas representam a importação e exportação do conhecimento para dentro ou para fora do domínio. Os membros de uma comunidade do discurso são os produtores de conhecimento, usuários e intermediários.

Dentro de um domínio existe uma estrutura que é similar à estrutura de trabalho na sociedade onde os profissionais são os usuários finais do conhecimento produzido pelos pesquisadores. Neste modelo há um reconhecimento de que os produtores também são fontes de informação.

As fontes de informação podem vir de diferentes domínios através dos *inputs*⁸ de pesquisa e fornecem resultados gerados pelos produtores de conhecimento, os *outputs*⁹ de pesquisa. A questão dos *inputs* e *outputs* será retomada mais adiante no item 2.4.1 deste capítulo.

Figura 12 – *Inputs e outputs dos produtores de conhecimento*

Fonte: Adaptado de Søndergaard; Andersen; Hjørland (2003, p. 305).

Gomes (2012) aponta o estudo de Björk (2007) como uma versão contemporânea dos modelos de CC tradicionais, “uma tentativa válida de diagnosticar o tradicional, ou melhor, o convencional, em termos das ações padronizadas que ocorrem na área, neste caso, no momento atual, ou seja, na contemporaneidade”, porém destaca que “o autor não correlaciona, e nem é objetivo de, o universo da CC com as próprias mutações que o contexto contemporâneo infiltra na mesma - como, por exemplo, o debate, em outras disciplinas [...]” (GOMES, 2012, p. 143) e por isso também pode ser considerado um dos modelos que fazem parte dos “alicerces” da CC.

⁸*Input* de pesquisa: “infraestrutura de pesquisa que compreende espaço, equipamentos, recursos humanos de apoio, além de suporte institucional e financeiro. São exemplos de *input* de pesquisa as universidades, os programas de pós-graduação para capacitação acadêmica e o fomento à pesquisa” (Lara, 2006, p.).

⁹*Output* de pesquisa: “Resultados da pesquisa científica expressos em publicações ou patentes contabilizados com o objetivo de verificar sua disseminação. Na avaliação do *output* são utilizadas medidas quantitativas e o fator de impacto para produzir indicadores de verificação do fluxo de comunicação dentro do contexto socioeconômico” (Lara, 2006, p.).

A proposta de Björk (2007) é de criar um modelo mais completo que possa ser utilizado como um roteiro para discussões sobre o processo de CC.

A metodologia utilizada para criação do modelo baseia-se no método IDEF0.

Os principais conceitos do método IDEF0 são as atividades e o fluxo. As atividades são representadas pelos retângulos e os seus nomes começam com verbos. Os fluxos são representados pelas setas e seus nomes são substantivos. Um fluxo pode ser tanto um *input*, um *output*, um controle ou um mecanismo [...] Um *input* representa algo que é consumido em uma atividade para produzir um *output*. Os *inputs* poderiam ser matérias-primas, energia, trabalho humano, mas também informação, quando o objetivo da atividade é transformar esta informação [...] A apresentação dos diagramas IDEF0 é hierárquica, de forma que as atividades individuais contidas neles são divididas em outras sub-atividades nos diagramas inferiores na hierarquia (BJÖRK, 2007, p. 06, tradução nossa).

Dentro desta metodologia o modelo de Björk é apresentado com diferentes níveis hierárquicos e inclui mais “construções modeladoras”, ou seja, “atividades, *inputs*, *outputs*, controles e mecanismos” (BJÖRK, 2007, p.1). Foi chamado de *Scientific Communication Life Cycle Model* (SCLC) e é a quarta versão de um modelo que vem sendo desenvolvido desde 2002 por Björk e Hedlund e que foi apresentado em congresso, publicado como artigo e em *web page*, recebendo desta forma os pareceres e contribuições de especialistas no assunto.

A versão atual do modelo é composta por 33 diagramas com 113 atividades diferentes e mais de 200 diferentes *inputs*, *outputs*, controles e mecanismos. O quadro 3, a seguir, apresenta os tópicos principais da divisão hierárquica do modelo cujo escopo é “toda cadeia de valor da comunicação (científica), desde a pesquisa inicial até a assimilação dos seus resultados para melhorar a vida cotidiana” (BJÖRK, 2007, p.1, tradução nossa). Dentro deste contexto utiliza tanto aspectos formais como informais da CC e busca mostrar a influência da internet, como por exemplo, as revistas de acesso aberto, os repositórios de *e-prints*, entre outras, visando fornecer subsídios para análises de custos e desempenho alternativas. Apesar de considerar a comunicação em geral, o foco principal são os artigos publicados em periódicos que utilizam o tradicional sistema de *peer review* bem como as atividades dos leitores para encontrar e acessá-los.

Quadro 3 – Visão geral da divisão hierárquica do modelo SCLC (BJÖRK, 2007):

A-0 Context diagram
A0 Do research, communicate and apply the results
A1 Fund R&D
A11 Evaluate prior research of applicants
A12 Evaluate research proposals
A13 Make funding decisions
A2 Perform the research
A21 Study existing scientific knowledge
A22 Collect data from existing repositories
A23 Do experiments and make observations
A24 Analyse and draw conclusions
A3 Communicate the results
A31 Communicate the results informally
A32 Communicate the results through publications
A321 Publish the results
A3211 Write manuscript
A3212 Choose where to submit or negotiate publishing
A 3213 Produce publication
A32131 Publish as monograph
A32132 Publish as conference paper
A32133 Publish as scholarly journal article
A321331 Do publisher's general activities
A321332 Do journal specific activities
A321333 Process article
A3213331 Do peer review
A3213332 Negotiate copyright
A3213333 Pay article charges
A3213334 Do technical phases of publishing
A322 Facilitate dissemination and retrieval
A3221 Facilitate retrieval globally
A32211 Bundle publications from different sources into electronic services
A32212 Make manuscript or copy of publication openly available on the Web
A32213 Integrate meta data into search service
A3222 Facilitate retrieval locally
A32221 Negotiate subscriptions and licenses
A32222 Make paper publication available inside organization
A32223 Make electronic version available inside organization
A3223 Preserve publication
A323 Study the publication
A3231 Find out about the publication
A3232 Consider buying access to publication
A3233 Retrieve publication
A32331 Retrieve paper publication
A32332 Retrieve electronic publication
A3234 Read and process publication
A324 Publish secondary account of the results
A33 Share the data
A4 Apply the knowledge
A41 Educate professionals
A42 Regulate industry and society
A43 Do industrial development
A44 Apply in practice

Fonte: Adaptado de Björk (2007).

O modelo inclui as atividades dos *stakeholders* em todo o processo da CC que são:

- Os pesquisadores que realizam a pesquisa escrevem e publicam o material e também atuam como revisores.
- Os financiadores da pesquisa que influenciam fortemente o sistema como um todo;
- Os editores que gerenciam e realizam o efetivo processo de publicação;
- As bibliotecas que ajudam no arquivamento e acesso às publicações;
- Os “serviços bibliográficos” que facilitam a identificação e recuperação das publicações;
- Os leitores que pesquisam, recuperam e leem as publicações;
- Os profissionais que implementam os resultados da pesquisa, direta ou indiretamente (BJÖRK, 2007, p.7, tradução nossa).

O diagrama inicial, apresentado na figura 13, é denominado Diagrama de Contexto (*Context diagram*) é o ponto de partida dos demais diagramas dentro do modelo IDEFO e contém somente uma atividade descrevendo todo o processo: fazer pesquisa, comunicar e aplicar os resultados (*Do research, communicate and apply the results*). A filosofia do diagrama é “mostrar como a ciência enquanto conhecimento global, criando e compartilhando sistemas, pode melhorar a vida das pessoas, bem como criar de novos conhecimentos científicos, que alimentam o conhecimento científico existente” (BJÖRK, 2007, p. 12, tradução nossa).

Figura 13 – Diagrama de Contexto

Fonte: Björk (2007, p.12)

Para melhor entendimento e ter uma visão geral do ciclo de vida adotado no modelo, apresentamos na figura 14 o diagrama A0 - *Do research, communicate and apply the results-breakdown*, que apresenta os quatro níveis do ciclo: Financiamentos (para I&D) (*Fund R&D*), fazer a pesquisa (*Perform the Research*), comunicar os resultados (*Communicate the results*) e aplicar o conhecimento (*Apply the knowledge*).

Figura 14 – A0 - Fazer pesquisa, comunicar e aplicar os resultados - *breakdown*

Fonte: Björk (2007, p.13)

Um ponto de relevância para este estudo é a questão dos financiamentos ser considerada uma das atividades separadas do ciclo, pois, segundo Björk (2007, p. 13, tradução nossa),

é preciso destacar a importância dos financiadores da pesquisa (no sentido amplo do termo, incluído fundos básicos de universidades), visto que é através de contratos e regras que influenciam a cadeia de comunicação científica, e exercem uma forte influência indireta na escolha dos autores de onde publicar sua pesquisa.

Uma das influências destacada pelo autor é o uso do Fator de Impacto (FI) como sinônimo de qualidade, que acaba se tornando uma forte barreira para inovações no sistema geral de comunicação.

O diagrama A1 - Financiamentos, apresentado na figura 15, descreve as funções de apoio à decisão de financiamentos tanto a partir dos fundos básicos de universidades como das agências de fomento à pesquisa. Está composto de três partes distintas: Avaliar a pesquisa

prévia dos candidatos (*Evaluate prior research of applicants*), avaliar as propostas de pesquisa (*Evaluate research proposals*), tomar decisões de financiamento (*Make funding decisions*).

Figura 15 – A1 - Financiamentos

Fonte: Björk (2007, p.14).

Ao estudar o ciclo da CC verificou-se que o modelo de comunicação científica vem sofrendo alterações no seu processo ao longo da história. Houve uma evolução com os autores acrescentando suas perspectivas com base na realidade de cada época, influenciadas principalmente pelas novas tecnologias. No início, a proposta de Garvey e Griffith foi baseada somente na comunicação impressa. Posteriormente o modelo foi retomado por Hurd que fez uma adaptação considerando que, com a nova realidade do uso do computador e internet, a comunicação passa a ser totalmente eletrônica. Costa baseou-se nos dois autores e elaborou um modelo híbrido, considerando que a proposta de Hurd baseava-se somente nos meios eletrônicos e a de Garvey e Griffith somente na comunicação impressa e que, na década de 2000, ambas conviviam, a publicação eletrônica e a comunicação impressa.

No modelo UNISIST podemos observar que a comunicação científica é vista como um todo, com uma estrutura universal, já Søndergaard et al. apresentam sua proposta para incorporar não só as mudanças de ordem tecnológicas como também as diferenças entre os diferentes domínios do conhecimento, considerando as especificidades das áreas.

O modelo criado por Björk (2007) vem acrescentar detalhes aos modelos anteriores e proporciona uma visão ampla de todo o sistema de CC, incluindo níveis até então não explorados. Podemos observar que a estrutura original apresentada sempre se repete, ou seja, um problema é levantado, realiza-se uma pesquisa e seus resultados aplicados resultam em benefícios para a sociedade (*Do research, communicate and apply the results*). Destaca-se a que o autor considera que, com a influência da internet, a parte que mais foi afetada é relacionada com a comunicação dos resultados e onde podemos observar mais divisões hierárquicas no modelo.

Dentro deste contexto, onde as principais mudanças ocorridas nos modelos se devem a influência das novas tecnologias, Weitzel (2006) aponta dois modelos: o clássico centrado na geração e disseminação do conhecimento, que está atravessando uma crise, em face de diversos fatores, como o alto custo das assinaturas dos periódicos, papel das revistas científicas e avanço das tecnologias de informação e comunicação; e o atual, cujo processo visa a promoção e democratização do acesso ao conhecimento científico, “centrado principalmente no binômio uso/acesso, denominado aqui de modelo de acesso aberto (*open access*) devido às suas características de auto-gestão e promoção da produção científica livre e gratuita” (WEITZEL, 2006, p. 101).

Com o avanço da tecnologia, do uso dos computadores e da internet, inicia-se o processo de mudança no modelo de comunicação, imposto pela introdução das publicações eletrônicas. Esse novo modelo no ambiente eletrônico gerou discussões tais como as referentes à mudança estrutural do fluxo da comunicação científica (WEITZEL, 2006), à passagem de “um sistema de comunicação científica impressa tradicional para um sistema eletrônico” (BOMFÁ; CASTRO, 2004, p. 40), ou às dificuldades de “pesquisadores dos países em desenvolvimento [...] em acompanhar a frente de pesquisa” (RUSSO, SANTOS; SANTOS, 2001, p. 4), então facilitadas pela comunicação eletrônica.

Mas a evolução do fluxo da CC vai além da publicação eletrônica de documentos, incluindo a adoção de transformações nos padrões de comportamento da comunidade científica e sua relação com a sociedade. Neste cenário surge o Movimento de Acesso Aberto ou *Open Access* (OA) que significa “acesso *online* gratuito, imediato e permanente ao texto completo de artigos de pesquisa para qualquer um, pela rede mundial” (HARNARD, 2010, s. p.), possível mediante “a Internet e o consentimento do autor ou do detentor do direito autoral” (SUBER, 2004, s. p.). Busca-se, dessa forma, a democratização do conhecimento científico registrado face ao acesso livre à informação.

Para Weitzel (2005, p.162), apesar das mudanças, “o processo sociocultural que apoia a comunicação científica continua imutável”, ou seja, os pilares de acessibilidade, confiabilidade e publicidade que o sustentam permanecem, mantendo a sua essência e aperfeiçoando “o seu funcionamento por meio de contribuições das tecnologias de informação (PACKER et al., 1998, p. 112).

De um lado, as publicações eletrônicas necessitam de “novos mecanismos visando agregar e gerir os produtos da comunicação científica” (WEITZEL, 2005, p. 172), e de outro surgem diversos sistemas e programas voltados a solucionar aspectos de ordem operacional.

Com base nestes estudos buscamos determinar o papel da avaliação dentro do fluxo da comunicação científica. Se considerarmos a abordagem de Garvey e Griffith e suas adaptações feitas por Hurd, podemos perceber que a avaliação se encontra após a publicação do artigo em um periódico. O mesmo ocorre no modelo UNISIST, após a publicação, antes de chegar ao usuário final. O processo de CC vem sendo conformado pela avaliação que exerce grande influência e pode alterar as formas de comunicação.

Destacadas algumas características do ciclo da comunicação científica, abordaremos a questão dos estudos sobre as características das áreas de conhecimento, fator fundamental e que influencia diretamente o ciclo da comunicação científica.

2.2.4 Especificidades das diferentes áreas do conhecimento

Estudos pontuais, focados nas diversidades das áreas podem propor mudanças estratégicas para o seu desenvolvimento.

Cada comunidade científica apresenta um padrão de comportamento que influencia diretamente tanto a atividade de pesquisa quanto a forma de comunicá-la. Estudar a literatura que é produzida por cada comunidade permite saber quais as formas de comunicação que estão sendo utilizadas, por exemplo, livros ou artigos de periódicos. Também é possível realizar estudos quantitativos de cada área específica (MUELLER, 2012).

As ciências humanas e sociais, precisamente por seu objeto de estudo, se bem que possam empregar, e na realidade o fazem de forma crescente, vários sistemas simbólicos, em geral não se satisfazem e com eles e necessitam complementá-los com outras formas de apresentação textual externa. Daí que a produção científica dessas áreas materializam em uma significativa parte das vezes na forma de livros (VELHO, 1997, p. 21).

Autores como Garvey e Griffith (1972) e Hurd (1996) apontam que as características de cada disciplina contribuem para o desenvolvimento da área e, conseqüentemente, da comunicação científica em geral.

A necessidade de mensurar e quantificar os fenômenos sempre acompanhou o Homem desde a sua origem: a altura, o peso, a temperatura, a distância, entre outros, todos com escalas de medida e padrões de normalidade. Entretanto nas ciências humanas e sociais existe o imponderável, onde os resultados encontrados pela utilização de determinados indicadores podem fornecer tendências; devem ser analisados em um contexto para evitar riscos de interpretações errôneas ou injustas (MUGNAINI; CARVALHO; CAMPANATTI-OSTIZ, 2006, p.322).

Sob a ótica da análise de domínio, as estruturas, necessidades e critérios relevantes são moldados nas comunidades científicas, porém cada domínio científico, acadêmico ou profissional tem sua própria e única estrutura de comunicação e publicação e são utilizados tipos de documentos específicos, como por exemplo, as leis no Direito, os mapas na Geografia e as partituras na Música (HJØRLAND, 2002).

“Cada domínio tem sua importância, que pode variar de um para outro, e também importa conhecimento de outros domínios, bem como exporta conhecimento a outros domínios” (SONDEGAARD et al., 2003, p. 304).

Acompanhar o fluxo de comunicação científica das diversas áreas facilita o processo de avaliação da pesquisa, cujas características são tão diversificadas quanto o é a própria ciência (FIORIN, 2007).

De acordo com Hicks (2004) a avaliação quantitativa da pesquisa se depara com severas dificuldades metodológicas em áreas cuja literatura difere na natureza da literatura científica. Estudos sobre estas diferenças apontam a necessidade de mudanças nas formas de avaliação. As análises bibliométricas fornecem dados importantes, mas que são mais fáceis de usar por áreas que publicam os resultados de suas pesquisas em periódicos de língua inglesa e que nas referências predominem artigos recentes, de um círculo de periódicos reconhecidos por seu melhor desempenho, segundo um único indicador: o Fator de Impacto (detalhes desta realidade serão apresentados em seção subsequente).

Quando se trata das ciências sociais e humanas, é preciso sair dessa zona de conforto de uso de um indicador uma vez que predomina a publicação em livros, e, se para os periódicos as bases de dados mais reconhecidas não apresentam cobertura satisfatória, quanto mais as novas iniciativas para indexação de livros.

Hicks (2004) aponta uma necessidade de estender os estudos bibliométricos para as ciências sociais e humanas. A autora argumenta que, embora as revistas tenham a sua

importância, e são os principais focos das análises bibliométricas, nas Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, a publicação em livros predomina e, devido as suas características, uma avaliação ideal deveria considerar o que ela chama de quatro literaturas: revistas, livros, literatura nacional (desenvolvida num contexto local) e literatura não científica (conhecimento em busca de aplicação).

Nas ciências sociais, publicações em periódicos de língua inglesa indexados coexistem com as publicações em livros não indexadas, com a literatura nacional e com a literatura não científica. Nas ciências humanas, a referência é de arquivo (de Solla Price, 1970) e as citações se acumulam num ritmo frenético a partir da perspectiva dos formuladores das políticas científicas. Nas ciências sociais, as referências misturam padrões de arquivamento e atuais e o padrão de referência é bastante disperso, falta foco. A literatura principal é claramente menos delineada (HICKS, 2004, p. 4, tradução nossa).

Hicks (2004) reconhece que a publicação de artigos em periódicos indexados é o que se usa atualmente em termos de avaliação ao redor do mundo. E ela não discorda disso, a publicação em periódicos internacionais é uma parte importante da pesquisa científica, mas nas ciências sociais e humanidades existem outros tipos de trabalhos. Os livros também podem causar um grande impacto. A literatura nacional representa o conhecimento desenvolvido num contexto local. E a literatura não científica representa o conhecimento em busca de aplicação. E, finalizando, cada uma dessas literaturas é mais transdisciplinar do que a literatura científica comparável. Segundo a autora, uma avaliação ideal deveria considerar todas as quatro literaturas, além de considerar os baixos índices de citações relacionados com as dispersas citações transdisciplinares e o acúmulo de citações ao longo do tempo, que normalmente são muito demoradas no ponto de vista da política científica. A abrangência das quatro literaturas é muito maior.

Hicks (2004) ainda destaca diferenças entre as áreas, como economia e psicologia cuja literatura é similar à literatura científica, ou a sociologia que pertence a uma literatura das ciências sociais, mais paradigmática, ou a história que representa as humanidades. Os índices de citação podem favorecer as duas primeiras. Cada vez mais os recursos direcionados para a pesquisa são baseados nesses índices, mas deveriam ser mais razoáveis, sem esquecer que as outras três literaturas existem.

Como consequência podemos ter pesquisadores querendo adaptar sua pesquisa aos moldes de avaliação, o que resultaria numa nova ciência social, que abandona as três literaturas em favor de periódicos indexados, diferente daquela que tem quatro tipos de literatura específicas, cada uma com seus propósitos.

Em seu artigo “Critérios para alcançar a qualidade de pesquisa nas Humanidades: um estudo Delphi entre acadêmicos de Literatura Inglesa, Literatura Alemã e História da Arte” (tradução nossa), Hug; Ochsner e Daniel (2013) destacam que alcançar a qualidade de pesquisa nas Humanidades é uma questão intrigante e que, apesar dos recentes esforços e iniciativas, ainda existe uma oposição dos pesquisadores das humanidades que indicam que os atuais esquemas e ferramentas de avaliação não estão suficientemente alinhados com as necessidades das disciplinas destas áreas.

Até agora tem se prestado pouca atenção à oposição dos pesquisadores ao desenvolvimento de ferramentas de qualidade nas humanidades, no entanto elas devem ser consideradas. É por essa razão que Hug, Ochsner e Daniel (2013) decidiram analisar as objeções dos pesquisadores e identificaram quatro pontos cruciais que precisam ser considerados na elaboração de ferramentas de avaliações de qualidade:

1. Os pesquisadores das humanidades apontam que os critérios de avaliação se originaram nas áreas das ciências naturais e são modelados de acordo com as necessidades destas áreas;
2. Os pesquisadores tem forte resistência no que diz respeito a quantificação da qualidade da pesquisa;
3. Eles temem um efeito negativo dos indicadores;
4. Pesquisadores afirmam que há uma falta de consenso nos critérios de qualidade nas disciplinas de humanidades e, por isso é impossível comparar ou assegurar a qualidade da pesquisa.

Baseado nestas quatro objeções, os autores elaboraram um quadro para explorar e desenvolver critérios e indicadores de qualidade nas humanidades. Os quatro pilares deste quadro são:

1. Adotando uma abordagem de dentro para fora. “O desenvolvimento de critérios e indicadores deve ser baseado nas humanidades, **o ideal seria em cada disciplina** ou subdisciplina, com critérios emergentes de cada disciplina” (HUG; OCHSNER; DANIEL; 2013, p. 370, tradução e grifo nossos);
2. Os indicadores devem estar ligados a conceitos de qualidade;
3. Explicitar a noção de qualidade. Cada vez mais os pesquisadores afirmam que o que se entende por qualidade deve ser considerado ao elaborar critérios e indicadores, pois isso fica alinhado com o entendimento desses pesquisadores do que é uma boa pesquisa;
4. Busca pelo consenso no que diz respeito aos critérios de qualidade.

Os autores buscam responder três perguntas:

1. O que é critério para boa pesquisa para os estudiosos das disciplinas estudadas?;
2. Quanto esses critérios são apropriados aos olhos dos acadêmicos que vão medir sua própria pesquisa?;
3. Existem critérios que são claramente aprovados pela maioria e desaprovados por poucos em uma ou mais disciplinas (ou seja, um critério de qualidade consensual)?

Os resultados do estudo de Hug, Ochsner e Daniel (2013) apontam para três situações:

1. Para avaliar as humanidades é necessário um amplo número de critérios;
2. Apesar de terem sido identificados critérios compartilhados, mesmo nas disciplinas de humanidades os critérios não podem ser os mesmos devido às características específicas das áreas;
3. Nem todos os critérios utilizados em esquemas de avaliação são compartilhados pelos estudiosos das humanidades, por exemplo, impacto social, reputação e produtividade, e, os pesquisadores conhecem alguns critérios nem sempre utilizados em avaliações. Também se verificou que a visão dos pesquisadores e dos estudiosos é diferente no que diz respeito às avaliações de qualidade.

Por fim, os autores afirmam que, para estabelecer uma visão compartilhada entre os avaliadores e os pesquisadores é importante o uso de discussões em Fóruns especializados. Elaboraram ainda um modelo de análise e sugerem que cada *stakeholder* siga este modelo e os resultados das análises devem ser discutidos nos Fóruns, principalmente quando estão relacionados com a capacidade coletiva de aprendizagem.

Mediante o apresentado, podemos destacar que avaliar a produção científica é um desafio que deve se adequar às diversas especificidades das áreas, uma vez que pode favorecer algumas em detrimento de outras, que não se apresentam no mesmo estágio de desenvolvimento, muitas vezes por serem áreas mais recentes, com menor número de pesquisadores e, conseqüentemente com menor produção.

2.3 Indicadores bibliométricos

Indicadores são medidas realizadas para representar, substituir conceitos intangíveis.

Os indicadores de ciência e tecnologia (C&T) passam a ser quantificados em diversas instituições, a partir de fontes de dados diversas, tendo sua origem no momento em que integrava os Sistemas de Indicadores Econômicos, pela forte correlação entre gastos em C&T e expansão do Produto Interno Bruto (JANNUZZI, 2002). Da mesma forma que em uma análise econômica, busca-se por meio destas mensurações avaliar que proporção do montante

investido em C&T é utilizado para fortalecimento da estrutura do Sistema de C&T e qual o impacto ocorrido na sociedade (MUGNAINI; CARVALHO; CAMPANATTI-OSTIZ, 2006, p.323).

Com o crescente desenvolvimento da ciência, surgiu a necessidade de avaliar e mensurar a qualidade da produção científica veiculada, principalmente, através dos periódicos científicos. Para isso é importante o acesso a informações sobre a qualidade dos periódicos. Surgem então os estudos bibliométricos, cada vez mais utilizados para avaliar a produção científica de todas as áreas de conhecimento.

Quando o volume da produção científica passa a ser visível nos grupos, instituições e países, se faz necessária a utilização de metodologias para analisá-la, por meio da construção de parâmetros que tornam possível reavaliar e repensar os objetivos destes grupos, instituições ou países, reprogramando suas estratégias de crescimento e necessidades. Os estudos bibliométricos constituem um método de abordagem para análise e avaliação da produção científica e contribuem para a visualização do comportamento da ciência em um dado campo. A partir desses indicadores pode-se sinalizar o que é mais importante ou significativo dentro de um campo ou contexto científico, por meio da análise de suas tendências (GRACIO; OLIVEIRA, 2013, p.76)

Alguns historiadores franceses apontam Paul Otlet, autor belga, como o criador da bibliometria. Na obra *Traité de documentation: le livre sur le livre*, o autor definiu a bibliometria como “a área que se ocupa da medida ou da quantidade aplicada a livros” (SANTOS; KOBASHI, 2009, p. 156). Já os autores de origem anglo-saxônica, atribuem a criação do termo a Pritchard, que propôs sua utilização em substituição à bibliografia estatística (*statistical bibliography*), utilizado desde 1922 por E. Wyndham Hulme, “para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação)” (ARAÚJO, 2006) a partir de técnicas estatísticas e matemáticas, “com a conotação de esclarecimento dos processos científicos e tecnológicos, por meio da contagem de documentos” (GUEDES; BORSCHIVER, 2005, p. 2).

Spinak (1998) aponta a bibliometria como uma disciplina com alcance multidisciplinar e que analisa os aspectos mais relevantes e objetivos da comunidade científica, a comunicação escrita.

Price (1976), concorda, acrescentando que

Deixando de lado os julgamentos de valor, parece clara a importância de se dispor de uma distribuição que nos informe sobre o número de autores, trabalhos, países ou revistas que existem em cada categoria de produtividade, utilidade ou o que mais desejamos saber (PRICE, 1976, p. 39).

Segundo Araújo (2006), a bibliometria foi

[...] inicialmente voltada para a medida de livros (quantidade de edições e exemplares, quantidade de palavras contidas nos livros, espaço ocupado pelos livros nas bibliotecas, estatísticas relativas à indústria do livro), aos poucos foi se voltando para o estudo de outros formatos de produção bibliográfica, tais como artigos de periódicos e outros tipos de documentos, para depois ocupar-se, também, da produtividade de autores e do estudo de citações. (ARAÚJO, 2006, p. 12-13)

Para Meadows (1999, p. 89), além da tradicional avaliação por pares, uma das formas de avaliar a qualidade de uma publicação é verificar o nível de interesse de outros estudiosos pela pesquisa, e isso pode ser feito por meio da análise das citações, ou seja, verificar quantidade de citações de uma pesquisa na bibliografia ulterior. Essa forma de análise criou força com a expansão do uso dos computadores na década de 1960 e se fortaleceu com a criação do primeiro índice de citações, o *Science Citation Index* (SCI) por Eugene Garfield, fundador do *Institute of Scientific Information* (ISI).

Vanz (2003) destaca que as preocupações de Garfield, e suas razões para estudar a ciência, continuam muito atuais, como por exemplo, o papel da ciência na guerra e na paz, o uso e mau uso da pesquisa, relações entre Ciência e Tecnologia, responsabilidades dos cientistas e da sociedade, entre outras.

Desta forma foi formulado por Garfield, o conceito do Fator de Impacto, publicado anualmente pelo *Journal Citation Reports* (JCR), que “mede para os periódicos selecionados a relação entre as citações recebidas no ano e o número de artigos publicados no ano anterior” (PACKER; MENEHINI, 2006, p. 247).

O *JCR* é um subproduto da *Web of Science*, índice internacional de referência para periódicos produzido pelo ISI, que pertence ao grupo *Thomson Scientific*. Inclui em seus metadados, além da referência bibliográfica básica (título, autor, fonte), o resumo e as referências bibliográficas das citações feitas no artigo, que podem ser comparadas com artigos publicados em periódicos indexados no mesmo índice. A *Web of Science* e o *JCR* configuram-se como “fontes mundiais comumente utilizadas para medir a produção científica dos países, das áreas temáticas, das instituições e também dos pesquisadores”. Portanto, “fazer parte do *JCR* é interpretado como o mais alto nível que um periódico pode atingir com indexação e visibilidade internacional” (PACKER; MENEHINI, 2006, p. 248).

Com esse índice, se quer identificar autores que, apesar de terem tido pouca produção, produziram um material muito significativo, isto é, que receberam muitas citações, em oposição a autores que podem ter tido muitas citações porque publicaram muitos trabalhos, mas cada um desses trabalhos isoladamente com pouca relevância no campo científico (ARAÚJO, 2006, p. 15).

Além do FI, existe outro indicador que pode ser calculado através do *Web of Science*, o índice h (IH). Proposto por Jorge E. Hirsch, em 2005, o indicador apresenta um valor igual a X se seus X artigos recebem pelos menos X citações cada. O índice h é o número de artigos com citações maiores ou iguais a esse. Existem críticas a esse e a outros métodos de classificação, principalmente por não considerarem as diferenças entre áreas (MUGNAIN; PACKER; MENEHINI, 2008).

A bibliometria, através da análise de citações, pode ser utilizada para a avaliação de periódicos científicos. Como todo o método de avaliação, possui suas vantagens e desvantagens, mas é, indiscutivelmente, uma ferramenta indispensável para o conhecimento de determinadas comunidades científicas, auxilia a identificar comportamentos e também a aferir parâmetros de qualidade das publicações. Sendo assim, a bibliometria permite a realização de estudos e análises mais complexos, tornando-se uma ferramenta de grande utilidade para a ciência.

Santos (2003) destaca um crescente interesse de especialistas e autoridades governamentais por indicadores quantitativos que auxiliam o entendimento da dinâmica de ciência e tecnologia (C&T) e funcionam como instrumentos para o planejamento de políticas e tomada de decisões no setor. Com isso surge uma nova especialidade dos estudos métricos, a “cienciometria” ou “cientometria”, cuja meta é “gerar informações e discussões que contribuam para a superação dos desafios característicos da ciência moderna” (SANTOS, 2003, p. 23).

A Cientometria, apoiada em indicadores bibliométricos,

[...] fornece mecanismos que permitem traçar a perspectiva de uma área específica, grupo ou país, além de apontar suas tendências e servir de referencial para políticas públicas ou institucionais. Os indicadores bibliométricos, entre todos os elementos que compõe o contexto do sistema de ciência & tecnologia representam a produção científica, que é considerada um output da ciência. Podem ser entendidos como os parâmetros utilizados no processo avaliativo de qualquer atividade (MUGNAIN; CARVALHO; CAMPANATTI-OSTIZ, 2006, p.324).

Os fundamentos, as técnicas, as aplicações dos métodos bibliométricos evoluíram sobremaneira graças a inúmeras pesquisas. Com base nesta premissa, Santos (2003) apresenta, a compilação da literatura científica tratando da constituição e da própria evolução do marco teórico da área retomando autores como Price, Pritchard, entre outros. Ele destaca que após a segunda guerra o papel dos pesquisadores voltou a destacar-se, não só pela sua “capacidade de equacionar problemas científicos e desenvolver soluções como de propor e validar tais indicadores, definindo seus alcances e limitações” (SANTOS, 2003, p. 23).

As análises bibliométrica, cientométrica e infométrica representam importante parte da pesquisa em CI e apresentam técnicas para mapear as ciências, que podem fornecer importante informação sobre uma disciplina e sua relação com as demais disciplinas (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995). Porém, de acordo com os autores, os estudos bibliométricos podem descrever a realidade, alguns padrões sociológicos na comunicação científica ou como as coisas se desenvolvem, mas não podem interpretar esse desenvolvimento, nem dizer o quanto este desenvolvimento pode ser útil em outras circunstâncias ou simplesmente representar ajustes a algum tipo de condição social. Nesse sentido, destacam exemplos de autores que pensam dessa forma: P. Wilson's que fala que o impacto de um artigo é zero; D. Hull que diz que publicar um artigo é o mesmo que jogar fora e P. Jaenecke que diz que a maioria das publicações contém conhecimento perimetral e pseudoconhecimento, mas não todo conhecimento.

A bibliometria, a partir da década de 1980, apresenta constante evolução, com estudos de relevância internacional e seus indicadores passam a ter grande importância, influenciando a política científica (WHITE; MCCAIN, 1989), além disso, “a bibliometria reforçou-se como método, tornou-se uma especialidade” (MUELLER; PASSOS, 2000, p.15).

O uso dos dados bibliométricos possibilita comparar a produtividade e o impacto das pesquisas de um país através de diversos níveis de análise, como por exemplo, entre pesquisadores, grupos de estudo, instituições, países ou mesmo dentro das disciplinas. Eles podem auxiliar a explicar, interpretar ou até mesmo entender a comunicação científica através do estudo dos objetos, agentes, eventos, produtos, e nos contextos de tais atividades, como entidades a serem contadas, medidas ou quantificadas. São instrumentos importantes utilizados para descrever, explicar, prever e analisar o sistema de comunicação científica. Com foco no conhecimento do comportamento comunicativo acadêmico que os métodos bibliométricos podem prover, os autores elaboraram uma classificação num esquema de sete facetas dos estudos bibliométricos (BORGMAN; FURNER, 2002).

A face I, do comportamento, expressa a distinção entre escrever, vincular (*linking*), submissão e colaboração como sendo as atividades comunicativas que devem ser analisadas. Auxiliam a determinar características e significados dos textos, padrões de publicação, níveis de colaboração entre pesquisadores e os contextos das publicações através da análise de seus vínculos de pesquisa que vão além da citação. Dentre algumas medidas de avaliação, os autores destacam a avaliação de documentos, de pessoas, de periódicos, de grupos e de nações.

A face II aborda a dicotomia entre estudos metodológicos e comportamentais. De acordo com os autores, é um pouco arbitrário rotular os estudos nesta dicotomia, visto que, na prática, os estudos variam nas extensões e representam avanços tanto em nossa compreensão do comportamento ou a nossa compreensão do método.

Na face III, destacam-se os objetivos que podem ser vinculados ao comportamento: descrever e classificar o comportamento observado; explicar o comportamento seja identificando um mecanismo casual, que pode ou não possibilitar a previsão de um futuro comportamento, ou interpretando o significado dado a uma atividade e o local onde ela é realizada; avaliar ou mesmo prescrever o comportamento com base em julgamentos relacionados a sua validade ou utilidade.

As variáveis da face IV consideram o nível de agregação no qual cada comportamento é observado: pessoa, grupo, domínio e nação. E na face V é considerada a extensão na qual a comparação é feita: comparativo e não comparativo entre pessoas, grupos, domínios, nações ou métodos.

Na face VI são consideradas as variáveis relacionadas à extensão da triangulação no que se refere à escolha do método, quer seja um método único ou um método múltiplo. E, finalmente, na face VII são consideradas as variáveis de formato: artigo (empírico ou teórico), revisão de literatura e trabalho de referência.

De acordo com Araújo (2006), além dos citados, existe outro conjunto de leis bibliométricas que são relacionadas com a obsolescência e vida média da literatura. Essas leis foram elaboradas para descrever como ocorre a queda da validade ou utilidade de informações em virtude do tempo.

O JCR utiliza para o cálculo do FI uma janela de citações de apenas dois anos e muito vem sendo discutido no sentido de se aumentar essa janela quando da análise de periódicos de ciências sociais e de outras áreas que apresentam um ritmo de obsolescência da literatura mais lento e um baixo imediatismo [...] O cálculo do FI para um período de dois anos pode passar a falsa impressão de que periódicos de ciências sociais possuem menos qualidade do que os de ciências (*hard sciences*), mas na verdade esses últimos acabam sendo beneficiados pela janela de citação menor, pois o ritmo de avanço do conhecimento é mais acelerado (SANDES-GUIMARÃES; DINIZ, 2013, p.2).

Sandes-Guimarães e Diniz (2013) buscam identificar o impacto e a meia-vida dos periódicos de Administração do Brasil, visando fornecer subsídios para uma reflexão sobre os indicadores para medição do impacto de periódicos científicos brasileiros e seu uso na avaliação na produção científica no Brasil. Os autores constataram que

grande parte dos periódicos não está indexada nas bases que calculam os principais índices de impacto e, muitas vezes, mesmo estando indexado um periódico pode não ter um “impacto” quando considerado o conjunto restrito de revistas abrangido pela base, predominantemente norte-americanas e europeias que muitas vezes “conversam” apenas entre si (SANDES-GUIMARÃES; DINIZ, 2013, p.2).

O cálculo do indicador bibliométrico de meia-vida pode ajudar a identificar qual seria o melhor tempo a ser considerado para o cálculo do impacto dos periódicos da área de Administração, “possibilitando a adequação da análise de citações às especificidades de uma área do conhecimento” (SANDES-GUIMARÃES; DINIZ, 2013, p.2).

Dessa forma, cada vez mais os estudos bibliométricos são aprimorados, acompanhando as tendências da produção científica, sua análise e avaliação nas diversas áreas do conhecimento.

A utilização de indicadores bibliométricos pode auxiliar para a tomada de decisão em C&T uma vez que, de posse de indicadores quantitativos e analisados no contexto de cada área, permitem às agências de fomento decidir sobre os financiamentos com maior eficiência, contribuindo de maneira efetiva para as pesquisas consideradas mais relevantes. A “avaliação da produção científica requer diferentes abordagens, entre elas o uso de recursos que utilizam indicadores quantitativos e/ou qualitativos” (SANTAREM, 2010, P. 34).

A análise quantitativa da ciência, que se dá a partir de indicadores, é tida como complementar à análise qualitativa, realizada pelos pares em diversas etapas, desde a formação, quanto na entrada e progressão na carreira de cientista, até a avaliação de sua pesquisa, que se consubstancia em manuscritos e títulos.

Tais constatações permitem afirmar que estudos de produção científica nacional, com vistas à geração de indicadores para subsídio à Política Científica, são alvo de interesse mundial; tendo a discussão sobre cobertura de bases de dados uma crescente atenção (o que pode se dever à recente alternativa oferecida pela base Scopus, em relação à hegemonia da *Web of Science*); contudo o tema relacionado às revistas não-anglófonas (e sua internacionalização) encontra menor interlocução, denotando assim a necessidade de ser discutido em âmbito nacional (MUGNAINI; DIGIAMPIETRI; MENA-CHALCO, 2014, p. 3).

De acordo com Bastos; Cooper¹⁰ (1995, apud Mugnaini, 2011) “Políticas científicas e tecnológicas são formas de intervenção do Estado que não só promovem a difusão e desenvolvimento do conhecimento, mas também incorporam aplicação prática em produção de bens e serviços”. Mugnaini (2011, p.49) destaca que é necessário “concentrar pesquisas focadas ao contexto nacional, com vistas a um sistema de C&T adequado a realidade local”. Segundo o autor é necessário “conhecer a produção científica nacional em suas

¹⁰ BASTOS, M. I.; COOPER, C. **Politics of Technology in Latin America**. London: Routledge, UNU.

especificidades” o que pode ser feito a partir de informações levantadas a partir do sistema de coleta da CAPES.

2.4 Avaliação e internacionalização da produção científica

De acordo com Gertler et al. (2011, p.13): “As avaliações de impacto visam determinar se um programa alcançou ou não os resultados esperados e também para verificar se existem estratégias alternativas para alcançar tais resultados” (tradução nossa). Os autores acreditam que o aumento e a melhora dos processos de avaliação de impacto permitirão fortalecer a base documental e gerar evidências para a criação de políticas e programas de desenvolvimento pelo mundo todo. A esperança é de que as decisões governamentais e dos profissionais de desenvolvimento possam ser baseadas nestas evidências, e os recursos destinados ao desenvolvimento internacional sejam utilizados de forma mais eficaz, para reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A avaliação é mais que uma ação cotidiana na ciência; ela é parte integrante do processo de construção do conhecimento científico. É através da avaliação – seja de artigos para publicação, seja do currículo de um pesquisador para contratação, seja de um projeto de pesquisa submetido para financiamento, seja de outras várias situações e atores – que se definem os rumos, tanto do próprio conteúdo da ciência quanto das instituições a ela vinculadas. Diante disso, não surpreende que a avaliação da atividade científica tenha surgido com a própria ciência (DAVTY; VELHO, 2000, p. 1).

Quando abordamos a questão da avaliação não podemos deixar de mencionar a internacionalização.

O que impulsiona o desenvolvimento científico e tecnológico são a cooperação e a internacionalização. [...] é imperioso que haja cooperação entre suas comunidades de pesquisadores. Por isso, os diferentes países têm uma preocupação muito grande com a internacionalização da produção científica (FIORIN, 2007, p. 266).

De acordo com Fiorin (2007, p. 270), a questão não é se a produção científica apresentada em bases de dados internacionais é ou não representativa do que se faz no país, mas a de “estabelecer o que é relevante e como isso deve circular”. Para o autor, “a internacionalização está condicionada às especificidades de cada área, com suas diversas culturas de publicação” (FIORIN, 2007 p. 271).

A primeira questão a ser discutida é se é possível internacionalizar a produção em Ciências Humanas e Sociais nos mesmos níveis da de outros ramos do conhecimento. A resposta é não [...] Nas CHS, embora os *papers*

tenham relevância, o que de mais significativo se produz é veiculado por meio de livros, que apresentam uma reflexão de maior fôlego, mais amadurecida (FIORIN, 2007 p. 272).

Mesmo considerando que não é possível estabelecer critérios únicos de avaliação, é possível determinar padrões de excelência nacional para todos os campos, inclusive as Ciências Humanas e Sociais. É preciso estabelecer uma política para a internacionalização da produção científica que considere a diversidade, a heterogeneidade e a diferença (FIORIN, 2007).

Fiorin (2007, p. 279) destaca três políticas que podem auxiliar a avaliação: analisar a produção nacional veiculada no exterior para ter uma real visão da inserção internacional das Ciências Sociais e Humanas; criar uma base bibliográfica com índices bibliométricos confiáveis também para essas áreas, talvez uma expansão do SciELO, “já que no Qualis há critérios muito diferenciados de área para área”; estabelecer medidas de apoio a divulgação internacional da produção científica, principalmente das CSA e HUM, entre elas o incentivo para indexação da produção nacional no ISI ou bases representativas, a criação de um *Brazilian Journal* para todas as áreas, com versões em inglês, de preferência sem ligações institucionais, ligados à Associações Nacionais e a parceria de editoras nacionais e internacionais para publicação de livros. Também deveriam existir programas de incentivo nas universidades ou órgãos de financiamento para publicação de artigos em inglês, em periódicos internacionais.

2.4.1 Agências de fomento e financiamento da pesquisa no Brasil

O cenário de capacitação científica no Brasil tem início no século XX, dentro de um contexto internacional fortalecido desde os estudos de Price, com apoio de organizações internacionais como UNESCO, Banco Mundial, entre outras, no que diz respeito a pesquisa com a ampliação e o fortalecimento da comunidade científica. Em 1951, com a elaboração do projeto nacional, foram criados os dois principais órgãos oficiais de fomento: CAPES e Conselho Nacional de desenvolvimento científico (CNPq).

No final da década de 1960, além da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) de 1967, do governo federal, os estados começam a apoiar a pesquisa através das Fundações de Amparo (FAPESP, FAPERJ, FAPEMIG, FACEPE, FACEAL, FAPERGS). Nesse período a comunidade científica brasileira, através das sociedades científicas, começou a discutir os programas de apoio ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, questionando a utilização

dos recursos destinados ao planejamento e utilização de serviços, que devem favorecer a sociedade (POBLACIÓN; OLIVEIRA, 2006).

As novas perspectivas do Brasil, em atividades de Ciência e Tecnologia, para inserir a pesquisa nacional na comunidade internacional vêm se alterando significativamente nos últimos anos [...] Contudo, as políticas propostas pelo poder público, têm sido inconstantes e pouco abrangentes. Em algumas décadas incentivou-se muito, a criação e o fortalecimento, de elementos de INPUT como Universidades Federais, programas de Pós-Graduação para capacitação de doutores e fomento à pesquisa. As políticas de apoio a elementos de OUTPUT como publicações e disseminação de resultados de pesquisas têm sido menores gerando uma desarmonia entre eles (POBLACIÓN; OLIVEIRA, 2006, p. 62).

As autoras destacam que os projetos cooperativos e o planejamento da pesquisa (básica ou aplicada) são estratégias que “garantem o INPUT adequado para alcançar o OUTPUT cujo modelo [apresentado na figura 16] é fundamentado em indicadores decorrentes do fluxo adequado da comunicação dentro do contexto socioeconômico” (POBLACIÓN; OLIVEIRA, 2006, p. 67).

Figura 16 – Planejamento da Pesquisa: visibilidade e acessibilidade da produção científica

Fonte: POBLACIÓN; OLIVEIRA, 2006, p. 71.

As medidas de INPUT e de OUTPUT são fatores que influenciam a produção científica. Nos países periféricos, os recursos destinados ao fomento, normalmente se fragmentam em diversos programas e estão concentrados nos elementos de INPUT, restando poucos recursos para os elementos de OUTPUT como a publicação de periódicos, que tem um peso maior, gerando um conflito dentro do sistema, uma vez que os elementos do OUTPUT são importantes para a formação de políticas científicas (POBLACIÓN; OLIVEIRA, 2006).

2.4.2 Sistema de avaliação Qualis - CAPES

O Sistema de Avaliação da Pós-graduação foi implantado pela CAPES em 1976 e está diretamente relacionado ao desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Abrange dois processos conduzidos por comissões de consultores: a Avaliação das Propostas de Cursos Novos e a Avaliação dos Programas de Pós-graduação com objetivo de assegurar e manter a qualidade dos cursos de Mestrado Profissional, Mestrado e Doutorado no país (CAPES, 2011b).

O sistema brasileiro de avaliação de programas de pós-graduação vem evoluindo desde 1976, e é considerado um dos mais modernos do mundo. Esse sistema direciona o desenvolvimento da pós-graduação no país.

É um instrumento de grande importância à concessão de auxílios, tanto por parte das agências de fomento nacionais, como dos organismos internacionais. Além do acompanhamento anual, todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* são submetidos a uma criteriosa avaliação periódica, cujos resultados são publicamente divulgados (CAPES, 2011b).

A periodicidade das avaliações foi alterada ao longo dos anos. A princípio eram realizadas anualmente. De 1984 a 1998 foram bienais, e então passaram a ser trienais. Na 68ª reunião do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), em dezembro de 2014, foi aprovada a mudança para avaliação quadrienal.

A avaliação é realizada ao final de cada período e os resultados de cada programa são apresentados na "Ficha de Avaliação" definida pelo CTC-ES, onde constam os vários quesitos e itens avaliados, os atributos a ele consignados, com os respectivos comentários e justificativas da comissão avaliadora, e, ao final, o conceito correspondente ao seu desempenho no período, de 1 a 7. A comissão é liderada por um coordenador, um coordenador adjunto e um coordenador adjunto de mestrado profissional, e composta por consultores *ad-hoc* com experiência na área de especialidade. Todo programa de pós-graduação, tanto para seu início como para continuidade de suas atividades, tem que passar pela avaliação da CAPES (CAPES, 2011b).

Os resultados da Avaliação Trienal realizada pela CAPES, além de indicarem a qualidade do desempenho e a posição relativa de cada programa no contexto de sua respectiva área, servem de referência para as decisões dos órgãos governamentais de investimento na pesquisa e na pós-graduação e fundamentam as deliberações do Conselho Nacional de Educação sobre quais cursos de mestrado e de doutorado obterão, para vigência no triênio seguinte, a renovação de seu "reconhecimento" (CAPES, 2011b).

Todo curso aprovado pela CAPES passa a fazer parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e, anualmente, fornece informações, através da Coleta CAPES (atualmente na Plataforma Sucupira), sobre a sua atividade acadêmica, que geram os relatórios para avaliação de desempenho feita pelas comissões. Os cursos que recebem notas 1 e 2 são descredenciados e fechados assim que o último aluno matriculado concluir sua titulação. Em contrapartida, os cursos com notas 6 e 7 recebem um fomento exclusivo para programas de excelência. Desta forma existe uma constante busca pelo aperfeiçoamento dos cursos, para melhoria da nota atribuída e consequentemente aumento nos financiamentos e bolsas por parte dos órgãos de fomento (CAPES, 2011b).

A CAPES tem incorporado novas definições e procedimentos para atender às necessidades de algumas áreas. Um exemplo foi a criação, em 1999, da área Multidisciplinar, logo depois transformada em Grande Área, em substituição da Grande Área Outras e a criação das áreas Interdisciplinar (que substitui a antiga área Multidisciplinar), Materiais e Biotecnologia. Posteriormente, em 2011, foi incorporada a área de Ciências Ambientais. Outra mudança que ocorreu neste mesmo ano, foi a alteração de algumas áreas já existentes. Foram ampliadas as áreas de Ecologia e Meio Ambiente, que incluíram alguns programas de Ciências Biológicas I (Botânica, Oceanografia e Zoologia) e passaram a compor a área Biodiversidade (CAPES, 2011a). Outra mudança foi na área de Ensino de Ciências e Matemática que se transformou em Ensino, visando abranger programas com características similares de áreas diferentes (CAPES, 2011b). Também neste ano de 2011 foi criada a área de Nutrição, até então vinculada à Medicina II, justificada “tanto pela identidade do campo, que não pode ser visto apenas a partir do olhar biomédico, como também pela densidade que vem construindo no que tange à formação humana, cada vez mais qualificada, para o ensino superior e para a pesquisa em Alimentação e Nutrição” (KAC; PROENÇA; PRADO, 2011).

A questão das "áreas do conhecimento" é assunto de interesse e discussão de diversos autores ao longo das décadas, e levam a reflexões e análises das questões sobre a representação do conhecimento. Souza (2004, p. 20) destaca que a principal finalidade da criação de uma

tabela de ‘Áreas do conhecimento’ é orientar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia do País. Uma tabela desta natureza, construída em base de uma sistematização de campos de pesquisa, poderá gerar indicadores representativos de atividades de pesquisa (projetos de pesquisa), formação de recursos humanos (programas de ensino superior) e produtos (publicações, bases-de-dados etc.), para citar alguns exemplos. Os possíveis usuários de tal instrumento seriam as instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação do país, notadamente: órgãos governamentais, agências de

fomento, instituições de ensino e pesquisa, sociedades científicas e a própria comunidade científica.

As primeiras tabelas de áreas surgem com a necessidade de “organização do conhecimento”, preocupações exclusivas dos bibliotecários e dos filósofos. Posteriormente autores de enciclopédias e educadores também se interessaram por tais classificações. Mais recentemente, documentalistas, cientistas da informação e linguistas também passaram a se interessar por esta área. Desta forma as primeiras classificações são de origem europeia, que exerceram forte influência na classificação adotada no Brasil (SOUZA, 2004).

A construção, revisão ou atualização de uma tabela de áreas do conhecimento, é uma atividade complexa que precisa do apoio de toda a comunidade de pesquisadores, que irão aceitar e utilizar a nova classificação, além da participação do CNPq, da CAPES e das Sociedades Científicas.

O sucesso do trabalho de construção, atualização/revisão/reclassificação de tabelas de áreas do conhecimento dependerá de vontade política e de investimento específico tanto em pessoal especializado, altamente capacitado, como em infraestrutura necessária de apoio à implementação dos resultados alcançados. Além disso, será necessário contar com a participação efetiva da comunidade científica e manter uma equipe de acompanhamento permanente (SOUZA, 2004, p. 20).

As áreas de avaliação foram criadas, com base na “Tabela de áreas do conhecimento¹¹” do CNPq/ CAPES (CNPQ, 2016), com objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades de avaliação. Por critério de afinidade em termos de estrutura curricular, áreas de concentração, linhas de pesquisa e formação de recursos humanos, as 48 áreas de avaliação são agregadas em 3 Colégios e 9 Grandes Áreas, apresentados na figura 17 com as respectivas siglas elaboradas pela autora para facilitar a coleta de dados para esta tese.

¹¹ “A organização das Áreas do Conhecimento na tabela apresenta uma hierarquização em quatro níveis, do mais geral ao mais específico que agrupam áreas básicas (ou áreas do conhecimento), subdivididas em subáreas e especialidades: 1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos; 2º nível – Área do Conhecimento (Área Básica): conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas; 3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados; 4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas” (CAPES, 2016).

Figura 17 – Colégios, grande áreas e áreas CAPES

SIGLAS		SIGLAS		SIGLAS	
COLÉGIO DE CIÊNCIAS DA VIDA		COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR		COLÉGIO DE HUMANIDADES	
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	AGR	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BIO	CIÊNCIAS DA SAÚDE	SAU
Ciência de Alimentos	CAL	Biodiversidade	BDI	Educação Física	EFI
Ciências Agrárias I	CAG	Ciências Biológicas I	CBI I	Enfermagem	ENF
Medicina Veterinária	VET	Ciências Biológicas II	CBI II	Farmácia	FAR
Zootecnia / Recursos Pesqueiros	ZOT/RPE	Ciências Biológicas III	CBI III	Medicina I	MED I
				Medicina II	MED II
				Medicina III	MED III
				Nutrição	NUT
				Odontologia	ODO
				Saúde Coletiva	SAC
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	EXT	ENGENHARIAS	ENG	MULTIDISCIPLINAR	MUL
Astronomia / Física	AST/FIS	Engenharias I	ENG I	Biotechnology	BTE
Ciência da Computação	CCO	Engenharias II	ENG II	Ciências Ambientais	CAM
Geociências	GEC	Engenharias III	ENG III	Ensino	ENS
Matemática / Probabilidade e Estatística	MAT/PRO/EST	Engenharias IV	ENG IV	Interdisciplinar	INT
Química	QUI			Materiais	MTE
CIÊNCIAS HUMANAS	HUM	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CSA	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	LLA
Antropologia / Arqueologia	ANT/AQL	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	ADM/CON/TUR	Artes / Música	ART/MUS
Ciência Política e Relações Internacionais	CPO/RIN	Arquitetura e Urbanismo/Design	ARQ-URB/DGN	Letras / Linguística	LET/LIN
Educação	EDU	Ciências Sociais Aplicadas	CSO		
Filosofia / Teologia	FIL/TEO	Direito	DIR		
Geografia	GEO	Economia	ECO		
História	HIS	Planejamento Urbano e Regional / Demografia	PUR/DEM		
Psicologia	PSI	Serviço Social/Economia doméstica	SSO/EDO		
Sociologia	SOC				

Fonte: Elaborado pela autora.

A avaliação é realizada nas 48 áreas e segue uma sistemática e conjunto de quesitos básicos estabelecidos no CTC-ES. Em conjunto com as Fichas de Avaliação e os Relatórios de Avaliação, os Documentos de Área constituem o trinômio que expressa os processos e os resultados da Avaliação Trienal (CAPES, 2011b).

O sistema de avaliação Qualis, conduzido pela CAPES, e realizado com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*, tem sido utilizado desde 1998, “com o objetivo de aprimorar os indicadores de produção científica no processo de avaliação da pós-graduação brasileira” (SOUZA; PAULA, 2002). Analisa e classifica os periódicos em estratos com objetivo de avaliar a produção intelectual desses programas. Para cada estrato é determinada uma pontuação diferente que define a classificação do periódico: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo que este último não pontua. Tem o FI como referência para definição de seus critérios.

O sistema Qualis foi desenvolvido para a construção de indicadores de produção científica que se fundamentam na qualidade das revistas científicas utilizadas pelos programas de pós-graduação. Para isso elas recebem uma classificação conforme critérios definidos pelas comissões de áreas (SOUZA; PAULA, 2002).

Após a primeira avaliação trienal da CAPES, algumas áreas consideraram inadequada a estratégia utilizada pelo Qualis e o mesmo foi modificado levando em

consideração os critérios específicos de cada área. Além disso, cada área pode escolher o tipo de veículo que quer que seja classificado, só periódicos ou também anais, livros, ou outros veículos, como por exemplo, as áreas de Artes e Música que consideram partituras, filmes, pinturas, e muitas outras formas de expressão artísticas; ou ainda as Ciências Humanas, que têm sua produção científica divulgada primordialmente em livros e capítulos de livros e os mesmos são considerados na avaliação (SOUZA; PAULA, 2002).

De acordo com Mugnaini e Sales (2011), a maioria das áreas de avaliação de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas apenas exige que o periódico esteja no JCR, mas as áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo (Sociais Aplicadas) e Geografia (Humanas) são uma exceção, estão entre as que passaram a exigir um Fator de Impacto mínimo de 0,5 no Triênio de 2004-2006, valor mantido no triênio posterior, e duplicado na avaliação de 2010-2012.

Maccari, Lima e Riccio (2009), que estudam como o sistema de avaliação adotado pela CAPES vem sendo utilizado pelos programas de pós-graduação stricto sensu em Administração no Brasil, apontam que: 1) o sistema de avaliação tem grande influência no desenvolvimento dos programas e é o seu principal direcionador estratégico; 2) os critérios e itens de avaliação estão bem definidos e são conhecidos pela comunidade acadêmica avaliada; 3) o sistema demanda alta qualidade e produtividade e encoraja os programas a ampliarem sua inserção na comunidade.

Ainda no que diz respeito ao Qualis podemos destacar o estudo de Bonini (2004) que discute os princípios de avaliação e classificação dos periódicos empregados na base Qualis de Letras/Linguística. O autor procura, por meio da consideração dos problemas da editoração científica brasileira, levantar um modelo ideal de revista científica e analisar a classificação implementada na base Qualis de Letras/Linguística e propor uma alternativa de avaliação e classificação. Segundo Bonini (2004, p. 142)

A discussão dos problemas e méritos da Qualis é de suma importância, pois ela está tornando-se a referência máxima na identificação dos periódicos nacionais. De certo modo, ela passa a ser uma diretriz na condução dos rumos que a produção editorial científica irá tomar, pois elege modelos de periódicos (os mais bem conceituados) que serão considerados na constituição das novas revistas. Caso esses modelos não sejam, de fato os melhores, as novas revistas já começarão com uma fundamentação pouco sólida.

Outro fator, que Bonini (2004) destaca como problemático, é a questão de, na base Qualis, uma área considerar periódicos de outra. Segundo o autor esse fato “torna a classificação extremamente confusa. [...] também nos sugere que a análise em cada comissão

é sumária e pouco rigorosa, pois é muito difícil que uma área de conhecimento disponha de conhecimentos e meios suficientes para avaliar os periódicos de outra” (BONINI, 2004, p.151).

De acordo com Spagnolo e Souza (2004), o sistema de avaliação atual é monolítico e deverá ceder à demanda por uma maior diversificação e flexibilidade. Dar mais liberdade para que as áreas ou grandes áreas definam se não os grandes critérios, certamente indicadores e, sobretudo, parâmetros.

Para suprir “a falta de uma base de dados dedicada à literatura científica excluída da literatura da corrente principal”, em 1996, foi criado o projeto SciELO, já citado, a fim de “permitir que resultados da produção científica brasileira se tornassem mais visíveis internacionalmente” e “construir uma base de dados que proveesse indicadores que permitissem avaliar a produção nacional de conhecimento” (MENECHINI, 2003, p.18).

Com esse propósito, o projeto desenvolveu “uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico” (SCIELO BRASIL, 2011) que busca consolidar os seus indicadores em âmbito internacional e os periódicos indexados em sua base como produção científica de qualidade, para balancear os efeitos restritivos do JCR, e permitir a entrada dos periódicos nacionais no ISI e em outros índices internacionais (PACKER; MENECHINI, 2006).

Os critérios de avaliação Qualis exercem influência no fluxo da comunicação das áreas, e foram sendo adaptados ao longo dos triênios. Nota-se que o número de páginas dos documentos de área foi aumentando ao longo dos anos. No início das avaliações os documentos tinham 2 ou 3 páginas e hoje tem mais de 50 páginas.

Outra mudança ocorreu no período de avaliação sendo antes realizada a cada três anos (avaliação trienal) e, a partir de 2012, passa a ser realizada a cada quatro anos, sendo o quadriênio 2013-2016.

O estudo dos modelos de comunicação científica é de extrema importância a fim de identificar e mensurar as influências do processo de avaliação na produção científica fazendo com que as áreas vejam sua prática comunicacional alterada em busca de uma melhor avaliação. Por isso destacamos a importância de se investigar possíveis mudanças ocorridas no comportamento dos pesquisadores da área de Turismo, considerando os parâmetros propostos por sua área de avaliação.

3 QUESTÕES SOBRE A ÁREA DE TURISMO

Os estudos sobre o conhecimento produzido na área de turismo tem sido amplamente discutidos nas questões referentes à disciplinaridade. Os autores discutem aspectos disciplinares desse campo de estudo e como esse aspecto está relacionado com as práticas encontradas nas instituições de ensino superior. Este é um assunto que desperta diversas discussões que são de extrema importância para construção de um campo teórico e epistemológico tão necessário ao turismo.

3.1 Conhecimento científico em turismo e os aspectos disciplinares

O fenômeno do Turismo tem características complexas que dificultam seu entendimento e abordagem, principalmente porque possui ligações com diversas áreas do saber e não existem definições aceitas universalmente que colaborem para a compreensão de suas características.

Dencker (2005) destaca que a origem de muitos problemas das ciências é decorrente da utilização de paradigmas mecanizados aplicados indistintamente a vários campos do saber. Segundo a autora, o Turismo e a Hospitalidade são campos emergentes de conhecimento científico e que por isso os pesquisadores podem se deparar com uma evidente "insuficiência conceitual", com o uso de conceitos provenientes de outras áreas para tratar de assuntos que envolvem o Turismo. Observa-se que o diálogo entre as áreas pode ser maior ou menor, de acordo com o interesse da pesquisa e pode influenciar os resultados obtidos.

Desta forma o conhecimento em Turismo acaba incorporando teorias e conceitos de diferentes campos afins e que fazem com que o Turismo tenha um intenso grau de complexidade. Segundo Catramby e Bartholo Jr (2010, p. 4), é nesse contexto que surgem “os três pilares fundamentais para a construção do conhecimento em Turismo que são: a multi, a inter e a transdisciplinaridade”. O conhecimento científico do Turismo é “formado por um universo de conceitos e teorias de diferentes áreas do saber que juntos se tornam essenciais ao pleno exercício da atividade” (CATRAMBY; BARTHOLO JR, 2010, p. 4).

A educação em turismo recebeu influência de diversas disciplinas, tornando-se a princípio multidisciplinar para posteriormente desenvolver um conhecimento interdisciplinar, onde os pesquisadores recorrem a mais de uma disciplina para resolver um problema turístico. Um dos fatos que influenciaram essa multidisciplinariedade foi a necessidade de contratar profissionais para lecionar nos cursos que surgiam devido ao aumento da demanda. Devido ao

rápido crescimento da oferta de cursos de turismo surgiu o interesse acadêmico nesta área. Professores de diferentes disciplinas aplicaram os seus conhecimentos e metodologias ao Turismo e desta forma acabaram imprimindo uma característica multidisciplinar ao Turismo. Além disso, a atividade turística em si já estimula o uso de conhecimentos de mais de uma disciplina no campo científico do turismo, fato esse que destaca a característica interdisciplinar do Turismo. Essas características influenciam a estrutura curricular dos cursos, os tipos de pesquisas realizadas, as características dos professores e a formação profissional (AIREY, 2008), contribuindo para a formação da comunidade científica da área.

Todo esse relacionamento multi e interdisciplinar promoveu um crescimento e avanço na produção científica do conhecimento em turismo, que mesmo assim continua sendo um tema de menor interesse para os filósofos da ciência, de quem se esperam os estudos epistemológicos. É considerado complexo, devido à necessidade de uma sólida reflexão filosófica e porque parece ter pouca aplicação prática, sendo extremamente teórico. O pouco interesse dos filósofos nos assuntos do turismo aliado ao fato dos pesquisadores da área estarem mais voltados às questões práticas como planejamento, gestão e políticas públicas pode ser uma justificativa para o início tardio dos estudos epistemológicos do turismo, que datam da década de 1990 (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

Existe uma preocupação por parte de alguns pesquisadores brasileiros para formulação de conceitos e consolidação das bases epistemológicas do turismo e da hospitalidade, como é o caso das pesquisas de Moesch (2004), Panosso Netto (2005) e Gildra (2005), todos com base em estudos interdisciplinares que utilizam modelos de outras disciplinas como a Sociologia, a Filosofia e a Psicologia (DENCKER, 2005).

Segundo Moesch (2004, p. 5)

O objetivo de uma ruptura epistemológica não é de dar uma série de respostas, mas de fornecer outros métodos de pensamento que não os das ciências naturais, na esperança de que isto contribua para tornar as práticas sociais, no estudo particular – o Turismo – por um lado, mais responsáveis, sustentáveis e consequentemente humanas.

De acordo com Tribe (1997, p. 639) a epistemologia em turismo é importante por dois motivos, primeiro porque “promove uma revisão sistemática do que é o legítimo conhecimento turístico” e segundo porque “ainda não há acordo sobre o mapa ou as fronteiras dos estudos turísticos”. Dentro da perspectiva da análise epistemológica, ou seja, que estuda origem do conhecimento e seu desenvolvimento, o autor descreve as escolas temáticas por ele identificadas: a positivista (cientificista), a sistêmica, a marxista, a fenomenológica, a

hermenêutica e a teoria crítica, sendo a primeira, a pioneira e as demais uma tentativa de superá-la.

O tratamento científico dado aos temas do turismo está passando por um momento de grandes questionamentos e críticas, quando busca demarcar as suas fronteiras do conhecimento científico e consolidar-se como uma área de pesquisa independente.

El turismo como fenómeno complejo y de múltiples facetas, cuyas manifestaciones se dan en el ámbito de las ciencias sociales y aplicadas y de bases científicas todavía por consolidarse, puede encontrar en la combinación flexibilidad-rigor y coherencia-consistencia fundamentos científicos importantes para el conocimiento y explicación de sus problemáticas (MAZARO, 2011.p 576).

O turismo é um fenômeno que tem muita importância para economia, para a vida das comunidades, para o meio ambiente e, cada vez mais, os temas relacionados a sua gestão e impactos despertam interesse científico.

As pesquisas em busca da melhor forma de estudar o Turismo são objeto de vários trabalhos, tanto em âmbito internacional, com destaque para Jafari e Ritchie (1981), Leiper (1981), Jafari (1994), Tribe (1997), Echtner e Jamal (1997), Jafari (2005), quanto em âmbito nacional, através das pesquisas de Rejowski (1996; 2007), Schlüter (2000; 2003), Sakata (2002), Moesch (2004), Bertuzzo (2004) e Panosso Netto (2006).

Questões mais recentes, que tem despertado o interesse dos pesquisadores, continuam relacionadas à disciplinaridade e servem para ajudar a estabelecer uma base epistemológica para o turismo além de exercer uma importante influência na produção do conhecimento dessa área.

A abordagem pós-disciplinar visa imprimir uma característica mais flexível e fluída aos estudos turísticos e que seja capaz de reconhecer as complexidades, ambiguidades e sobreposições associadas às formas contemporâneas de mobilidade (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

Segundo Coles, Hall e Duval (2006), o formato das disciplinas atualmente está diretamente relacionado com as antigas divisões acadêmicas que ainda dominam os regimes regulatórios institucionais e o turismo tem suas bases no interior dessas ingênuas divisões.

Por um lado, o turismo é visto como uma das principais características da vida cotidiana na era da globalização, centrada nos padrões contemporâneos de produção e de consumo e por outro lado busca maior legitimidade institucional no ensino superior, sem deixar de mencionar o crescimento no interesse acadêmico e pedagógico (COLES; HALL; DUVAL, 2006, p. 293).

Em comparação com a interdisciplinaridade, a pós-disciplinaridade promove uma visão mais flexível e criativa, superando as inibições intelectuais relacionadas às construções tradicionais das disciplinas.

A abordagem pós-disciplinar vai ‘além das disciplinas’, com uma visão focada no problema, baseada em modos de produção do conhecimento mais flexíveis, na pluralidade, na síntese e na sinergia (COLES; HALL; DUVAL, 2006, p. 293).

Um exemplo destacado por Coles, Hall e Duval (2006) sobre a dificuldade das instituições em considerar o turismo além da fronteira dos negócios, é que a *Tertiary Education Commission* (TEC), entidade responsável pela distribuição de recursos para pesquisas na Nova Zelândia, apesar de ressaltar que o turismo é uma área que naturalmente cruza a fronteira de diversas disciplinas, entre elas administração, marketing, comércio, ciências naturais ou sociais, nos seus eventos aloca o turismo em mesas com administração ou marketing, desconsiderando as demais tendências de pesquisa na área. Os representantes da TEC alegaram que apesar de terem considerado algumas mudanças verificaram que não havia um número suficiente de pesquisas que justificassem tais mudanças.

De acordo com os autores, dentro deste contexto, o turismo é prejudicado de várias formas, entre elas: quando a cultura da pesquisa favorece a quantidade ao invés da qualidade; quando se espalha e praticamente fica escondido nas ciências sociais; pela relutância dos pesquisadores no desenvolvimento da teoria; utiliza abordagens táticas para publicação dentro ou fora do turismo; falta de acordo sobre a qualidade dos canais de publicação ou quando existe uma desvantagem sistemática na avaliação da pesquisa que favorece alguns assuntos principais em detrimento de algumas contribuições com aplicações setoriais específicas. Outro aspecto destacado pelos autores é que muitas vezes os pesquisadores de turismo utilizam outras áreas para obter apoio financeiro e retorno para a instituição uma vez que o auxílio para essas áreas é duas vezes maior do que para as ciências sociais. Para os autores, enquanto esses problemas apontam algumas das dificuldades em localizar o turismo dentro do território acadêmico, os regimes de gestão contemporâneos têm importante implicação para viabilidade e vitalidade do futuro desses estudos (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

3.1.1 As primeiras abordagens

Em 1981, Jafar Jafari publicou o artigo “*Toward a framework for Tourism Education*”, em coautoria com J. Richie, onde retoma o conceito de Turismo e o modelo de

produção do conhecimento elaborado por ele em 1977 (Figura 18). Nessa pesquisa identificaram cinco disciplinas principais na pesquisa em turismo: economia, sociologia, psicologia, geografia e antropologia. Além dessas disciplinas, apontam a necessidade de incorporar no estudo do turismo teorias e conceitos de áreas afins como arqueologia, religião, história, ciência política, e de áreas de estudos profissionalizantes como direito, arquitetura, recreação ou comunicação. Desta forma os estudos turísticos são fortalecidos pelo referencial teórico e metodológico das diversas disciplinas.

Figura 18 – Estudo do Turismo – Disciplinas e abordagens

Fonte: JAFARI; RICHIE (1981, p. 23).

A definição holística de Jafari¹² (1977 apud JAFARI; RICHIE, 1981, p. 15) para turismo é “o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora”. Com esta definição os autores demonstram que o estudo do Turismo deve observar dimensões que abordem:

1. O estudo do homem – o viajante;
2. A indústria da viagem – bens e serviços turísticos;
3. O ambiente – sociocultural e físico que podem ser subdivididos em três categorias: recursos naturais; atrativos – pontos turísticos e recursos socioculturais;
4. O encontro – as relações entre visitantes e visitados. Cada item apresenta indagações que podem ser respondidas e analisadas através das várias disciplinas.

Os autores buscam mostrar que a melhor forma de estudar o turismo seria a transdisciplinar apesar das limitações desta abordagem, como custos, tempo de dedicação à pesquisa, integração de docentes. Os estudos transdisciplinares são o mais alto nível de integração entre as disciplinas, e significa “além das disciplinas”. O estudo parte da questão ou do problema e em meio às discussões para resolução as disciplinas contribuem com seu conhecimento para uma solução ou resolução (JAFARI; RICHIE, 1981).

Devido às já citadas limitações do estudo transdisciplinar, os autores sugerem a utilização do modelo multidisciplinar ou interdisciplinar. Os programas interdisciplinares integram conceitos e ideias para estudar o problema e chegam a uma única conclusão, o trabalho é feito em conjunto.

Já na interdisciplinaridade, o turismo seria investigado em várias disciplinas de forma integrada, em uma tentativa de reunir especialistas de duas ou mais áreas para a construção de uma linguagem comum que promova o diálogo. Nela os limites das disciplinas tonar-se-iam flexíveis e haveria o intercâmbio de teorias e metodologias [...] um modelo interdisciplinar dos estudos turísticos, que levaria à formação de um corpo teórico e a um processo de “cientifização”, tal como já ocorrido em outras áreas como na Sociologia. (REJOWSKI, 2010, p. 20).

Para Moesch (2002, p. 12) os estudos interdisciplinares acabam por dar um tratamento reducionista ao objeto turístico e, na maioria das vezes, são “fragmentados, desarticulados, unilaterais, com insuficiência metodológica, apresentando ausência, salvo exceções pontuais, de um espírito crítico passível de autonomia intelectual”. Por outro lado,

¹² Jafari, J. Editor's page. **Annals of Tourism Research**, v. 5, n. 6, p. 6-1, 1977.

podem ser considerados ousados “diante dos nichos particularistas existentes nas universidades, nas quais os clássicos campos do saber são criteriosamente delimitados”.

Os estudos multidisciplinares ocorrem quando várias disciplinas estudam o problema, sem se preocupar com a interação. Nesse caso, “o Turismo ainda continuaria sendo estudado em várias disciplinas de forma isolada, que examinam o mesmo objeto a partir de vários enfoques, mas com grande dificuldade de se comunicarem” (REJOWSKI, 2010, p. 20).

Cumprir ainda destacar a importância do estudo extradisciplinar, destacado por Tribe (1997) em sua teoria dos campos que será apresentada mais adiante, neste capítulo. O estudo extradisciplinar “ocorre quando o conhecimento é produzido na prática, na vida diária do trabalho e fora dos círculos acadêmicos, como universidades; por exemplo, o conhecimento produzido nas relações entre clientes e agentes de viagens dentro de uma agência” (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p. 44).

Jafar Jafari (1994) ainda realizou um estudo sobre as pesquisas feitas sobre o conhecimento em turismo onde identificou quatro fases de trabalhos ou de opiniões sobre o fenômeno do turismo, e elaborou as quatro plataformas do pensamento em turismo que eram utilizadas para enquadrar as pesquisas analisadas por ele. Posteriormente, em 2005, ele acrescentou mais uma plataforma, em virtude das questões públicas levantadas naquela época.

A primeira é a plataforma de defesa (*advocacy platform*) – década de 1960 – onde o turismo é visto como uma solução de todos os problemas (o BEM). Seu auge ocorreu após a Segunda Guerra Mundial quando o turismo chegou a ser incentivado pela Organização das Nações Unidas – ONU como propulsor das economias dos países em desenvolvimento. Ressalta os aspectos positivos do turismo, tanto do ponto de vista econômico, quanto sociocultural. Apesar de seu auge ter ocorrido na década de 1960, ainda existem defensores dessa plataforma, normalmente pessoas com interesses financeiros no setor turístico.

Em seguida temos a plataforma de Advertência (*cautionary platform*) – década de 1970 – quando começam a surgir contestações quanto a influência do turismo. Destaca os aspectos negativos da atividade turística, colocando o turismo como destruidor da cultura local e dos recursos naturais, se importando apenas com os turistas e esquecendo-se das necessidades das comunidades (o MAL).

A terceira é a plataforma de adaptação (*adaptancy platform*) – década de 1980 – que considera tanto os aspectos positivos quanto os negativos da atividade turística. Propõe um turismo que considere as necessidades das comunidades receptoras e seus aspectos naturais e socioculturais, apoiando-se em estudos de capacidade de carga e utilização dos recursos locais (mão-de-obra, produtos agrícolas, etc.) e um turismo onde haja mais contato entre visitantes e

visitados. Ganham força neste momento as opções de turismo de aventura, cultural, ecoturismo, entre outras.

A quarta plataforma é baseada no conhecimento (*knowledge-based platform*) – década de 1990 – que considera o estudo do turismo um todo, e é “em grande parte sustentada por membros da comunidade acadêmica, busca apoiar-se em conhecimentos científicos e, ao mesmo tempo, manter laços que a unam às demais plataformas” (JAFARI, 1994, p.16). Procura identificar o lugar do turismo dentro de um contexto, a sociedade.

A quinta plataforma ou plataforma pública (*public platform*) – década de 2000 – surge das discussões públicas sobre a gripe asiática (Síndrome respiratória aguda grave - SARS) e os atentados terroristas de 2001 nos Estados Unidos e 2003 na Espanha. Era necessária uma nova voz, fundamentada no setor público em defesa da indústria do turismo. Ao mesmo tempo o turismo ganha presença global com a transformação da Organização Mundial do Turismo (OMT) em uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) destacando sua importância na sociedade (JAFARI, 2005).

De acordo com Jafari (2005) o conhecimento produzido nas plataformas anteriores pode ser utilizado na quinta plataforma, levando para prática o conhecimento adquirido para antecipar e prever acontecimentos, e criar alternativas, proporcionando uma evolução no turismo como campo de estudo e expandindo sua abordagem de aspectos econômicos para incluir preocupações com aspectos sociais e culturais.

Jafari (2005) aborda o Turismo como uma disciplina emergente que experimentou um processo muito rápido de “*scientification*” (“cientificação”) e reconhece como sendo uma área de investigação legítima e importante e já consagrada em inúmeras universidades do mundo todo.

John Tribe (1997) critica o modelo de Jafari e Ritchie e questiona sua validade porque o autor não fez distinção entre campo de estudo e disciplina¹³ incluindo em um mesmo patamar disciplinas e objetos de estudo. Na abordagem apresentada pelo autor, o turismo é visto como um objeto ou campo de estudo e não como uma disciplina, e o autor fala em “indisciplina” do turismo, fazendo alusão à diversidade de estudos possíveis para estudar o fenômeno.

¹³ O conceito de disciplina tem o significado de ciência que possui método de investigação e objeto de estudo já constituído, e que se tornou um paradigma para sua comunidade científica. Por outro lado, o conceito de campo não tem o significado de ciência, mas sim o objeto de estudo de outras disciplinas (ou ciências). Foi nesse sentido que John Tribe afirmou que o turismo não é uma disciplina (ciência), mas sim um campo de estudo (objetos de estudos) das ciências. Todavia Jafar Jafari não fez esta distinção, pois colocou como sendo disciplinas (ou seja, ciências) turismo rural, desenvolvimento turístico, [...], que, obviamente, não se constituem ciências, mas sim temas acadêmicos a serem estudados, ou seja, objetos de estudo (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p. 42).

A partir de uma revisão crítica de várias propostas em torno dos debates sobre o tema, [Tribe] rejeita a ideia de que os estudos do Turismo constituam uma disciplina, considerando ser mais apropriado falar em uma “indisciplina” do Turismo (REJOWSKI, 2010, p.23).

Considerando que o conhecimento do turismo não é gerado somente na universidade, e que pode ser extradisciplinar, Tribe (1997) propõe um modelo, apresentado na figura 19, com dois campos distintos de estudo sendo um voltado aos aspectos comerciais do turismo e o outro aos aspectos não comerciais, “o qual proporcionaria maiores indícios para a compreensão de como os estudos turísticos se desenvolvem, de como o Turismo é visto e das razões da separação entre acadêmicos e profissionais do mercado” (REJOWSKI, 2010, p.23).

No círculo de fora ficam as disciplinas que servem de base para a abordagem e que se relacionam com os campos de estudo. A banda *k* representa a área de interesse onde é criado o conhecimento em turismo, é a interface entre as disciplinas e os campos de turismo. Também é o local onde as disciplinas relacionam-se entre si e o campo de turismo (TRIBE, 1997).

Figura 19 – Modelo de produção do conhecimento em Turismo de John Tribe

Fonte: LOHMANN; PANOSSO NETTO (2008, p. 22), adaptado de Tribe (1997).

O modelo de Tribe (1997) é um estudo multidisciplinar onde uma teoria já existente é aplicada a um novo campo, cada disciplina fornece metodologia para justificar os avanços no conhecimento. O autor aponta que das quatro abordagens dos estudos turísticos, multidisciplinar, interdisciplinar em geral, interdisciplinar nos negócios e extradisciplinar, existe uma tendência do desenvolvimento da educação superior em torno da interdisciplinaridade nos negócios, porque o campo dos negócios turísticos tem coerência e estrutura e um modelo de teorias e conceitos que podem ser emprestados dos estudos dos negócios (administração). As quatro abordagens são sintetizadas no quadro 4, onde são feitas as distinções entre o que ocorre no “mundo do pensamento” (banda *k*) ou no “mundo da prática” (mundo do turismo).

Quadro 4 – Abordagem dos estudos do Turismo

Abrangência	Abordagem	Epistemologia	Exemplo
Mundo do pensamento	Multidisciplinaridade	Produção na disciplina individual	Efeito multiplicador do Turismo
	Interdisciplinaridade em geral	Concordância entre os agentes das disciplinas a serem utilizadas	Capacidade de carga do destino
	Interdisciplinaridade nos negócios	Origem às vezes das disciplinas	Marketing de turismo
Mundo da prática	—	Origem às vezes do mundo da prática	—
	Extra-disciplinaridade	Habilidade para resolver problemas / performatividade	“Yield management”

Fonte: Rejowski (2010, p. 24), adaptado de Tribe (1997, p. 654).

Tribe (1997) destaca que apesar dos currículos dos cursos de turismo apresentarem certa coerência em sua estrutura e possuírem um marco teórico estabelecido, não apresentam nenhum elemento unificador, sendo constituído de pequenos fragmentos de conhecimento automatizado proveniente de outras disciplinas.

Brookes (1999) estuda o caso da interdisciplinaridade nos estudos de Hospitalidade, tanto da indústria como do conhecimento (educação). Aponta que apesar dos benefícios desses estudos um problema desse tipo de pesquisa é encontrar um veículo apropriado para apresentar os resultados das pesquisas visto que os periódicos tradicionais são muito restritos no que diz respeito ao foco das disciplinas. Aponta que uma tendência é a

publicação/apresentação em conferências, que tiveram um crescimento uma vez que são locais onde é possível uma abordagem mais interdisciplinar e que possivelmente é a melhor opção para os pesquisadores dessas áreas. Conclui sugerindo que o uso da pesquisa interdisciplinar é adequado para estudos de hospitalidade e pode ser de grande progresso para o avanço da pesquisa, visto ser uma área de grande diversidade, que ultrapassa fronteiras do conhecimento de outras disciplinas e precisa se tornar mais acessível e consolidada. Para a autora a base do conhecimento em hospitalidade apoia-se tanto em diversas disciplinas de administração quanto em áreas relacionadas ao comportamento e às ciências sociais.

3.1.2 Fases paradigmáticas

As evoluções nas pesquisas do Turismo despertaram o interesse de alguns autores, entre eles Dencker (1998, p. 33) que vislumbrou uma explicação por meio de paradigmas, que são “visões de mundo, conceitos e valores que orientam as investigações, pois permeiam toda a cultura e, por conseguinte, as investigações científicas”.

Para Dencker (1998), o Turismo não possui um corpo de conhecimento próprio, independente, e a produção científica encontra-se dispersa em várias áreas como psicologia, geografia, administração, sociologia, economia, entre outras. Desta forma, a investigação em Turismo é forçada a se adequar aos paradigmas oriundos de outras culturas, o que pode causar uma relação de dependência com conceitos e ideias defasados pelo tempo, sem considerar as especificidades e necessidades da área.

Em outro estudo, onde trata da abordagem científica em Hospitalidade, uma área correlata¹⁴ com Turismo, Dencker (2001), aponta que o referencial teórico da hospitalidade e do turismo é insuficiente e denota que são campos científicos ainda não definidos. Dentro deste contexto, a autora identifica quatro paradigmas norteadores da pesquisa científica: sistemas, ideia de rizoma, holismo e abordagem interdisciplinar.

A ideia de sistema, adaptada da área de biologia para interpretação de fenômenos humanos, é “predominante nas abordagens do fenômeno turístico” (DENCKER, 2001, p.103), onde os subsistemas se encontram inter-relacionados de forma complexa, não linear, “sujeitos a redes de relações, dificultando a análise dos comportamentos e das possíveis respostas [...] que estão sujeitas à ação humana e precisam ser entendidas enquanto processos que levam à busca de sentidos” (DENCKER, 2001, p.104).

¹⁴De acordo com Rejowski (2010) são áreas correlatas: Turismo, Gastronomia, Hospitalidade, Eventos, Hotelaria e Lazer.

A aplicação do paradigma sistêmico pode ser simples ou complexa, dependendo das problemáticas dos estudos a serem realizados. Em Turismo, visões fragmentadas e parciais não são suficientes para análise dos seus fenômenos.

A ideia de rizoma tem base na botânica, é utilizada quando o elemento “se apresenta interconectado, porém de forma não homogênea, com múltiplas conexões e sem um tronco principal. Embora interdependentes, os elementos são autônomos” (DENCKER, 2001, p.105).

No Turismo, essa ideia pode ser utilizada em seus aspectos administrativos e na abordagem comercial, efetuando vários recortes, como por exemplo, na área de produção, voltados para referenciais administrativos e econômicos, ou sócio antropológicos, relacionados aos impactos e às comunidades, criando vários campos de estudo (DENCKER, 2001).

A ideia de uma abordagem holística é um paradigma que visa a integração e facilitação do conhecimento através da valorização da multidisciplinaridade. No Turismo, a busca da visão holística está provocando uma evolução da multidisciplinaridade para a interdisciplinaridade (DENCKER, 2001).

A abordagem interdisciplinar é bem abrangente, permitindo visualizar as ações nos campos de estudo em diferentes planos, interações e desdobramentos, considerando o conhecimento e as consequências possíveis de sua aplicação (DENCKER, 2001).

Outro autor que aborda a questão dos paradigmas é Panosso Netto (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2009, p. 159) que tem como base a teoria dos paradigmas de Thomas Kuhn¹⁵, que trata, dentre outros temas, de como ocorrem as mudanças de paradigmas. O autor reúne os principais teóricos do turismo em três fases paradigmáticas - *pré-paradigmática*, *paradigmática* e *novas abordagens* -, além de uma *fase de transição* entre as duas últimas. A figura 20 apresenta o esquema gráfico dessas fases, com os nomes dos teóricos que as representam.

Na fase pré-paradigmática estão os primeiros estudiosos, como Luiz Fernández Fuster, que elaboraram as primeiras teorias do turismo, inovadoras, porém sem aprofundamento necessário para comprová-las.

Na segunda fase paradigmática, estão os estudos baseados nos sistemas, que criaram o primeiro paradigma do turismo. No próximo item deste capítulo serão apresentados alguns autores que se destacaram nesta fase, entre eles o brasileiro Mário Carlos Beni.

¹⁵ A teoria de Kuhn foi publicada no livro “A estrutura das revoluções científicas”.

Na fase de transição, autores como Jost Krippendorf e Sérgio Molina apresentam visões inovadoras, mas ainda com base na teoria geral de sistemas.

A fase novas abordagens, marca uma ruptura com o paradigma dos sistemas através de novas análises do Turismo, “seja por meio da reformulação da Teoria geral dos Sistemas aplicada ao turismo, seja por meio da tentativa de recolocar o homem no centro da discussão do turismo” (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2009, p.170). Destacam-se os trabalhos de John Urry, John Tribe e Marcelino Castillo Nechar.

Figura 20 – Fases teóricas do turismo por Alexandre Panosso Netto

Fonte: Panosso Netto e Trigo (2009, p. 171).

3.1.3 A visão da Teoria Geral dos Sistemas

Muitos autores preferem estudar o fenômeno do turismo pela ótica da teoria geral dos sistemas, como Cuervo (1967), Wahab (1977), Leiper (1981) e Beni (1998), entre outros, que destacam que o sistema é composto basicamente pelo homem, o espaço e o tempo. A seguir destacamos algumas características dos sistemas propostos por Leiper (1981) e Beni (1998).

No modelo de Leiper (1981), o turismo é um sistema aberto composto por cinco elementos. Três deles são os elementos geográficos: a região geradora, região de transito e região de destino turístico. Um elemento é dinâmico: o turista, e o outro é econômico: a indústria de turismo e viagens. Nesse sistema, apresentado na figura 21, cada elemento

interage para formar o produto turístico e também sofre impacto do mesmo (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

Figura 21 – Sistema de turismo de Leiper

Fonte: LOHMANN; PANOSSO NETTO (2008, p. 34), adaptado de Leiper (1981).

Uma vantagem desse modelo é a sua simplicidade e a possibilidade de utilização em diversas formas de turismo, além dos cinco elementos, em qualquer nível, desde o local até o global, o que possibilita estudar a inter-relação entre os vários elementos que compõe a atividade turística.

Leiper (1981) acredita que com a contribuição das disciplinas base, o turismo possa chegar a um estágio de maturação.

No Brasil, o sistema de turismo mais conhecido e utilizado é o de Mário Carlos Beni, o SISTUR – Sistema de Turismo (Figura 22), fruto de sua tese de doutorado e publicado no livro “Análise Estrutural do Turismo”.

Trata-se de um sistema aberto que pode influenciar ou ser influenciado pelos demais sistemas. É composto por três conjuntos e seus respectivos subsistemas: conjunto das relações ambientais (RA) - subsistemas econômico, cultural, ecológico e social; conjunto da organização estrutural (OE) - subsistemas da infraestrutura e da superestrutura; conjunto das ações operacionais (AO) - subsistemas da produção (oferta), consumo (demanda) e distribuição (BENI, 2001).

Figura 22 – Modelo de sistema de Turismo (SISTUR) de Mário Carlos Beni

Fonte: Beni (2001, p. 48).

“Os modelos sistêmicos são modelos formais não dando conta da totalidade do fenômeno no que tange a questões subjetivas como motivações dos turistas” (CATRAMBY; BARTHOLO JR, 2010, p. 5).

Os autores apresentam propostas de explicar o Turismo em tentativas de enquadrá-lo a modelos, o que nos indica uma necessidade de entendimento de uma forma de diálogo entre as diferentes formas de conhecimento.

3.1.4 Abordagens contemporâneas – a pós-disciplinaridade

Coles, Hall e Duval (2006) destacam a importância dos estudos pós-disciplinares para o turismo, principalmente por ser um campo de estudo gerado com o conhecimento proveniente de outras disciplinas. Segundo os autores, os estudos de turismo seriam beneficiados com a abordagem pós-disciplinar.

Enquanto os estudos pós-disciplinares do turismo têm um potencial considerável para promover nossa compreensão de alguns dos principais

temas de pesquisa contemporânea, a sua introdução pode ser frustrada pela própria academia do turismo e por estruturas de administração acadêmica (COLES; HALL; DUVAL, 2006, p. 293, tradução nossa).

Em comparação com a interdisciplinaridade, a pós-disciplinaridade desenvolve abordagens mais flexíveis e criativas para investigar ou definir objetos, superando algumas restrições relacionadas às construções tradicionais das disciplinas. O estudo pós-disciplinar surge quando os pesquisadores deixam de se preocupar com qual disciplina suas ideias correspondem e passam a se preocupar com o conhecimento mais do que com as disciplinas.

Segundo os autores, apesar dos questionamentos referentes ao turismo enquanto disciplina ou não, feito por autores como Tribe, Leiper, Hall, entre outros, existe um consenso de que os estudos não devem ser feitos isoladamente em uma única disciplina e o debate sobre a disciplinaridade não deve se contentar com a abordagem interdisciplinar, que pode ser considerada problemática e influenciada tanto por fatores externos como internos. Desta forma fica evidente que existe um espaço epistemológico nas ciências sociais para as abordagens pós-disciplinares.

Sayer¹⁶ (1999), citado por Coles, Hall e Duval (2006, p.294, tradução nossa) destaca que “o estudo pós-disciplinar surge quando os pesquisadores deixam de se preocupar com qual disciplina suas ideias correspondem e passam a se preocupar com o conhecimento mais do que com as disciplinas”. Nessa abordagem a perspectiva de novas ideias renova o que se encontra restrito ao regulamento de uma única disciplina.

O principal argumento de Coles, Hall e Duval (2006) é que circuitos alternativos de conhecimento livres, ou relativamente livres dos métodos racionais dominantes ou dos paradigmas, podem aumentar o conhecimento derivado de fontes disciplinares, multidisciplinares ou interdisciplinares. Segundo os autores, desafiar este modelo disciplinar, e a formação do conhecimento, é importante por dois motivos, primeiro porque houve um crescimento da produção acadêmica e, segundo, porque muitos problemas de pesquisa já são naturalmente interdisciplinares e ultrapassam os limites sociais.

As perspectivas pós-disciplinares permitem que ideias e conexões sejam direcionadas para uma conclusão lógica e não simplesmente para um ponto final porque esbarra com o limite de uma disciplina. O aprendizado extrapola estes limites, até mesmo de disciplinas que trabalham com projetos inter ou multidisciplinares (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

¹⁶ Sayer, A. **Long live postdisciplinary studies! Sociology and the curse of disciplinary parochialism / imperialism.** Department of Sociology, Lancaster University. 1999. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Sayer-Long-Live-Postdisciplinary-Studies.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2004.

Coles, Hall e Duval (2006) apontam que na visão de Massey¹⁷ (1999) a principal vantagem da abordagem pós-disciplinar em relação à interdisciplinar é que as identidades acadêmicas deveriam ser definidas com base em relações que ressaltem suas particularidades, dentro de uma rede complexa de inter-relações. No caso da interdisciplinaridade os membros de diversas disciplinas se unem em colaboração, mas acabam retornando para sua disciplina original, que muitas vezes possuem problemas devido aos seus paradigmas constituintes.

A formação do conhecimento é feita através de abordagens mais flexíveis, que ultrapassam algumas das principais fraquezas do conhecimento acadêmico, introduzidas por alguns dogmas disciplinares ou paradigmáticos, principalmente quando há uma valorização da visão Kuhniana sobre o paradigma. A história do desenvolvimento intelectual nas Ciências Sociais demonstra que mudanças de paradigmas normalmente são acompanhadas de mudanças na produção e consumo do conhecimento (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

Paradigmas podem ser entendidos como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante certo tempo, proporcionam modelos de problemas e soluções a uma comunidade científica” (KUHN, 2000, p.13).

Dentro deste contexto, os editores e revisores atuam como vigias, verificando e demarcando a extensão adequada das disciplinas, de acordo com o paradigma vigente. Esse fato ocorre muito com os periódicos de turismo, onde alguns métodos de pesquisa e abordagens são considerados mais aceitáveis do que outros, de acordo com a política editorial. Não importa se o argumento esteja certo ou errado, o importante é que seja aceitável para publicação. O resultado desta influência é que ao longo do tempo os paradigmas de pesquisa acabaram dominando o que seria ou não considerado apropriado para publicação, sem se preocupar com a resolução do problema. A abordagem pós-disciplinar resulta na produção de novas formas híbridas de produção de conhecimento que rejeita estas formas padronizadas, introduzidas por paradigmas e políticas disciplinares (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

A abordagem pós-disciplinar não se baseia no conceito “*free for all*”, ao contrário, a produção do conhecimento é baseada em dois conjuntos de princípios norteadores. O primeiro, apesar das críticas aos paradigmas, considera os quatro principais componentes utilizados na identificação dos paradigmas: interesses (compartilhados); competências; cosmovisão (conhecimento geral da realidade); perspectivas (considerações do que deveria estar envolvida na área). O segundo conjunto considera que os estudos pós-disciplinares são moldados pela referência dos estudos anteriores, ou seja, sua necessidade só se revela após as

¹⁷ Massey, D. Negotiating disciplinary boundaries. **Current Sociology**, v. 47, n. 4, p. 5-12, 1999.

discussões críticas das abordagens pré-disciplinares e disciplinares (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

Bem como o turismo, a área de Política Econômica Internacional tem se deparado com discussões em diversas áreas das ciências sociais e foi onde surgiram as primeiras preocupações no que se refere às questões disciplinares e pós-disciplinares. Sendo assim foram identificadas três abordagens possíveis para o estudo pós-disciplinar:

1. Novas abordagens para problemas antigos;
2. Novos problemas com abordagens antigas;
3. Novos tempos, novo estágio.

A terceira abordagem pode ser considerada a mais problemática. Oferece uma análise das condições contemporâneas, que são muito diferentes do que já foi visto antes. Esta análise acaba sendo estática, uma vez que os novos tempos dizem muito pouco sobre como a situação atual emergiu, e os modelos teóricos existentes não conseguem interpretá-los sozinhos (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

O esquema das três abordagens no turismo não é importante só para identificação das condições contemporâneas que demandam novas teorias e novas formas de análise, mas também aponta a necessidade de repensar algumas das mais antigas preocupações da pesquisa em turismo (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

Na primeira abordagem, um exemplo no turismo, é a questão do gerenciamento de crises. Apesar das preocupações com as crises, desastres e terrorismo serem eventos que tem uma preocupação antiga, apresentam a necessidade de estudos sobre outros aspectos como a natureza, a violência e a frequência dos ataques, os seus impactos e planos e estratégias para elaborar contingências e as formas como as organizações lidam e aprendem com esses eventos (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

Em outras situações a segunda abordagem é necessária e provavelmente a mais adequada “quando se refere a natureza conectada e interligada da produção e consumo do turismo. Por algum tempo os estudiosos têm sido favoráveis à ideia de que os encontros de turismo são frequentemente negociados via teias complexas de interação do trabalho, do capital e do fluxo das informações” (COLES; HALL; DUVAL, 2006, p.311, tradução nossa). Este fato não é suficiente porque o turismo requer a coordenação de uma complexa rede de *stakeholders* que servem para mediar a experiência do turista e esta conexão pode ser uma característica da condição contemporânea para ampliar e aprofundar o conhecimento. As redes de pesquisa têm sido objeto de estudos de diversas disciplinas que desenvolveram

teorias e conceitos, métodos e técnicas que ainda não foram ou foram parcialmente utilizados nos estudos de turismo (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

No que diz respeito à terceira abordagem, é preciso identificar a necessidade de maior flexibilidade na produção do conhecimento devido ao aumento da mobilidade de alguns segmentos da sociedade, incluindo, por exemplo, questões de turismo com fins medicinais ou para os múltiplos lugares de segunda residência. Tomando em consideração o segundo exemplo, no princípio havia um tipo de preocupação em relação a este fenômeno, porém com a sua expansão são necessários novos entendimentos dos benefícios e custos destas segundas residências, tanto para proprietários como para a comunidade local nas quais estão inseridas as segundas residências, e para isso é preciso recorrer ao conhecimento de outras áreas como planejamento regional, turismo rural, entre outras (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

A reestruturação no sistema global do capitalismo encorajou o surgimento de uma ampla gama de novas formas de turismo onde existem conexões frequentes, rotineiras e complexas com outras formas de movimento e mobilidades humanas. Esse fato demanda exploração intelectual que, ao invés de verter em ‘silos’ as unidades de aquisição e processamento de informação, favorece o desenvolvimento de conclusões lógicas e derivadas de múltiplas abordagens (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

Outro tema que desperta o mesmo tipo de questionamento é a análise da relação entre o turismo e a mudança ambiental global. Há um nível de mobilidade humana sem precedentes, tanto a nível doméstico como internacional, que gera impactos ambientais que são tão complexos que ultrapassam os limites de disciplinas individuais, devendo abranger a compreensão de implicações da mobilidade em níveis sociais, econômicos e ambientais, em outras áreas de estudo (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

O turismo tem sido descrito como um campo de estudo multi ou interdisciplinar, sendo este último o mais utilizado. Algumas vezes os dois termos são utilizados sem distinção. O potencial destas perspectivas não são explorados e não consideram suas limitações. Desta forma “existe um espaço epistemológico nos estudos turísticos para a abordagem pós-disciplinar, baseada em uma maior flexibilidade, pluralidade, síntese e sinergia, abandonando os laços da política disciplinar” (COLES; HALL; DUVAL, 2006, p. 312, tradução nossa).

De acordo com os autores, pós-disciplinaridade não significa que as disciplinas tradicionais desapareceram ou deveriam desaparecer, ao contrário, elas estão mudando e deveriam mudar com objetivo de resolver assuntos complexos das relações humanas. Não é

suficiente abordar tais assuntos a partir de uma única disciplina (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

O que Coles, Hall e Duval (2006, p. 313, tradução nossa) destacam é que não é preciso abandonar os estudos turísticos existentes, baseados na dualidade turismo/turista, já produzido em redes múltiplas estabelecidas no interior e entre as ciências sociais e humanidades, “ao contrário, a abordagem pós-disciplinar oferece um adicional considerável, bem como potenciais não reconhecidos, para os estudos do turismo ‘além das disciplinas’, particularmente no que diz respeito a muitos assuntos complexos e de ampla escala, como segurança, sustentabilidade, mobilidades e redes”.

Para os autores,

A vantagem da visão pós-disciplinar encoraja os modos de produção e consumo de conhecimento mais flexíveis, que são capazes de lidar com as questões atuais e desafios do turismo, que são: a complexidade, desordem, imprevisibilidade, hibridismo do mundo contemporâneo, no qual o turismo está inserido e no qual a reflexão sobre o turismo ajuda a mediar (COLES; HALL; DUVAL, 2006, p. 313, tradução nossa).

Com a utilização das três abordagens pós-disciplinares no turismo é possível que as conceptualizações sejam de nível superior na construção da teoria e conhecimento, e que tenham implicações claras para o método de pesquisa e práxis, e a definição do que constituem os problemas de pesquisa de turismo. Existe uma tensão entre a emergência desta abordagem mais flexível, focada no problema, ao que Coles, Hall e Duval (2006) chamam de abordagem conservadora (problemas antigos, abordagens antigas) que engessam a performance política das instituições que avaliam ou criam *ranks* de avaliação de diversas esferas nacionais. O desafio da pós-disciplinaridade é ser reconhecida por aqueles que apoiam e querem manter o limite das disciplinas para a academia “visando satisfazer alguma noção neoliberal de excelência na pesquisa e competitividade, ou até mesmo para manter seu emprego ou receber melhores fundos para pesquisa” (COLES; HALL; DUVAL, 2006, p. 313, tradução nossa).

As características do turismo, com suas interligações com outras áreas de conhecimento, apontam para uma área com grande potencial para contribuir com as discussões sobre pós-disciplinaridade (COLES; HALL; DUVAL, 2006).

Volgger e Pechlaner (2015) que também discutem a questão disciplinar do turismo, hospitalidade e eventos sob quatro abordagens, multidisciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar e pós-disciplinar apontam que os estudos pós-disciplinares ocorrem no contexto acadêmico e questionam o conteúdo, a natureza e a exclusividade das disciplinas e

qualquer outra demarcação acadêmica e buscam formas alternativas de organizar conhecimentos heterogêneos. Este tipo de estudo vai além do questionamento transdisciplinar que trabalha com a produção real de conhecimento dentro da academia, e consideram a questão metafórica da especialização da produção e distribuição do conhecimento.

Estes estudos são exemplos de diversas tentativas de explicar a pesquisa em Turismo, principalmente no que se refere às relações existentes entre as áreas do conhecimento e a questão da disciplinaridade.

3.1.5 A influência das disciplinas na pesquisa em Turismo

As pesquisas em turismo são conduzidas dentro de uma série de disciplinas e paradigmas. Estudiosos, como Jafari e Ritchie (1981), Rejowski (1993 e 1995) e Schlüter (2000; 2003), apontam estudos turísticos multidisciplinares em diversas áreas como Administração, Antropologia, Ciência Política, Comunicação, Direito, Ecologia, Economia, Geografia, Psicologia, Sociologia, Arquitetura, Engenharia e Medicina (REJOWSKI, 2010).

Segundo Dencker (2001, p. 28)

Muitas são as disciplinas que tratam a questão do turismo e temos que admitir que ainda hoje o turismo não constitua um corpo de conhecimento independente, com dinâmica própria, mas está sujeito à influência de diferentes paradigmas, o que prejudica a formação de um campo teórico específico [...] O turismo não é uma ciência social entendida como corpo de doutrina metodicamente ordenado, mas constitui uma disciplina em desenvolvimento que emprega métodos e conceitos da maioria das ciências sociais já consolidadas.

De acordo com Moesch (2002), o início da produção em turismo no Brasil, e de certa forma geral, parte de iniciativas do setor privado, empresarial e não da academia, sendo resultado do “fazer-saber”, não existindo um “saber-fazer” turístico. As primeiras produções estão reduzidas “às informações e sistemáticas operacionais sobre o seu setor produtivo” (p.11).

Parece não existir um acordo sobre o conteúdo dos programas em turismo, o que inicia um debate sobre um currículo industrial ou um com enfoque científico mais amplo, em busca de um equilíbrio entre as demandas do mercado e as da sociedade (AIREY, 2008).

Essa preocupação é compartilhada por diversos autores, entre eles Bianchi (2009, p. 484, tradução nossa) que destaca que “de várias formas os estudos turísticos parecem estar altamente divididos entre os inquestionáveis laços com o mercado e as questões sobre discurso, cultura e representação”.

Já Veal (2011, p. 51 e 53) aponta que “o volume de publicações de pesquisa em turismo e lazer tem aumentado, não pela demanda da indústria, mas pelo interesse dos acadêmicos que são fiéis a determinadas disciplinas”. Para o autor, as principais disciplinas que contribuem para o estudo do turismo são a sociologia, geografia, economia, psicologia/psicologia social, ciência política, história e antropologia. Para o estudante de turismo o desafio é “captar a essência de um amplo leque de contribuições de diversas disciplinas para área”.

Jafari e Aaser (1988) estudaram o tema de 157 teses de doutorado escritas entre 1951 e 1987 e apontam que o turismo como campo científico representa o esforço de pesquisadores, em sua maioria das ciências sociais, que utilizam conceitos e métodos de diferentes disciplinas para contribuir para a formação do corpo do conhecimento turístico. Os autores verificaram que das teses estudadas, predominavam trabalhos nas décadas de 1970 e 1980 e que a maior parte das contribuições era proveniente de áreas como economia (40), antropologia (25), geografia (24) e recreação (23). Neste estudo eles identificam 15 disciplinas nas quais os estudos sobre o turismo estavam pautados. Além das citadas: administração, educação, sociologia, planejamento urbano e regional, ciências políticas, artes, serviço social, teologia, história, comunicação e relações públicas.

[...] as três principais áreas produtoras de pesquisas turísticas continuam a ser a Comunicação, Administração e a Geografia [...], sendo a primeira delas a mais promissora e a que propõe a visão interdisciplinar do Turismo não restrita ao âmbito de uma disciplina – a Comunicação (REJOWSKI, 1997,p. 132).

Xiao e Smith (2006) analisaram o crescimento da pesquisa em Turismo com base nas publicações no *Annals of Tourism Research*. Identificaram 27 grandes áreas temáticas e uma série de padrões que descrevem o crescimento da pesquisa em turismo, conforme publicado em um único periódico. A pesquisa incluiu 28 números especiais que abordaram os seguintes temas (em ordem cronológica): sociologia, geografia, antropologia, gestão, educação, estudos regionais e de desenvolvimento, economia, ciência política, psicologia social, etnologia, comunicação cross-cultural, história, pesquisa do consumidor, meio ambiente, lazer / recreação, a metodologia, a semiótica, turismo ciências sociais, peregrinação, artes, feminismo / gênero, e patrimônio.

O estudo mostra a tendência da pesquisa ao longo das décadas. Disciplinas bem estabelecidas, tais como sociologia, geografia e antropologia foram as primeiras a influenciarem os temas explorados no final dos anos 70. No início dos anos 80 o foco mudou para a gestão, economia e as perspectivas socioeconômicas. Gradativamente, estes tópicos

cederam lugar para preocupações com foco em aspectos socioculturais e ambientais, com algumas pesquisas nas áreas de semiótica, artes, peregrinação, gênero, herança e ambientes sensíveis, nos anos 90. Visto como um todo é possível perceber o crescimento do conhecimento em torno de áreas principais. (XIAO; SMITH, 2006).

Os autores destacam que apesar de haver uma grande variação nas disciplinas que influenciaram o turismo ao longo dos anos, existe uma consistência de alguns tópicos que se repetem nos períodos estudados: metodologia, desenvolvimento, impactos, organização e associação, os Estados Unidos, turista, turismo internacional, planejamento, resort, cultura, marketing, motivação e atrações. Também apresentaram as principais palavras-chave identificadas: conferência/congresso/seminário, indústria, destino, Terceiro Mundo, emprego, turismo, hotel, política, demanda, transporte, turismo doméstico, Caribe, étnica e governo. As duas listas se complementam, sendo comum as palavras chave estarem incluídas na lista dos principais tópicos.

Outro fato destacado pelos autores é que a sociologia, uma das disciplinas pioneiras na construção teórica do turismo apresentou um declínio ao longo dos anos. Esse fato pode ser devido a dois fatores. As abordagens sociológicas migraram para outras disciplinas dentro das abordagens interdisciplinares ou os estudos sociológicos que eram primordialmente conceituais, passaram a ser mais empíricos. Das duas formas estes estudos passaram a ser indexados de forma diferente e por isso indicam tanto declínio nesta área de pesquisa. Também foi observado que houve um aumento nos temas de marketing e de gestão e uma queda em hospitalidade e lazer. E, finalmente, em relação à geografia, foram indexados 137 países e regiões, o que mostra que a cobertura dominante da América do Norte está gradualmente dando caminho para estudos na Europa, Ásia e Oceania.

Esses padrões de entrada disciplinares sugerem um aumento da maturidade do campo do turismo. Nos primeiros 15 anos os pesquisadores tinham uma maior dependência das disciplinas bem estabelecidas para teorias e métodos. Nos outros 15 anos percebe-se um declínio nos empréstimos de disciplinas estabelecidas, bem como de estudos de hotelaria, recreação e lazer. Isto sugere a crescente maturidade do campo na estrutura e limites (XIAO; SMITH, 2006).

Spolon e Motoda (2008, p. 8) estudaram a produção científica em Turismo e Hospitalidade no Brasil, de seis universidades (UAM, UCS, UESC, UNA, UNIVALI, USP). Foram analisadas as áreas abordadas pelas dissertações e teses (num total de 606 documentos) dos seis programas de mestrado e dois de doutorado e verificaram que as pesquisas estavam distribuídas em 14 áreas de estudo. Os principais assuntos abordados são: Cultura e

Patrimônio, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Planejamento (planos de desenvolvimento do turismo) e Marketing Turístico. Outros assuntos são: Hospitalidade Comercial, a Educação, o Turismo e Desenvolvimento Sócio-Econômico, Políticas Públicas e Sócio antropologia da Hospitalidade. Em menor escala estão estudos sobre Adaptabilidade (com alguns estudos sobre a terceira idade ou à adaptação de meios de hospedagem para deficientes físicos), Gastronomia, Agenciamento, Transportes e Eventos, “o que mostra o quanto o ambiente acadêmico ainda está preso a planos e teorias, com poucos estudos que possam efetivamente ser aplicados à prática do turismo e da hospitalidade”. De acordo com os autores, as pesquisas encontram-se relativamente bem distribuídas, de acordo com as propostas pedagógicas dos programas.

3.2 As comunidades acadêmicas em Turismo: um processo de consolidação

A formação de comunidades acadêmicas em turismo “caracteriza-se não somente pela criação de grupos de pesquisadores em torno de um tema, mas também por fundamentar a unanimidade do conhecimento por aqueles que partilham o interesse em um tipo de investigação sobre certos pressupostos e procedimentos”. Nos princípios dos estudos turísticos havia os estudos mais focados em temas específicos, também existiam os que o abordavam de uma forma mais geral (PANOSSO; NECHAR, 2014, p.).

Analisar uma comunidade de atuação científica por meio de análises quantitativas e qualitativas permite contribuir para o estabelecimento de metas, podendo estimular novos enfoques ou corroborar abordagens que já existem, e contribuir para a constituição de uma área mais consistente e fortalecida (SANTAREM, 2010, p. 14).

Segundo Tribe (1997, 2010) as comunidades acadêmicas de turismo não formam uma rede distinta e tendem a ser independentes, por isso não são reconhecidas como vanguardistas na produção sistemática de conhecimento. Ressalta que boa parte das pesquisas concentra-se em temas referentes à educação em turismo, voltados principalmente para questões curriculares. O autor ainda destaca a importância das questões metodológicas, que são pouco pesquisadas, indicando carência de pesquisas sobre aprendizagem e avaliação que sejam orientadas por uma literatura específica sobre recursos e qualidade.

3.2.1 O ensino do Turismo

As primeiras discussões em busca da compreensão do turismo começaram no período entre as 1ª e 2ª guerras mundiais, por economistas de países europeus como Itália, França, Alemanha, Inglaterra e Espanha, originando escolas de grande destaque (MOESCH, 2002).

Segundo Barretto (1995, p. 146)

O começo dos estudos teóricos de turismo tem sido estabelecido em 1925, com a criação da cátedra de turismo na Universidade de Roma, por Angelo Mariotti; o primeiro instituto específico para o estudo do turismo funcionou na Alta Escola de Economia de Berlim a partir de 1929. A partir de 1950 registram-se institutos específicos de hotelaria e turismo em vários países da Europa; na década de 1960, nos Estados Unidos, e, na de 1970, na América Latina.

No contexto internacional, Trigo (1998) destaca três fases relacionadas à educação em turismo:

1ª Fase - Contemporânea: inicia na década de 1940, principalmente por estudiosos suíços e ingleses. Na década de 1970, pesquisadores anglo-americanos iniciam pesquisas de caráter mais aprofundado que as anteriores;

2ª Fase - Década de 1980: mudança do foco educacional turístico do nível pragmático para o nível educacional, destacando a importância da pesquisa;

3ª Fase – Década de 1990: influenciada pelas mudanças significativas nas tendências do mundo global.

No Brasil, os cursos profissionalizantes em Turismo e Hotelaria foram oferecidos pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), e existem desde a década de 1950, com os primeiros treinamentos para garçons, ampliados em 1964 para cozinheiros, recepcionistas e camareiras (CAMPOS, 2000). Em 1979 foi criado o Centro de Estudos de Administração Hoteleira e Turismo (CEATEL), ligado ao SENAC.

De acordo com Rejowski (1996), a fundação de cursos superiores iniciou-se na década de 1970. Em 1971, surge o primeiro curso de nível superior criado por uma instituição de ensino privado, a Faculdade de Turismo do Morumbi atual Universidade Anhembimorumbi, em São Paulo. Em 1972, a Faculdade Ibero-Americana, também em São Paulo, lançou o segundo curso de graduação em Turismo e no ano seguinte, 1973, o primeiro curso em instituição pública de ensino superior foi oferecido pela Universidade São Paulo, na Escola de Comunicações e Artes.

Outras instituições privadas que criam seus cursos de Turismo na década de 1970 são: Faculdade de Turismo da Guanabara, no Rio de Janeiro, em 1973; Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1974; Universidade Católica de Pernambuco, em 1975; Faculdade Associação Educacional do Litoral Santista, em 1976, em Santos (TRIGO, 1998).

O primeiro curso superior de Administração Hoteleira foi criado pela Universidade de Caxias do Sul (RS) em 1978 que fundou o Núcleo Universitário no município de Canela (RS), onde sediou a Escola Superior de Hotelaria (ANSARAH, 2002).

Em 1978, a pedido da então Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) (atual Instituto Brasileiro de Turismo), foi realizado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), um seminário para estabelecer um currículo mínimo para os cursos de Turismo no Brasil. Foram estabelecidas duas vertentes educacionais: a primeira, da ECA-USP, “que preconizava uma linha filosófica mais acadêmica, voltada à epistemologia, à pesquisa e ao planejamento do turismo”. A outra, liderada pela Anhembimorumbi, “que orientava o conjunto de disciplinas da estrutura curricular para o mercado. Destas vertentes, nasceram os demais cursos que se seguiram até a década de 1980” (ANSARAH, 2002, p. 49).

Depois dessa primeira fase de criação, estimulada pela privatização do ensino e por medidas econômicas e socioculturais que favoreciam as atividades ligadas ao turismo, houve uma queda pela procura pelos cursos de turismo na década de 1980, que foi marcada pela estagnação da economia brasileira, resultando na pouca valorização do turismo enquanto área de formação superior e no fechamento de vários cursos.

Na década de 1990 houve um impulso na criação dos cursos em decorrência da preocupação com a formação profissional em turismo e com a pesquisa e docência neste campo de ensino. O turismo apresentava um crescimento no país, o que ampliava as oportunidades para os profissionais da área. Os vestibulares eram concorridos e surgiram mais cursos em universidades particulares ou ênfases diversas em cursos de Administração (Gestão em Hotelaria, em Eventos e Lazer, em Turismo, Administração Hoteleira, entre outros). O SENAC passa oferecer cursos de tecnólogo em Turismo e em Hotelaria, de menor duração que o bacharelado. O governo cria o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT que estimula o desenvolvimento do turismo, apesar de apoiar a interdisciplinaridade, com programas de capacitação e não só a contratação de turismólogos (REJOWSKI, 2010).

Lara (2010, p. 284) aponta que, na década de 1990,

o crescimento do curso de turismo, em nosso país, está ligado à importância que assume o turismo na sociedade atual, não apenas no sentido econômico, mas principalmente no sentido social. A complexidade e importância do turismo, abrindo perspectivas para empreender em carreiras e negócios através desse setor, fez com que a procura pelos cursos de formação nessa área tivessem um grande crescimento, o que acarretou a disseminação do curso de turismo no Brasil.

Na década de 2000 surgem novos cursos na área de turismo e hospitalidade, como os de gastronomia, eventos, ecoturismo e lazer. Já para os cursos de administração, observa-se habilitação diversificada, em turismo com habilitações em gestão de serviços turísticos, gestão em turismo, empreendimentos turísticos, ou em hotelaria, com habilitações em administração hoteleira, gestão hoteleira, empresas hoteleiras, gestão em hotelaria e restaurantes; e ainda as habilitações para a formação em turismo e hotelaria como: administração em hotelaria e eventos, administração em turismo rural e hotelaria, gestão em serviços turísticos e hoteleiros, turismo e hotelaria, gestão em turismo e hotelaria, entre outros. Outras habilitações como: administração em turismo e lazer, hotelaria e lazer, gestão hospitalar e hotelaria hospitalar (ANSARAH, 2002).

Muitos cursos privados foram fechados devido à diminuição da demanda, mas, a partir de meados dos anos 2000, há maior valorização do Turismo enquanto área de formação e são abertos cursos em universidades públicas, como na Universidade Federal de São Carlos em Sorocaba (SP), Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP (SP), Universidade Federal Fluminense (RJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (RJ) (REJOWSKI, 2010).

De acordo com Ansarah (2002), a da expansão dos cursos de turismo e hotelaria ocorreu em quatro fases:

- a) primeira fase, na década de 1970: criação dos primeiros cursos;
- b) segunda fase, na década de 1980: estagnação de oferta de cursos decorrente de problemas econômicos no País e fechamento de vários cursos;
- c) terceira fase, na década de 1990: valorização e expansão dos cursos no âmbito acadêmico, com aumento do número de cursos nas áreas de turismo, hotelaria e administração com habilitação em turismo e hotelaria nas capitais e com distribuição mais igualitárias nas demais regiões brasileiras;
- d) quarta fase, a atualidade: busca o equilíbrio “quantidade versus qualidade”, com aumento de propostas diferenciadas de cursos e uma tendência de cursos com ênfases direcionadas para a flexibilização e a regionalização do turismo.

Beni (2004), que também aponta quatro fases no desenvolvimento do ensino de turismo, destaca que na primeira fase, de implantação, os primeiros cursos de graduação universitária no país, foram inovadores, pois na Europa e Estados Unidos a formação se baseava em cursos técnico-profissionalizantes ou nos programas de pós-graduação das áreas de geografia, economia e arquitetura. Segundo o autor na quarta fase, só irão sobreviver cursos cujas instituições acompanhem a inovação tecnológica, a permanente atualização do conhecimento, a requalificação e titulação do corpo docente, bem como a gestão estratégica das instituições de ensino.

Em 1996, a pedido da Comissão de Especialistas em Administração da Secretaria da Educação Superior (SESu), foi criada uma Comissão para colaborar com a discussão das questões que envolvessem os cursos de Turismo e Hotelaria, coordenada pelo Prof. Luiz Gonzaga de Godoi Trigo, responsável por estabelecer alguns parâmetros comuns para os cursos que, no ano seguinte, levaram às discussões sobre a formação de um currículo mínimo para esses cursos, com apoio da Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria (ABDETH). Em 1998, o Ministério da Educação elaborou o Manual de Orientação para Avaliação das Condições de Autorização dos Cursos de Turismo e Hotelaria, reconhecendo que estas áreas deveriam ter um núcleo próprio (ANSARAH, 2002).

De acordo com Trigo (1998), o primeiro currículo foi elaborado com base num levantamento feito em escolas europeias e adaptado à realidade brasileira. Os primeiros cursos de turismo foram criados em unidades independentes ou estavam ligados aos cursos de comunicações, apesar de já haver discussões sobre a sua inserção em departamentos de administração ou educação física.

Cooper, Shepherd, e Westlake (2001) destacam que o fato da área estar num estágio de evolução inicial, da abordagem fragmentada do ensino, a falta de metodologia principalmente para levantamento e coleta de dados, entre outros, são alguns complicadores da educação em turismo. Também apontam que desde a criação dos primeiros cursos existem muitas discussões sobre a área à qual o turismo pertence, e podemos encontrar cursos tanto na área de administração e negócios quanto na geografia ou educação física (recreação e esportes).

Podemos observar que os primeiros cursos surgiram da necessidade de mão-de-obra qualificada, e, a princípio eram de nível técnico ou médio, voltados para o treinamento para realização de tarefas em hotéis, restaurantes ou agências de viagens.

A partir da década de 1970, “a necessidade da formação mais profunda e abrangente de profissionais, com capacidade crítica e criativa no desempenho profissional” (REJOWSKI, 2010, p.57), levou a criação dos cursos de graduação.

Posteriormente, em busca de uma “compreensão maior do turismo enquanto fenômeno e atividade, tanto do ponto de vista geral, envolvendo toda a sua complexidade, quanto do específico, visando à resolução dos mais variados problemas” (REJOWSKI, 2010, p.57), foram criados os primeiros programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização ou aperfeiçoamento), com objetivo de formar profissionais em determinada especialidade, sem abranger o campo total do saber em que se inserem, em busca de aperfeiçoamento e atualização, e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), que visam o aprofundamento da formação cultural, científica e profissional. A formação de professores, cientistas e pesquisadores, é feita nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (REJOWSKI, 2010).

3.2.2 Pós-graduação em Turismo no Brasil

No Brasil, não se tem registros dos primeiros cursos *lato sensu*, mas, de acordo com Rejowski (2010), acredita-se que surgiram na década de 1980, e, da mesma forma que a graduação, apresentou maior expansão na década de 1990. De acordo com a experiência da autora como docente de cursos de especialização

durante a primeira metade da década de 1990, percebeu-se que a maioria dessas propostas oferecia uma formação abrangente e condensada em Turismo, com algum foco (planejamento, marketing etc.), direcionados a formados de qualquer área do conhecimento. Acredita-se que a partir da segunda metade da década de 1990 tais cursos avançaram para propostas mais específicas de formação, por vezes com a inclusão de disciplinas optativas voltadas à formação docente com conteúdos como didática e planejamento de ensino (REJOWSKI, 2010, p. 55).

Rejowski (2010) destaca que na década de 2000 surgiram os primeiros cursos voltados para formação de professores em Turismo e Hotelaria.

Quanto aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, eles podem ser: mestrado profissionalizante, mestrado acadêmico ou doutorado.

- No mestrado profissionalizante pode haver ou não a inclusão de projeto de pesquisa, cuja atividade pode ser comprovada de outras formas, como, por exemplo, pela publicação de resultados de pesquisa ou outras atividades.
- No mestrado acadêmico é requisito o desenvolvimento e apresentação pública de pesquisa denominada de dissertação junto a

uma banca examinadora, mas com envolvimento menor do que no Doutorado.

- No doutorado também é requisito o desenvolvimento e apresentação pública de pesquisa denominada de tese, já com maior desenvolvimento e a responsabilidade de oferecer uma contribuição original ao conhecimento na área. (REJOWSKI, 2010, p.58).

O primeiro programa em Turismo foi o Mestrado em Turismo e Lazer da USP, que funcionou de 1993 a 1998. Ainda houve uma tentativa de reativação, sendo definitivamente desativado em meados da década de 2000, “por não se alinhar às temáticas e à proposta de um programa de Ciências da Comunicação” (REJOWSKI, 2010, p.56).

Em 2014, a USP reestruturou sua proposta e retomou o programa de pós-graduação em Turismo na EACH, com a especificação da área de concentração “Desenvolvimento do Turismo”.

Na década de 1990 havia três programas de mestrado acadêmico (quadro 5), somente um permanece ativo, o da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), que atualmente também funciona com o doutorado.

O mestrado em Turismo do Centro Universitário Ibero Americano (UNIBERO) que funcionou de 1998 a 2003 só foi validado pela CAPES em 2009, seis anos após o encerramento de suas atividades.

Quadro 5 – Cursos de pós-graduação na década de 1990

Período	Nome do Curso	IES	Estado
1993-1998	Mestrado em Turismo e Lazer	USP	SP
1997	Mestrado em Turismo e Hotelaria	UNIVALI	SC
1998-2003	Mestrado em Turismo	UNIBERO	SP

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na Plataforma Sucupira (CAPES, 2016).

Entre 1998 e 2009 foram criados alguns cursos, totalizando nove programas, sendo um de doutorado e oito de mestrado (quadro 6). Sendo que o Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e o Mestrado em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) são classificados na área de avaliação Interdisciplinar (INT). O mestrado em Cultura e Turismo e o programa Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA (UNA) foram desativados.

Quadro 6 – Cursos de pós-graduação na década de 2000

Ano de início	Nome do Programa / Instituição	IES
1997	Mestrado em Turismo e Hotelaria	UNIVALI
2000	Mestrado em Cultura e Turismo	UESC
2001	Mestrado em Turismo	UCS
2002	Mestrado em Hospitalidade	UAM
2004	Turismo e Meio Ambiente	UNA
2007	Mestrado Turismo	UNB
2007	Mestrado em Lazer	UFMG
2007	Doutorado em Administração e Turismo	UNIVALI
2008	Mestrado em Turismo	UFRN

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na Plataforma Sucupira (CAPES, 2016).

Atualmente, estão credenciados pela CAPES, na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, área de avaliação ADM/CON/TUR, 11 programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo e áreas correlatas. Além desses, um programa de mestrado profissional “Ecoturismo e conservação” que está credenciado na área de Ciências Ambientais e um programa de mestrado e doutorado “Estudos do Lazer” na área de avaliação Interdisciplinar (INT). Ainda foi recomendado pela CAPES em 2016, um programa de Hotelaria e Turismo, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que se encontra em projeto de implantação. O quadro 7, a seguir, apresenta todos os programas com suas respectivas áreas e notas de avaliação CAPES.

Podemos observar um crescimento no número de programas e também a consolidação de alguns com a implantação do doutorado em cinco dos 13 programas de Turismo e áreas correlatas.

Quadro 7 – Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo e áreas afins

Início	Início Doutorado	Programa	Instituição de Ensino	Área de Avaliação	Mod.	M	D	F
1997	2013	TURISMO E HOTELARIA	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)	ADM/CON/TUR	Aca.	5	5	-
2001	2015	TURISMO E HOSPITALIDADE	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)	ADM/CON/TUR	Aca.	4	4	-
2002	2015	HOSPITALIDADE	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)	ADM/CON/TUR	Aca.	4	4	-
2007	-	TURISMO	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	ADM/CON/TUR	Prof.	-	-	3
2007	2012	ESTUDOS DO LAZER	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	INT	Aca.	5	5	
2008	2014	TURISMO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	ADM/CON/TUR	Aca.	4	4	-
2012	-	GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)	ADM/CON/TUR	Prof.	-	-	3
2013	-	TURISMO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	ADM/CON/TUR	Aca.	3	-	-
2014	-	TURISMO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	ADM/CON/TUR	Aca.	3	-	-
2015	-	TURISMO	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	ADM/CON/TUR	Aca.	3	-	-
2016	-	GESTÃO EM ALIMENTOS E BEBIDAS (A&B)	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)	ADM/CON/TUR	Prof.	-	-	3
2016	-	TURISMO	INSTITUTO FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS)	ADM/CON/TUR	Prof.	-	-	3
2016	-	ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	CAM	Prof.			4
LEGENDA:		Aca.: Acadêmico						
		Prof.: Profissional						
		M: Mestrado Acadêmico						
		D: Doutorado						
		F: Mestrado Profissional						

Fonte: Adaptado de Plataforma Sucupira (CAPES, 2016).

3.3 Comunicação científica e a avaliação

O tratamento científico dado aos temas do turismo está passando por um momento de grandes questionamentos e críticas, quando busca demarcar as suas fronteiras do conhecimento científico e consolidar-se como uma área de pesquisa independente.

A CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior avalia a produção científica dos mestrados e doutorados no País, de acordo com padrões estabelecidos por seus comitês de áreas. O Turismo, uma subárea das Ciências Sociais Aplicadas, tem sua produção científica em nível de pós-graduação “stricto sensu” avaliada pelo Comitê de Administração, Contabilidade e Turismo, e seguindo padrões estabelecidos basicamente para a área da Administração. Já no CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – os pedidos de apoio a estudos e pesquisas são avaliados no Comitê de Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional. (REJOWSKI, 2010, p.11).

A questão da avaliação dos programas de pós-graduação tem sido alvo de inúmeras discussões entre os acadêmicos não só da área de Turismo como de diversas outras áreas.

Dentre os requisitos de avaliação desses programas está a produção científica dos pesquisadores, professores e alunos. Essa avaliação considera a publicação de artigos em periódicos avaliados regularmente por aquele órgão e também tem sido alvo de questionamentos, não só na área de turismo, como podemos perceber nas discussões nos congressos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), nos corredores das universidades e em blogs da área, mas também em outras áreas de conhecimento.

Diante deste cenário pode-se recorrer aos estudos bibliométricos e cientométricos, que fornecem subsídios para analisar estes métodos avaliativos. Deve-se considerar ainda a crescente demanda de indicadores para avaliação de produção científica, porém propondo-se indicadores mais adequados, condizentes com a realidade dos diferentes países, áreas e fontes de informação (MUGNAINI, 2011).

Analisando a qualidade dos periódicos em turismo e a dificuldade dos editores, Solha e Jacon (2009) apontam que para a revista eletrônica ser reconhecida e aceita pela comunidade científica é necessário que siga o modelo tradicional da revista impressa que avalia a forma e o conteúdo dos artigos através da normalização e do sistema de revisão por pares (*peer review*). Assim, torna-se “legítimo o conhecimento registrado em um periódico científico” (SOLHA; JACON, 2009, p. 8).

Em estudo sobre a adequação do sistema de avaliação às características da área, Miranda (2012) buscou avaliar a qualidade dos periódicos eletrônicos de Turismo e Hospitalidade editados no Brasil apoiada no uso de indicadores bibliométricos e modelos de avaliação. O modelo adotado na pesquisa é composto por critérios e indicadores, a partir dos quais é discutido o desempenho e qualificação das publicações frente a padrões de normalização. Segundo a autora

A padronização dos periódicos científicos, seguindo critérios nacionais e internacionais e que atendam as demandas das novas tecnologias, pode ser uma opção para o reconhecimento, aceitabilidade e divulgação da comunicação científica em turismo tanto no Brasil como no exterior, contribuindo para a qualidade e visibilidade desses periódicos. No entanto, percebeu-se a sua pouca inserção internacional, em função da falta de indexação, do idioma da publicação e de investimentos das instituições responsáveis. (MIRANDA, 2012, p.119).

Miranda (2012) constatou que a forma de pontuação na avaliação CAPES, tem incentivado os programas a criarem seus próprios periódicos para aumentar a pontuação, mas que os mesmos não sobrevivem devido à produção da área ainda ser tímida, concentrada em poucos pesquisadores. Também observou uma inconsistência nos critérios de classificação dos periódicos da área de Turismo principalmente quando os mesmos são avaliados em outras áreas de conhecimento. A proliferação de inúmeros periódicos de Turismo com as mais diversas orientações, aliados ao crescente debate sobre avaliação, ranking e relevância desses veículos de comunicação na evolução do conhecimento científico em Turismo e Hospitalidade, mostram uma área em processo de amadurecimento, lidando com questões epistemológicas e de legitimidade.

A maioria dos periódicos utiliza o *software* SEER para editoração e inserem-se no movimento do acesso aberto, indicando uma preocupação por parte dos editores em melhorar a qualidade e a visibilidade da comunicação científica em Turismo a partir do uso da ferramenta. A autora também verificou que “o uso da ferramenta colaborou para a sobrevivência dos periódicos e criou certa padronização, que pode ser aperfeiçoada, visando a preservação do conteúdo digital, a autenticidade da produção científica e a recuperação de artigos” (MIRANDA, 2012, p.119).

A análise dos períodos aponta uma evolução desses veículos nas últimas décadas que pode indicar uma consolidação da área com maior quantidade e qualidade das pesquisas ou apenas iniciativas isoladas de diversos programas até mesmo de graduação que precisam desse recurso para melhorar sua nota na avaliação e acabam comprometendo a qualidade e a

sobrevivência de vários outros periódicos já consolidados, pois a produção científica na área não é grande o suficiente para atender a todos.

Considerando ainda que sua área de avaliação abrange as áreas de Administração e Ciências Contábeis, a análise da classificação dos periódicos da área pode revelar que os mais altos estratos são originários da área de Administração (por apresentarem periódicos mais consolidados), fazendo com que a situação dos periódicos de Turismo se torne ainda mais delicada. Outro fenômeno associado é a dispersão da pesquisa em Turismo para periódicos de outras áreas, efeito que não contribui com a consolidação da área, merecendo, portanto, um olhar atento, sendo o que se pretende fazer nesta tese.

Podemos observar a evolução histórica do Turismo, sendo atualmente uma área reconhecida e avaliada pela CAPES, que apresentou aumento no número de programas e de periódicos. Apesar de constatar que estudiosos apontam para a necessidade de diversas abordagens para o Turismo, visto que uma só disciplina não corresponde à realidade multifacetada da área, identificamos que, ao se propor um processo avaliativo em conjunto com áreas de ADM e CON, o Turismo insere-se num contexto mais complexo que o simples compartilhamento de parâmetros de avaliação de veículos de publicação. Utilizar os mesmos parâmetros que essas áreas indicam que a avaliação da CAPES destaca o viés do Turismo como atividade econômica, com foco na organização (instituição), em detrimento do fenômeno social e humano, e consequentemente estimulando o enfoque num objeto de estudo mais adequado à área de ADM.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento de revisão da literatura de diversos autores possibilitou a elaboração do plano metodológico para seleção, tratamento e análise dos dados, visando alcançar os objetivos propostos e verificar as hipóteses levantadas.

Os dados coletados foram descritos e analisados, e discutidos com base nos autores citados na fundamentação teórica para: determinar o estágio da comunicação científica nas áreas, comparar dados, discutir a adequação dos critérios atuais e com base nas características da área de Turismo.

4.1 Tipo de pesquisa

Considerando todos os estágios da pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem quantitativa dos dados.

No primeiro estágio tem caráter exploratório, que segundo Mattar (1999) “visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva”. De acordo com Dencker (1998), a pesquisa exploratória é “indicada para fases de revisão de literatura, formulação de problemas, levantamento de hipóteses, identificação e operacionalização das variáveis”.

Num segundo momento, a pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, pois, de acordo com Gil (2008, p. 28), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população e o estabelecimento das relações entre as variáveis”.

As pesquisas exploratórias e descritivas são “as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis” (SALOMON, 2008, p. 158),

A pesquisa exploratória permite ao pesquisador maior familiaridade com o problema mediante a uma extensa pesquisa bibliográfica, com levantamento em fontes específicas de informação e é utilizada para alcançar resultados, já a pesquisa descritiva mede, avalia ou coleta dados sobre o que está sendo pesquisado (GIL, 2008).

A pesquisa bibliográfica e documental faz parte da pesquisa exploratória, e foi utilizada para fundamentar o problema a partir de referências teóricas publicadas em diversos tipos de documentos. De acordo com Dencker (1998, p. 152), “toda pesquisa requer uma fase preliminar de levantamento e revisão da literatura existente para elaboração conceitual e definição dos marcos teóricos”.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O que as diferencia é a natureza das fontes. Na pesquisa documental, “o pesquisador deve verificar se [os documentos] realmente são representativos e procurar interpretá-los corretamente, utilizando procedimentos técnicos adequados à análise de conteúdo” (DENCKER, 1998, p. 153).

4.2 Fontes de dados e população do estudo

Segundo os objetivos deste trabalho, a pesquisa se concentrou em três níveis, utilizados para composição das populações tomadas como objeto de estudo, uma vez que estão diretamente relacionados à avaliação da produção científica: a) critérios de avaliação das áreas; b) periódicos e c) pesquisadores. Em relação aos pesquisadores serão considerados somente os da área de Turismo. Quanto aos periódicos serão considerados os da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Já os critérios serão avaliados das grandes áreas de CSA e HUM, buscando elaborar o panorama da comunicação científica no Brasil e oferecer subsídios para a área de Turismo.

Foram analisados os documentos propostos pelas seguintes áreas de avaliação: **CSA** (7 áreas): Administração/Ciências Contábeis/Turismo (ADM/CON/TUR), Arquitetura-Urbanismo/Design (ARQ-URB/DGN), Ciências Sociais Aplicadas I (CSO), Direito (DIR), Economia (ECO), Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PUR/DEM) e Serviço Social/Economia doméstica (SSO/EDO); **HUM** (8 áreas): Antropologia/Arqueologia (ANT/AQL), Ciência Política/Relações Internacionais (CPO/RIN), Educação (EDU), Filosofia/Teologia (FIL/TEO), Geografia (GEO), História (HIS), Psicologia (PSI) e Sociologia (SOC).

As duas principais fontes de dados são:

1. Dados disponibilizados pela CAPES – documentos de área, resultados das avaliações trienais com as características dos veículos utilizados para publicação, como título dos periódicos, e respectivos ISSN e classificação recebida (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C) referentes à área de avaliação ADM/CON/TUR.
2. Dados dos pesquisadores de Turismo obtidos do Currículo Lattes.

4.2.1 Critérios de avaliação da produção científica dos PPGs – CSA e HUM

Para identificação dos critérios de avaliação das áreas foi realizado um estudo exploratório, baseado na análise de conteúdo dos "Documentos de Área" propostos pelas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas. Esses documentos são parte da avaliação Qualis, desenvolvida pela CAPES, sendo um “procedimento com finalidades estritamente relacionadas à avaliação da produção intelectual dos programas de Pós-graduação” (CAPES, 2009), visando realizar um tratamento sistemático e de qualidade da produção científica resultante das pesquisas dos programas de pós-graduação, com o intuito de aprimorar os indicadores e a qualidade desses programas (SOUZA; PAULA, 2002).

Cada área compõe um comitê responsável por elaborar critérios para qualificar e classificar os programas de pós-graduação da área, sendo feitas avaliações anuais de acompanhamento (seminários) e, ao final de cada triênio/quadriênio, as informações coletadas são apresentadas no documento de área.

O Qualis é uma classificação dos veículos nos quais os pesquisadores publicam suas pesquisas. Inicialmente (em 1998) propunha a classificação de periódicos (local, nacional ou internacional e A, B ou C) onde a comunidade científica brasileira publica sua pesquisa, tendo o Fator de Impacto (*Journal Citation Reports* - JCR) como principal referência para definição dos critérios da maioria das áreas de avaliação.

O processo de avaliação, que vem sendo desenvolvido desde a década de 1970, vem gerando diversas discussões, principalmente em áreas cuja cultura de comunicação prioriza o livro, e nunca se apoiaram em indicadores quantitativos para avaliação de sua produção. Com isso, alterações no Qualis vêm sendo feitas, e, nos últimos triênios, passou a apresentar também classificação de livros e eventos, em determinadas áreas – principalmente em Ciências Sociais Aplicadas e Humanas.

Os títulos são analisados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pelos comitês de área. De acordo com a CAPES (2011b), cada área pode decidir o tipo de veículo que vai classificar, podendo optar somente por periódicos, ou considerar ainda outros, como por exemplo: livros, anais de eventos ou produções artísticas. A importância dos periódicos em relação aos livros e anais é uma discussão constante dos comitês de diversas áreas, que desenvolvem seu próprio documento com base nas diretrizes da CAPES. Esses documentos são revisados e aprovados pelo Comitê Técnico e Científico (CTC), órgão máximo de avaliação da instituição.

O corpus de análise foi concedido pela Coordenadora de Gestão da Informação da CAPES, mediante solicitação por e-mail, no dia 2 de dezembro de 2012, com exceção dos documentos do último triênio, 2010-2012, que foram obtidos do site da instituição em setembro de 2013.

No triênio 2007-2009 (T4)¹⁸, os documentos de área estão estruturados em duas partes, sendo a primeira a Identificação (área de avaliação, coordenador de área, coordenador adjunto, modalidade), e a segunda, composta por cinco seções: I. Considerações gerais sobre o estágio atual da área; II. Considerações gerais sobre a avaliação do respectivo triênio; III. Considerações gerais sobre o Qualis periódicos, roteiro para classificação de livros/eventos/produção técnica e os critérios para estratificação e uso dos mesmos na avaliação; IV. Fichas de avaliação do respectivo triênio; V. Considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 - internacionalização/inserção internacional.

No triênio 2010-2012 (T5), foi incluída uma nova seção, de número II, denominada: “Requisitos e orientações sobre propostas de novos cursos”, mantendo as demais seções do triênio anterior e, conseqüentemente, os outros itens passaram a ter outra numeração neste triênio, o que era II passou a ser III, e assim sucessivamente.

Nesta pesquisa, a análise dos documentos foi realizada em etapas, estabelecidas pelas próprias seções dos documentos, sendo que da seção III (T4) e IV (T5) num primeiro momento observou-se os dados referentes à avaliação de periódicos e posteriormente foi feita uma análise dos critérios específicos de avaliação de livros.

Da seção I, “Considerações gerais sobre o estágio atual da área”, foram coletados dados sobre o número de programas de pós-graduação de cada uma das grandes áreas, dividido por subárea quando fosse o caso.

As seções II do T4 ou III do T5 “Considerações gerais sobre a (ficha de) avaliação”, versam sobre a forma como a área foi avaliada, destacando os critérios utilizados na composição da ficha de avaliação utilizada na seção IV (T4) ou V (T5).

Em seguida, foram observados os critérios do roteiro de classificação de periódicos, constantes da seção III dos documentos do T4, e seção IV dos documentos do T5, “Considerações sobre o Qualis periódicos (Artístico), roteiro para avaliação de livros/eventos/ produtos técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação”.

Então foi observada a diferença do peso considerado pelas 15 áreas de avaliação selecionadas, para publicação em cada estrato. Para tanto foram analisados os dados

¹⁸ Para criar as siglas foram considerados todos os triênios de avaliação da Capes, entre 1998-2012, totalizando 5 triênios, denominados: T1 (1998-2000), T2 (2001-2003), T3 (2004-2006), T4 (2007-2009) e T5 (2010-2012).

constantes na seção IV dos documentos do T4 e na seção V dos documentos do T5, “Fichas de avaliação para o triênio”.

A ficha de avaliação para o triênio é composta por quesitos/ítem e seus respectivos pesos (peso do quesito na nota final e peso do item dentro do quesito). A ficha é composta por 5 quesitos: 1. Proposta do programa; 2. Corpo docente; 3. Corpo discente, teses e dissertações; 4. Produção intelectual; 5. Inserção Social. Os livros se enquadram no quesito 4, no item 4.1 Publicações qualificadas do programa por corpo docente permanente. Cada área tem autonomia de determinar o peso de cada quesito e item.

Precisamente foram tomados: o quesito “4. Produção intelectual”, que apresenta um peso que compõe o a nota final do Programa de Pós-Graduação, assim como o peso do item “4.1 Publicações qualificadas” no que diz respeito à publicação em periódicos, livros e eventos, conforme demonstrado no quadro 8.

Quadro 8 – Peso do quesito e peso do item

	Área	Pontuação do quesito 4 na nota final (%)	Pontuação do item 4.1 (%)
1	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	35	50*
2	ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	40	40
3	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	40	60
4	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I	40	40
5	DIREITO (interdisciplinar)	40	40
6	ECONOMIA	35	65

*houve mudança no peso de 55 para 50, em relação ao documento anterior

Fonte: Elaborado pela autora com dados coletados nos documentos de área CAPES.

Na última etapa da pesquisa nos “documentos de área” pretendeu-se analisar os critérios específicos de avaliação de livros, e para tanto foi considerada a sessão III no caso dos documentos do T4 e IV, no caso dos documentos do T5.

Em 24 de Agosto de 2009 foi realizada a 111ª Reunião do CTC, onde foi aprovado um “Roteiro para Classificação de Livros” que ficou disponível em PDF (CAPES, 2009).

As regras aprovadas pelo CTC são definidas pelos seus membros, coordenadores de área, discentes e pró-reitores. Baseado neste roteiro, cada área, elaborou um roteiro de classificação de livros.

Independentemente das áreas, a avaliação de livros será aplicada exclusivamente para classificação da produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades. (Documento da área Geografia, 2007-2009).

Visando identificar as diferenças/semelhanças entre as áreas de CSA e HUM, foram elaborados critérios com base nos utilizados na avaliação de livros, baseados no instrumento de avaliação destas áreas, normalmente dividido em três partes: I- Dados de identificação da obra; II- Avaliação pela Comissão de classificação de Livros; III- Avaliação do conteúdo da obra.

Cada um dos três itens congrega um conjunto de critérios, sendo que, para este estudo, realizou-se uma seleção de critérios utilizados pelas áreas, de forma a contemplar pelo menos um dos itens do Roteiro de para Classificação de Livros da CAPES. Deve-se observar que nem todas as áreas usam de detalhamento, em relação a outras que, além de detalhar, atribuem pontuação a cada um dos critérios.

Os critérios elaborados a partir dos dados de identificação da obra são: Registro ISSN ou ISBN; Número mínimo de 50 páginas; tipo de editora e ficha catalográfica, sendo este último somente para algumas áreas.

A Avaliação pela Comissão de classificação de Livros deve levar em conta os dados mínimos para início da avaliação, que são os dados contemplados pelos critérios de identificação da obra, e os aspectos formais da obra, que compreendem características de autoria, editoria, tipo e natureza do texto, bem como outras características que podem valorizar a obra, como fontes de financiamento, reedições, prêmios, etc. Com base nesta parte foram elaborados os seguintes critérios: Classificação: obras científicas; obras de referência; didáticas e técnicas; outras obras (p. ex. artísticas); Tipo de obra: obra integral; capítulos e/ou coletâneas; dicionários, enciclopédias e verbetes; outros tipos (p. ex. Traduções, anais); Nível de autoria: somente docentes; Nível de autoria: docentes e discentes; Edição: ser primeira edição; Edição: reedição (com mais de 30% de alteração); Tipo de editora: publicado por editora pública ou privada, associação científica ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial; Tipo de editora: outras (internacional); Financiamento.

Em relação à Avaliação do conteúdo da obra foram elaborados os seguintes critérios: Relevância temática (contribuição para o desenvolvimento científico da área, resolução de problemas nacionais relevantes, atualidade temática, clareza e objetividade), Inovação (originalidade, inovação) e Potencialidade de impacto (circulação, distribuição, língua, reimpressão, uso).

Esses critérios contemplam os principais aspectos formais e de conteúdo dos livros, sendo que ao longo da análise poderiam ser acrescentados outros critérios exigidos por uma determinada área, como por exemplo, se a obra é citada em periódico Qualis, acrescentado

posteriormente devido a sua relevância, porém só foi encontrado na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

4.2.2 Estudo dos periódicos

Distribuição dos periódicos de cada subárea (Administração, Ciências Contábeis e Turismo) para analisar a distribuição nos estratos cada uma deles.

Foi obtida uma lista inicial a partir da Plataforma Sucupira¹⁹, que contém 1.832 periódicos e sua classificação Qualis (A1, B1,... no T5). A mesma foi complementada com dados disponibilizados pela CAPES referente aos triênios T4 e T5, totalizando 2.359 periódicos. Durante a classificação foram identificados periódicos repetidos, que foram eliminados ou agrupados, totalizando 2.187 periódicos identificados e analisados.

As primeiras análises se concentraram nos periódicos do T5, por ser o de avaliação mais recente, sendo que também foram feitas comparações com os dados do triênio anterior (T4), que é composto por 910 periódicos.

Elaborou-se uma planilha no Excel (modelo disponível no Apêndice II) para classificação das variáveis identificadas para pesquisa: área do periódico, nacionalidade, idioma de publicação, ano de início, país e editora. Os periódicos que apresentaram mudanças no nome foram identificados, sendo agrupados em um só item que também apresentou os ISSN alternativos bem como as variações de nome.

Os dados referentes aos periódicos foram coletados nos seus sites. Quando o site do periódico não estava mais ativo, muitos já não publicam mais há muitos anos, as informações foram encontradas em sites de bases de dados como Science Direct²⁰, WorldCat²¹, Latindex²², Academic Journals Database²³, Donde lo publico²⁴, PORBASE²⁵, entre outras. Não sendo a informação localizada em nenhuma base de dados, foi utilizada a sigla SD (sem dados). Os dados dos periódicos de ADM, CON e TUR foram revisados através de pesquisa pelo ISSN.

Quanto ao idioma de publicação, foi considerado o idioma do país, quando a informação não pôde ser localizada na orientação sobre os idiomas aceitos nos itens: diretrizes para autores, normas de submissão ou foco e escopo – por exemplo, para periódico brasileiros

¹⁹<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

²⁰Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/08957177>>. Acesso em: 29 set. 2016.

²¹Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/>>. Acesso em: 29 set. 2016.

²²Disponível em: <<http://www.latindex.org/latindex/inicio>>. Acesso em: 29 set. 2016.

²³Disponível em: <<http://journaldatabase.info/journal/issn0103-1570>>. Acesso em: 29 set. 2016.

²⁴Disponível em: <<http://www.dondelopublico.com/ficha/0864-4659>>. Acesso em: 29 set. 2016.

²⁵Disponível em: <<http://porbase.bn.pt/>>. Acesso em: 29 set. 2016.

considerou-se o português e para franceses o francês. Foi considerado inglês os periódicos internacionais que não apresentaram as informações referentes ao idioma nos itens equivalentes.

A data de início de publicação foi considerada quando a mesma era citada no foco/escopo, histórico do periódico ou quando era possível localizar o primeiro volume. Quando não havia indicação ou apresentavam apenas os últimos volumes publicados – por exemplo, a partir do vol. 22 – 2009, foram considerados sem dados (SD).

Para identificação do país da publicação foram utilizadas as siglas padrão ISO 3166-1 alfa-3 que são os códigos de três letras publicados pela Organização Internacional para Padronização (ISO), para representar países, territórios dependentes, e zonas especiais de interesse geográfico, disponível no anexo III.

Dentre as principais editoras encontradas estão: Elsevier, Emerald, Springer, Taylor & Francis (TAYLOR), John Wiley & Sons, Inc (WILEY), Sage Publications Inc (SAGE), Inderscience Publishers (INDERSCIENCE) e editoras universitárias. Nesta variável também foram identificados os periódicos que utilizam o *Open Journal Systems* (OJS) e SciELO.

Foram identificados periódicos com duas classificações no mesmo triênio, muitas vezes referindo-se às versões impressas e eletrônicas que possuíam ISSN diferentes. Estes periódicos foram agrupados num único item, identificando nas colunas respectivas o ISSN e a variante do título, e apresentando a segunda classificação numa coluna com observações (OBS).

Observou-se que nos periódicos gerenciados pelo uso do OJS houve uma padronização dos dados, facilitando o acesso às informações buscadas. Os periódicos indexados no SciELO e os publicados pelas editoras mencionadas também apresentam uma certa facilidade de acesso aos dados, apresentando pequenas limitações, como por exemplo no que se refere à data de início da publicação, que no SciELO muitas vezes só apresenta os volumes publicados após a indexação na coleção, volumes anteriores não são apresentados, e no que se refere ao país de publicação, que o caso das editoras não os identifica, sendo muitas vezes apresentado o dado referente à editora e não à instituição responsável pelo periódico. Desta maneira, concorda-se com Sandes e Diniz (2013), que destacam que “tais instrumentos expõem os metadados das revistas de uma maneira que possibilita melhor extração dos dados”.

Para identificação da área do periódico foi utilizada uma classificação da CAPES, com os colégios, grandes áreas e as áreas, e suas respectivas siglas, apresentados anteriormente na figura 17.

Alguns periódicos apresentavam áreas que não estavam mencionados e foram convencionadas as seguintes classificações:

- Em ADM – Marketing, Pesquisa Operacional (*Operational Research*), Gestão Pública, Recursos Humanos, Secretariado Executivo e Transportes;
- Em TUR – Hospitalidade, Eventos, Lazer, Gastronomia e Hotelaria;
- Em CCO - Sistemas de Informação e Inteligência Artificial;
- Em CSA/HUM - Segurança Pública, Ciências Militares e Moda;
- Em ECO – Finanças;
- Em CPO – Políticas Públicas;
- Em AGR – Agronegócio;
- Em ENG – Tecnologia.

Para identificação das áreas foram utilizadas as que são mencionadas na capa ou no item foco/escopo. Quando um periódico tem como foco publicar trabalhos produzidos em seus cursos foi classificado como MUL. Se o periódico engloba diversas áreas de uma grande área, foi classificado pela grande área. Caso a abrangência do periódico fosse de até quatro áreas ou grande área, todas foram identificadas; sendo de mais áreas, foram considerados MUL²⁶. Quando foi colocado SD na área é porque não foi encontrada referência nem pelo nome nem pelo ISSN.

Uma dificuldade se deu na identificação das áreas dos periódicos de Humanas e Ciências Sociais, visto que na tabela de áreas do conhecimento, publicada pelo CNPq, e também utilizada pela CAPES, não existe uma grande área Ciências Sociais e sim Ciências Sociais Aplicadas. De acordo com Vilarinho e Mueller (2015, p. 2), “sob o rótulo Ciências Humanas estão a Sociologia e também a Ciência Política” e nas Ciências Sociais Aplicadas está a Economia – três áreas que “são tradicionalmente vistas como Ciências Sociais por excelência”. O que ocorreu foi que muitos periódicos se denominam Ciências Sociais e foi necessário identificar quando se referia a Sociologia e Ciência Política para ser classificado em uma dessas áreas ou, em casos de maior abrangência, como de Humanas ou se era realmente de Ciências Sociais Aplicadas.

Fiorin (2007) esclarece que, no Brasil, quando os dados referem-se às Ciências Sociais entende-se como Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Pudemos observar que nos periódicos estudados, até mesmo nos internacionais ocorre desta forma.

²⁶ Neste caso a sigla MUL também foi utilizada para identificar quando o periódico abrange várias áreas e não só para representar a grande área MULTIDISCIPLINAR da classificação da Capes.

Foram utilizadas tabelas dinâmicas para análise e comparação dos dados e elaborados gráficos que permitiram verificar as principais áreas dos periódicos que compõe o Qualis ADM/CON/TUR, bem como os estratos de classificação dos mesmos, identificando os padrões de publicação das três áreas separadamente.

4.2.3 Mapeamento do perfil de publicação dos pesquisadores

Nesta etapa da pesquisa foram consultados os currículos Lattes dos pesquisadores da área de Turismo. O Lattes é uma iniciativa do CNPq, que criou o primeiro banco de dados de currículos na década de 1980. Com o avanço da tecnologia e a possibilidade de acesso pela *internet*, o Currículo Lattes foi lançado em 1999, e tornou-se um instrumento utilizado para avaliação dos pedidos de auxílio a projetos, sendo cada vez mais utilizado por outros órgãos de fomento como a CAPES ou as fundações de apoio a pesquisa. Também é utilizado por universidades e centros de apoio a pesquisa (REJOWSKI, 2010).

É importante ressaltar que a análise foi feita somente com os pesquisadores dos cursos cadastrados em ADM/CON/TUR, não sendo considerado o programa avaliado na área INT, apesar de sua linha de pesquisa se enquadrar em uma das áreas afins do Turismo. O período considerado para pesquisa é de 2010 a 2015, portanto não foram incluídos os autores credenciados nos programas em 2016 pelo fato de ser o ano vigente e não estar completo.

Os dados dos pesquisadores foram coletados a partir da Plataforma Sucupira, onde foram identificados os programas de pós-graduação (PPGs) e registrados em planilha Excel.

Os PPGs estão divididos em cursos de mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional. O quadro 9 apresenta os programas considerados para análise.

Quadro 9 – Programas de Pós-graduação analisados

	Programa	IES
1	GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)
2	HOSPITALIDADE	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)
3	TURISMO	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
4	TURISMO	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
5	TURISMO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)
6	TURISMO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
7	TURISMO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
8	TURISMO E HOSPITALIDADE	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)
9	TURISMO E HOTELARIA	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na Plataforma Sucupira (CAPES, 2016).

Dos programas analisados, dois são de mestrado profissional (UNB, UECE), quatro são programas de doutorado (UAM, UFRN, UCS, UNIVALI) e sete são de mestrado acadêmico (UAM, UFF, UFRN, UFPR, USP, UCS, UNIVALI).

A partir dos dados obtidos dos pesquisadores credenciados nos PPGs foi realizado o seguinte protocolo para obtenção dos nomes dos docentes de cada programa:

(1) Acesso ao site:

<https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/docente/listaDocente.jsf>

(2) Seleção do ano 2015 (apesar de a análise dos dados sinalizar que 2014 seria o ano completo mais recente)

(3) Inserção da Instituição de Ensino Superior (IES) ou sua sigla

(4) Inserção do nome do programa

(5) Seleção da Categoria: permanente. Clicar em consultar

(6) Recuperação de uma lista e transferência para planilha Excel.

Foram encontrados 108 pesquisadores divididos pelos nove programas. O quadro 10 apresenta o número de pesquisadores por IES.

Quadro 10 – Número de pesquisadores por IES

	IES	Número de docentes
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)	9
2	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)	11
3	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	10
4	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	14
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	16
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	12
7	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	10
8	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)	12
9	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)	14
		108

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos na Plataforma Sucupira (CAPES, 2016).

Identificados os autores procedeu-se a coleta de dados no currículo Lattes para analisar o perfil dos pesquisadores da área. Para tanto foi utilizada a ferramenta *Script Lattes*, implementada por Mena-Chalco e Cesar Jr. (2009), com auxílio do Prof. Jesús Mena-Chalco.

A análise da produção destes autores considerou quatro tipos de documento registrados em seus currículos: artigos em periódicos, livro na íntegra, capítulo de livros e trabalhos em anais de eventos, no período entre 2010-2015. Porém a menor frequência de publicações em 2015 sugeriu que o ano completo mais recente seria 2014, fazendo com que a análise considerasse o período de cinco anos: 2010-2014.

Importante destacar que para a análise foram utilizados os dados referentes ao número de autoria e não participações de programas, sendo que se dois autores do mesmo programa publicaram foram contados duas vezes.

5 RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa em três etapas: estudo dos critérios de avaliação da produção científica dos programas de pós-graduação das áreas de Ciências Sociais Aplicadas Humanas a partir dos documentos de área do Qualis das respectivas Áreas de Avaliação; levantamento e análise dos periódicos classificados no Qualis das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo; e mapeamento do perfil de publicação dos pesquisadores de turismo, de acordo com a produção registrada nos currículos Lattes.

5.1 Critérios de avaliação - análise dos documentos de área – CSA e HUM

A CAPES, na avaliação dos PPGs fornece os “Documentos de área” com algumas recomendações e sugestões para sinalizar aos programas qual direção seguir. Embora não seja de caráter punitivo, existe uma tendência dos PPGs seguirem suas recomendações para atingirem estratos mais elevados de classificação e conseqüentemente melhorar o desempenho de seus programas. A análise foi feita nas seções do documento indicadas, identificando algumas características das áreas.

5.1.1 Número de programas

A partir da análise da seção I do Documento de área, “Considerações gerais sobre o estágio atual da área”, foram coletados dados sobre o número de programas de pós-graduação de cada uma das grandes áreas, e subáreas quando fosse o caso, para elaborar um panorama do crescimento da área de Turismo em relação às demais áreas de CSA e HUM.

Podemos observar que algumas áreas agrupam duas ou mais subáreas, de acordo com a afinidade dos assuntos abordados. Um caso específico ocorre com Filosofia/Teologia, pois apresentam documentos independentes para cada subárea (documento da subcomissão). A maioria das áreas é avaliada isoladamente e quando estão agrupadas prevalece a combinação de duas subáreas. Somente em dois casos estão agrupadas três subáreas: Administração com Ciências Contábeis e Turismo e as Ciências Sociais Aplicadas I que engloba Comunicação, Ciência da Informação e Museologia.

Analisamos a evolução das áreas através do número de programas em cada triênio (Tabela 1) e observamos que houve um aumento no número de programas em todas as áreas,

sendo mais significativo em PUR/DEM e CSO, seguidos por ARQ-URB/DGN e CPO/RIN. Outras áreas que se destacam quanto ao aumento no número de programas são GEO e SOC.

Apesar do número de programas ter aumentado significativamente em PUR/DEM, CSO e CPO/RIN percebe-se que são áreas em expansão com a criação de cursos de mestrados enquanto ARQ-URB/DGN está em consolidação com aumento nos cursos de doutorado. Outras áreas que, apesar de não ter um aumento expressivo no número de programas, apresentam maior desenvolvimento de doutorados são GEO e EDU.

Tabela 1 – Crescimento do número de programas e cursos nos triênios

Áreas de avaliação	T4 (2007-2009)			T5 (2010-2012)			Crescimento % entre triênios		
	M	D	PPGs	M	D	PPGs	M	D	PPGs
ADM/CON/TUR	77	29	105	81	40	131	5,2%	37,9%	24,8%
ANT / AQL	20	17	21	25	16	25	25,0%	-5,9%	19,0%
ARQ-URB/DSG	25	15	27	37	24	42	48,0%	60,0%	55,6%
CPO/RIN	39	13	39	50	17	56	28,2%	30,8%	43,6%
CSO	50	21	51	84	29	89	68,0%	38,1%	74,5%
DIR	s/d	s/d	s/d	81	31	113	-	-	-
ECO	39	19	52	42	23	56	7,7%	21,1%	7,7%
EDU	98	40	138	120	62	143	22,4%	55,0%	3,6%
FIL/TEO	s/d	s/d	s/d	42	19	42	-	-	-
GEO	41	18	41	51	28	53	24,4%	55,6%	29,3%
HIS	53	24	54	62	31	65	17,0%	29,2%	20,4%
PUR / DEM	28	s/d	24	35	2	43	25,0%	-	79,2%
PSI	65	38	65	71	47	73	9,2%	23,7%	12,3%
SSO/EDO	27	10	27	31	14	31	14,8%	40,0%	14,8%
SOC	41	s/d	42	50	33	53	22,0%	-	26,2%
Legenda:	M – mestrado								
	D – doutorado								
	PPGs – Programas de pós-graduação								

Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos na seção I dos documentos de área.

O gráfico 1 apresenta o aumento do número de programas por área, sendo que a imagem destacada no detalhe indica o número de programas em ADM/CON/TUR.

Gráfico 1 – Número de programas

Fonte: Elaborado pela autora.

O aumento não ocorreu com turismo que manteve o mesmo número nos dois triênios, ou seja, seis programas, indicando uma área que começa a se fortalecer, porém que não apresentou crescimento.

Considerando a classificação atual, é possível identificar que para a avaliação da CAPES, o Turismo é visto principalmente como uma atividade econômica sem considerar seus aspectos sociais e por isso está classificado com Administração e Ciências Contábeis. Esse fato pode influenciar diretamente na produção da área de Turismo, menos desenvolvida, que ainda não tem periódicos classificados em estratos mais altos. Uma alternativa talvez seja a adotada pelas áreas de FIL/TEO, que apresentam documentos diferentes para as subáreas, o que poderia ser interessante para considerar as especificidades do Turismo na avaliação trienal.

5.1.2 Critérios do roteiro de classificação de periódicos

A sessão III “Considerações sobre o Qualis periódicos (Artístico), roteiro para avaliação de livros/eventos/ produtos técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação” define os critérios de classificação dos periódicos (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C – onde A1 e A2 são os melhores periódicos, e C não pontuam, sem valor). Por um lado, a maioria das áreas considera o FI como o principal e único indicador para definir os melhores periódicos, ou, em alguns casos, periódicos indexados pelo SciELO, base de dados nacional. Por outro lado, algumas áreas consideram os livros na sua avaliação, definindo um roteiro de classificação de livros, que também será analisado, na próxima etapa desta pesquisa.

No que se refere à avaliação dos periódicos, foi feita uma análise dos referidos documentos observando o uso de indicadores, indexadores ou características do periódico para determinação do critério de classificação dos periódicos nos estratos A1, A2 e B1. O indicador utilizado pode ser o FI JCR, o Índice H (base SCOPUS ou Google Acadêmico para a área de Ciência da Computação) e o SJR / Cites per Doc. As bases indexadoras mais utilizadas são WoS, Scopus e SciELO, outras bases encontradas, específicas de cada área, são LATINDEX, CLASE, REDALYC, PSYCINFO, DOAJ, entre outras. Os periódicos indexados na WoS e Scopus, são em sua maioria internacionais, portanto existe um estímulo aos editores de periódicos nacionais buscarem indexação em bases de dados; e por outro lado, estímulo aos pesquisadores em publicar em periódicos indexados (principalmente internacionais).

As principais características dos periódicos são avaliadas principalmente de acordo com os seguintes critérios: disponibilidade na internet, diversidade do conselho editorial, diversidade institucional, instituições reconhecidas ou financiamento, periodicidade, mérito científico, entre outros.

Em relação ao uso de indicadores, indexação em bases de dados ou características do periódico para classificação dos periódicos nos estratos A1, A2 e B1 foram identificados cinco grupos, com base no tipo de critério de classificação usado nos estratos.

A seguir são apresentadas as características que denominam cada um: grupo INDICADOR, que dá preferência para o uso indicador, normalmente aos 3 estratos, utilizando também a exigência de indexação em bases de dados e outras características nos critérios de avaliação, fazendo isso de forma pontual (apenas em alguns estratos); grupo TRANSIÇÃO PARA INDICADOR, faz uso de indicador, porém de forma menos intensa que o grupo

anterior, mas além de usar bases de indexação, também considera outras características nos 3 estratos; grupo BASES DE INDEXAÇÃO, se destaca por usar bases de indexação e outras características em todos os estratos analisados e não usar indicador nos critérios de avaliação para nenhum estrato; grupo TRANSIÇÃO PARA BASES DE INDEXAÇÃO, não utiliza indicadores, assim como não utiliza bases de indexação nos 3 estratos. Sabe-se que outras características dos periódicos são critérios mais subjetivos; e o grupo OUTRAS CARACTERÍSTICAS, se destaca por não fazer uso de indicadores e bases de indexação, pautando-se em características dos periódicos nos 3 estratos.

Observando a tabela 2 percebemos que o uso de indicador era menos frequente (e no T5 engloba a área de GEO), o que mostra uma tendência à adoção de critérios mais objetivos. Tal tendência também é observada nas áreas em transição para indicador (áreas CPO/RIN e ANT/AQL) no T5. O grande grupo “bases de indexação” reflete esta característica ao diminuir no T5, pois até T4 as bases de indexação eram utilizadas por mais áreas. Destaca-se a área EDU, que no T4 ainda não utilizava bases de indexação, porém no T5 consolidou o uso de bases de indexação nos 3 estratos.

Entre as áreas de avaliação correspondentes à grande área CSA que no T4 usavam indicador, ADM/CON/TUR e ECO, houve uma pequena evolução no T5 e passou a considerar indicador na classificação para as duas áreas, nos 3 estratos.

Tabela 2 – Grupos de áreas de avaliação considerando a frequência de uso de indicadores, bases de indexação e outras características dos periódicos

T4 (2007-2009)					T5 (2010-2012)				
Grupo	Indicador	Base	Outros	Área	Área	Indicador	Base	Outros	Grupo
INDICADOR	3	0	1	ECO	ADM/CON/TUR	3	1	1	INDICADOR
	2	1	1	ADM/CON/TUR	ECO	3	1	1	
TRANSIÇÃO PARA INDICADOR	1	2	3	GEO	GEO	3	0	2	
BASES DE INDEXAÇÃO	0	3	3	ANT / AQL	CPO/RIN	2	3	3	TRANSIÇÃO PARA INDICADOR
	0	3	3	CPO/RIN	ANT / AQL	1	3	3	
	0	3	3	SOC	EDU	0	3	3	
	0	3	3	FIL/TEO	FIL/TEO	0	3	3	BASES DE INDEXAÇÃO
	0	3	3	HIS	HIS	0	3	3	
	0	3	3	PUR / DEM	PUR / DEM	0	3	3	
	0	3	3	SSO/EDO	SSO/EDO	0	3	3	
	0	3	3	SOC	SOC	0	3	3	
	0	3	2	PSI	CSO	0	3	2	
TRANSIÇÃO PARA BASES DE INDEXAÇÃO	0	2	3	DIR	PSI	0	3	2	
OUTRAS CARACT.	0	0	3	ARQ-URB/DSG	DIR	0	2	3	TRANSIÇÃO PARA BASES DE INDEXAÇÃO
	0	0	3	EDU	ARQ-URB/DSG	0	0	3	OUTRAS CARACT.

Fonte: Elaborado pela autora.

Das nove grandes áreas da CAPES, as duas selecionadas, CSA e HUM, apresentam uma diferença significativa em relação às outras, utilizam bases de indexação ou características dos periódicos para fazer a classificação nos estratos A1, A2 e B1 enquanto as outras fazem uso exclusivo de indicadores. Ao longo dos triênios, houve uma evolução do uso de indicador principalmente na grande área HUM, onde em T4 apenas Geografia fazia uso de indicador e no T5 mais duas áreas, ANT/ARQ e CPO/RIN, passaram a fazer uso dos mesmos para classificação dos periódicos. A grande área de Sociais Aplicadas em T4 usava indicador para avaliar duas áreas, ADM/CON/TUR e ECO, nos estratos A1 e A2 e apenas na área de ECO em B1. No T5 houve uma pequena evolução e passou a considerar indicador na classificação para as duas áreas, em todos os estratos.

Podemos observar três áreas da grande área Humanas, GEO, CPO/RIN e ANT/AQL, em transição para o uso de indicadores e as demais já utilizam bases indexadoras. Já as áreas de CSA apresentam dois perfis antagônicos, um com duas áreas, ADM/CON/TUR que adotam o uso de indicadores e outro com a área de ARQ-URB/DSG que ainda mantém o uso de outras características para avaliação. As outras quatro áreas das CSA utilizam bases de indexação.

Percebemos que a área de GEO, que aumentou o número de doutorados, também passou a utilizar indicadores na avaliação. A área EDU, que também está em consolidação com aumento de doutorados, evoluiu diretamente do grupo outras características para bases de indexação, indicando uma preocupação com o uso de uma avaliação mais criteriosa da produção científica. As duas áreas apresentam um aumento na infraestrutura para pesquisa e no número de pesquisadores, indicando um crescimento da comunidade de pesquisa.

Áreas que não contam com grande quantidade de periódicos e/ou que publicam principalmente em livro mantiveram seus critérios do T4 para o T5. As únicas exceções são ADM/CON/TUR e ECO, que já baseavam seus critérios em indicadores no T4, passando a intensificar seu uso no T5.

Podemos dizer que as preocupações dos pesquisadores, apontadas por Hug; Ochsner e Daniel (2013), quanto a elaboração de ferramentas de avaliações de qualidade, são uma realidade no sistema de avaliação Qualis. Eles destacam que os critérios utilizados são originados nas áreas das ciências naturais e modelados de acordo com as necessidades destas áreas podendo causar um impacto negativo quando utilizados nas áreas de humanidades, e como verificamos, também no caso das Ciências Sociais Aplicadas, e que é preciso esclarecer o que se entende por qualidade, pelo que é uma boa pesquisa, sendo que esse entendimento deve ser considerado ao elaborar critérios e indicadores.

5.1.3 Peso considerado pelas áreas para publicação em cada estrato

No que diz respeito à valorização da produção intelectual, são atribuídos pesos para cada veículo de publicação (periódico, livro, anais evento), em relação ao total de quesitos avaliados sobre o programa (que consiste do [peso de cada veículo em relação ao total de veículos de publicação] multiplicado pelo [peso da produção intelectual em relação ao total de quesitos avaliados sobre o programa]).

Para as áreas selecionadas para este estudo, livros e periódicos tem sempre mesmo peso. No caso dos eventos, foi considerado somente quando era enquadrado dentro do quesito 4 porém foi descartado quando se apresentava em outros quesitos, como por exemplo ADM/CON/TUR que consideram eventos com um peso menor (fora do quesito produção intelectual). Os dados obtidos são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Pesos da avaliação de periódicos, livros e eventos (quesito 4 – Produção Intelectual)

Áreas de avaliação	T4 (2007-2009)		T5 (2010-2012)		Crescimento % entre triênios	
	Livro/Periodico	Evento	Livro/Periodico	Evento	Livro/Periodico	Evento
ADM/CON/TUR	22,8%	22,8%	17,5%	0,0%	-23,1%	-100,0%
ANT / AQL	16,0%	10,0%	16,0%	10,0%	=	=
ARQ-URB/DSG	16,0%	16,0%	18,0%	18,0%	12,5%	12,5%
CPO/RIN	24,0%	24,0%	24,0%	0,0%	=	-100,0%
CSO	16,0%	16,0%	16,0%	0,0%	=	-100,0%
DIR	16,0%	12,0%	16,0%	12,0%	=	=
ECO	22,8%	22,8%	22,8%	22,8%	=	=
EDU	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%	=	=
FIL/TEO	17,5%	7,0%	9,0%	9,0%	-48,6%	28,6%
GEO	14,0%	7,0%	14,0%	14,0%	=	100,0%
HIS	14,0%	8,8%	22,0%	8,0%	57,1%	-8,6%
PUR / DEM	17,5%	17,5%	17,5%	17,5%	=	=
PSI	17,5%	0,0%	17,5%	0,0%	=	=
SSO/EDO	16,0%	16,0%	16,0%	16,0%	=	=
SOC	20,0%	4,0%	20,0%	4,0%	=	=

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebemos que ao longo dos triênios houve uma desvalorização da participação em eventos em 3 áreas: ADM/CON/TUR, CPO/RIN e CSO. Já GEO, ARQ-URB/DGN e FIL/TEO aumentaram o peso para eventos.

Em ADM/CON/TUR e FIL/TEO os pesos para publicações em periódicos e livros foram diminuídos, aumentando o peso no item 4.2 - Distribuição de publicações qualificadas

em relação ao corpo docente permanente do Programa. A área de HIS passou a valorizar com peso maior a publicação em periódicos e livros e com peso menor a participação em eventos.

No T4, das 15 áreas estudadas, todas consideram peso 100% para publicação no A1 e somente duas, ADM/CON/TUR e EDU, consideram um peso menor para publicação no A2 e B1, 80% e 60% respectivamente, contra 85% e 70% nas demais áreas. No T5, todas as áreas consideram peso 100% para publicação no A1, porém houve diversas alterações nos demais estratos. Em ECO só não foram reavaliados os pesos do A1 e C, todos os demais diminuíram seus pesos, ficando B5 o mais desvalorizado com peso 5%, o que pode indicar uma pressão para publicação no estrato A1. Já na EDU também houve alteração nos estratos A2 à B5, porém seus pesos foram aumentados sendo que no B5 o peso no T5 passa a ser 10%, indicando uma valorização na publicação nos estratos menores.

A área ARQ-URB/DGN aumentou o peso da publicação no estrato B3, DE 40% no T4 para 50% no T5. Já CSO aumentou o peso do B2 de 50 para 55% no T5 e diminuiu o peso para B4, de 30 para 25%, e no B5 de 15% no T4 para 10% no T5. Ao contrário, GEO passou a valorizar com peso menor as publicações no A2, de 85 no T4 para 80% no T5, e com maior peso nos estratos B2 a B5, passando no B2 de 50 para 60%, no B3 de 35 para 50% e no B4 de 20 para 40% e no B5 de 10 para 15% no T4 e T5 respectivamente, o que pode indicar uma tendência para área em valorizar a publicação nos estratos B3 e B4.

As áreas ANT/ARQ, DIR, FIL/TEO, PUR/DEM E SOC não apresentaram alterações nos dois triênios. Não apresentaram dados referentes ao peso no T5, ADM/COM/TUR, CPO/RIN, HIS, PSI e SSO/EDO. É provável que estas áreas considerem os mesmo valores do triênio anterior.

5.1.4 Atribuição de notas 6 e 7 – Internacionalização/inserção internacional

Nos documentos do T4, apesar de serem descritos de formas diferentes, os principais critérios para obtenção de notas 6 e 7 são os mesmos em todas as áreas estudadas: já tenham obtido nota 5 em avaliações anteriores; apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (inserção internacional) e nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas.

Na maioria das áreas essas condições se apoiam em um tripé constituído por: produção científica com inserção internacional; consolidação e liderança nacional; inserção e impacto regional e nacional - integração, solidariedade e visibilidade. As áreas de GEO, PSI e SSO/EDO apresentam seus critérios através dos seguintes indicadores: Internacionalização,

liderança, nucleação e solidariedade, que de certa forma englobam os mesmos critérios do tripé. A área ARQ-URB/DGN não detalha os critérios.

Dentre os principais critérios para cada item destacamos:

- Produção científica com inserção internacional: Publicação nos estratos A1 e A2 (ADM, CPO/RIN; ECO; EDU) ou A1, A2 e B1 (ANT/AQL; CSA; DIR; FIL/TEO; PUR/DEM; SOC), e no Roteiro de classificação de livros, nos estratos L4 (EDU;) ou L3 e L4 (CSA; PUR/DEM); participação em eventos internacionais; participação em conselhos editoriais de periódicos A1 e A2 e em congressos de associações.
- Consolidação e liderança nacional como programa formador de recursos humanos para a pesquisa e pós-graduação: convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior; manutenção de vínculos de colaboração com instituições estrangeiras; atração de alunos de outras regiões e outros países; formação de docentes para outros programas de pós-graduação ou na presidência de instituições acadêmicas relevantes no país e no exterior.
- Inserção e impacto regional e nacional - integração, solidariedade e visibilidade: participação em programas MINTER, DINTER, Casadinho, PROCAD ou associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação; prestam assessoria a órgãos públicos ou movimentos populares; projetos de cooperação internacional e financiados por agências de fomento; atuação conjunta com docentes de outros países.

A grande área de Humanas estabelece que a produção científica com inserção internacional deva corresponder a 60% do total dos conceitos a serem atribuídos aos programas elegíveis para notas 6 e 7; a consolidação e liderança nacional a 30% e a ; inserção e impacto regional e nacional a 10%. Estes pesos são citados nos documentos das áreas: ANT/AQL e SOC.

Na grande área de Ciências Sociais Aplicadas duas áreas também consideram pesos para o total dos conceitos, sendo que PUR/DEM na mesma proporção citada e CSA considerando 50% para inserção internacional, 40% para consolidação e liderança nacional e 10% para inserção e impacto regional e nacional.

A área ADM/CON/TUR considera que para obtenção de nota 6, 25% dos docentes permanentes publicam em A1 ou A2; 20% docentes permanentes são detentores de bolsa produtividade do CNPq ou são coordenadores de projetos de pesquisa financiados por agências de fomento externas à IES. Para nota 7, os valores são 40% para os dois critérios.

A área FIL/TEO apresenta dois critérios: 1- Nível de qualificação da produção equivalente ao dos centros internacionais com publicação frequente e nos estratos A1, A2 e B1, com pelo menos 3 publicações de qualidade e/ou 1 publicação internacional (peso 2); 2- atividades de intercâmbio e de avaliação, e evidências de competitividade e de reconhecimento internacional (peso 1). Para nota 6, 50% do corpo docente deve satisfazer o critério de item 1 e, para nota 7, 2/3 dos docentes.

A área CPO/RIN, além de considerar a publicação nos estratos A1 e A2, considera publicações fortemente citadas no Brasil e no exterior.

Na maioria das áreas os critérios são os mesmos para notas 6 e 7, sendo que em alguns casos destaca-se a necessidade de maior proporção do corpo docente com a produção científica com inserção nacional e maior média dessa produção por docente ao ano.

Nos documentos do T5 existe uma preocupação em destacar que a internacionalização não deve ser uma exclusividade de programas com notas 6 e 7 e sim ser uma meta de todos os programas. Desta forma, são apresentados os critérios de internacionalização e em seguida os critérios para obtenção de notas 6 e 7, que são para todas as áreas: nota 6 - obtiveram nota 5 e conceito "muito bom" em todos os itens da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito "bom" em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas; desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança); nota 7 - obtiveram nota 5 e conceito "muito bom" em todos os itens da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas; desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

Além dos critérios comuns a todas as áreas, ANT/AQL, DIR, ECO, PUR/DEM, PSI e SSO/EDO, descrevem os critérios que são considerados.

Em ANT/AQL, a inserção internacional; consolidação e liderança nacional; inserção e impacto regional e nacional); publicação nos estratos A1, A2 e B1. Para SSO/EDO internacionalização, liderança, nucleação e solidariedade.

Nas áreas ECO e DIR o nível de qualificação da produção tem que ser equivalente ao dos centros internacionais com publicação frequente e nos estratos A1 e A2 e B1 só para DIR; consolidação e liderança nacional; inserção e impacto regional e nacional; integração, solidariedade e visibilidade ou transparência.

A área PUR/DEM destaca quatro itens (desmembrados do triênio anterior): inserção internacional (apresentam desempenho equivalente ao dos centros internacionais de

excelência na área); consolidação e liderança nacional; Liderança nacional na nucleação de programas; inserção, presença e relevância na sociedade.

A área PSI exige que os programas apresentem desempenho diferenciado em quatro eixos: Internacionalização da produção científica (40%); internacionalização das interações acadêmico-científicas (30%); liderança do programa e de seus docentes (15%); nucleação e atuação de egressos do programa (15%).

É possível perceber que houve pequena mudança na elaboração dos critérios para atribuição das notas 6 e 7 nos dois triênios. No T4 eram considerados o desempenho, que deveria ser equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (inserção internacional) e o nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área. Já no T5 os critérios são baseados nos conceitos obtidos na ficha de avaliação, sendo que para programas nota 7 é preciso obter o conceito “Muito bom” em todos os quesitos e para nota seis são tolerados eventuais conceito “Bom”.

Apesar de diferentes nomenclaturas, os principais critérios utilizados: avaliação da produção científica com inserção internacional; consolidação e liderança nacional; inserção e impacto regional e nacional - integração, solidariedade e visibilidade, são semelhantes para todas as áreas.

5.1.5 Critérios do roteiro de classificação de livros

Os documentos do triênio 2004-2006 (T3) mostraram que os critérios de classificação de livros estavam começando a surgir: a área de Educação já classificava os livros, porém os critérios limitavam-se à editora, tendo em vista critérios de circulação, consolidação e tradição; e a área de Artes/Música apenas mencionava a necessidade de avaliar livros. Já as áreas de Arquitetura/Urbanismo/Design e Economia não apresentavam documento de área no triênio.

A análise então se limitou aos dois últimos triênios, T4 e T5, podendo-se observar que as 16 áreas estudadas utilizavam critérios de classificação livros em ambos os triênios. Porém nem todas adotavam o roteiro proposto pela CAPES: no T4, três áreas de CSA (Administração/Ciências Contábeis/Turismo, Direito e Economia) e três de HUM (Antropologia/Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Educação); e no T5, as mesmas áreas, mais duas de HUM (Geografia e História).

A área “Administração, Ciências Contábeis e Turismo” segue as diretrizes do CTC, mas os critérios de avaliação são um pouco mais detalhados no formulário de avaliação pelo

comitê. São considerados, por exemplo, adaptação à realidade brasileira, precisão de conceitos, terminologia e informações, qualidade gráfica e de apresentação, entre outros.

Outra característica desta área é que deixou de classificar eventos em 2010-2012, que passam a ser valorizados como elemento de avaliação da integração do programa em redes de pesquisa, e avalia a pertinência dos eventos que tenham participação dos integrantes do programa em relação à(s) sua(s) área(s) de concentração. Eventos de caráter local não são considerados.

Na área de Ciências Sociais Aplicadas I não são considerados para avaliação os eventos, exceto para a área de Ciência da Informação onde, excepcionalmente são considerados os Anais do ENANCIB (Encontro Nacional da Pesquisa em Ciência da Informação).

No triênio de 2004-2006, a Educação já classificava os livros, porém os critérios eram baseados na editora, tendo em vista critérios de circulação, consolidação da editora e tradição em publicação na área, “ainda que esteja ciente de que esse procedimento não permite inferir adequadamente a qualidade das obras” (Educação, 2004-2006).

A área de Sociologia observa que o quesito IV – Produção Intelectual –da Ficha de avaliação, inclui, além da produção científica, a produção técnica e artística. Sendo assim, os critérios definidos para a avaliação de livros com conteúdo científico poderão ser aplicados a estas outras modalidades de produção conforme decisão das áreas. No entanto, os resultados dessas avaliações serão computados nos itens correspondentes (4.3 e 4.4) em separado da produção científica.

A área de Psicologia menciona no documento 2007-2009 que a avaliação dos livros é feita com base nas diretrizes definidas pelo CTC e “tendo em vista a experiência de avaliação dos livros no triênio passado”. Experiência esta que não foi relatada no documento de área anterior.

A área de História relata a dificuldade em discernir a qualidade dos eventos acadêmicos, tendo em vista a grande necessidade de realização de eventos com o perfil de discussão de resultados parciais de pesquisa, o que torna inviável a adoção de critérios rígidos nos moldes do que seria um “Qualis Eventos”. Para o T5 mudou a apresentação do documento de área, apresentando em forma de texto uma definição para os estratos de avaliação dos livros, e não mais utilizando a ficha de avaliação do ano anterior. Devido a esta mudança, alguns critérios localizados no triênio anterior não foram identificados em 2012. No entanto, acredita-se que estes critérios foram mantidos embora não tenham sido considerados na planilha de avaliação.

Na área de Economia, “para ajustar o princípio da qualidade da produção ao sistema de avaliação por pontos, algumas travas são adotadas para não possibilitar aos programas a obtenção da totalidade dos pontos necessários apenas com publicações de menor circulação e impacto” (Economia 2010-2012). Estas travas são válidas para os livros, capítulos de livros e anais. De acordo com o documento, “o objetivo é de estimular um maior esforço dos programas da área para incrementar a publicação de artigos em periódicos qualificados, principalmente internacionais”.

A área de Filosofia considera que os critérios definidos para avaliação de livros podem ser utilizados para outras modalidades, como a produção técnica e artística, conforme decisão das áreas. No entanto os resultados dessas avaliações serão computados nos itens 4.3 ou 4.4, ou seja, separado de livros. Além da Ficha de avaliação dos livros, a área propõe uma definição dos estratos para avaliação de livros.

Observou-se que em algumas áreas, no documento de 2012, não aparecem os critérios para classificação de livros que apareciam no documento do triênio anterior e, por isso, houve uma queda no nível de adesão de muitos critérios entre os triênios (Gráficos 2 e 3). Esta análise foi baseada no conteúdo de cada documento, independentemente, sem considerar que um poderia complementar o outro, fato este que pode ser considerado como uma limitação da pesquisa, pois será necessário um contato direto com cada coordenador de área para verificar se a exigência dos critérios permanece, devendo ser respeitados os documentos dos dois triênios ou se somente o último documento deve ser considerado. Cabe consulta ao coordenador de área para verificar se a intenção é de complementar, ressaltando que todas as diretrizes devem constar no documento mais recente.

No item Roteiro de avaliação CAPES foi considerado como SIM somente as áreas que seguem o roteiro de forma bem parecida com o fornecido, aqueles com formato diferente foram classificados como não, mesmo quando mencionam que se basearam no roteiro.

Na área de Direito apesar de estar escrito no documento que os critérios são baseados no roteiro do CTC optou-se por classificar como não segue o roteiro, pois os critérios são mais completos e seguem uma forma de avaliação diferente do roteiro. Na área de Educação ocorre o mesmo. Nesta última ainda foi mencionado que a avaliação de livros tem por base a ficha de avaliação comum para a Grande Área de Humanas.

Na área de Geografia, o documento de 2013 não segue mais o modelo proposto pela CAPES. Apresenta um modelo de avaliação de coletânea que parece ser *on line*, mas não menciona se é ou não. Comenta a dificuldade de avaliar este tipo de produção (p.29).

A área de História comenta que faz uma avaliação qualitativa do conteúdo dos livros, que os princípios não mudaram em relação à avaliação anterior, mesmo assim foi considerado que agora não segue mais o modelo da CAPES devido as grandes alterações nas orientações. A área não considera a participação de discentes na produção de livros.

Assim como no caso dos artigos, a Área de História **não estimula nem valoriza, neste momento, a publicação em co-autoria com alunos**, valorizando a produção discente individual, mas o tema será debatido nos próximos seminários de acompanhamento tendo em vista a necessidade de não penalizar as publicações com este perfil que sejam pertinentes. (Documento de área História 2013, p.24, grifo nosso).

Na área de Educação, para uma obra ser classificada ela tem que ser resultado da investigação de docentes do programa, mas valoriza a participação de alunos em coletâneas.

Analisando o “Roteiro de classificação de livros”, em relação aos dados de identificação da obra, podemos observar (Gráfico 2) que 75% HUM exigem este dado para iniciar a classificação da obra e 50% das áreas de CSA. Notou-se portanto que algumas áreas de HUM e CSA descartam este critério no T5. Essa mesma queda também foi observada nos critérios de número mínimo de páginas e registro ISSN ou ISBN, que são exigidos por todas as áreas, porém apresentaram 100% de adesão no T4.

Gráfico 2 – Nível de adesão das Áreas de Avaliação aos critérios do Tópico I, "Dados de identificação da obra", segundo Grande área e triênio.

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando os critérios utilizados pela comissão de classificação de livros, mais precisamente, a editoria da obra, é um dado mínimo exigido por todas as áreas em ambos os triênios, ser “publicada por uma editora pública ou privada, associação científica ou cultural,

instituição de pesquisa ou órgão oficial” (não sendo, portanto, apresentado no Gráfico 2). Por outro lado, o gráfico 3 mostra que a “editoria internacional” não atinge consenso entre as áreas de HUM e CSA (cerca de 60% das áreas de avaliação); e a “reedição com mais de 30% de alteração” é menos aplicado por áreas de CSA, ao passo que “ser a primeira edição” não é adotado por 5 áreas.

A questão da autoria é considerada entre os critérios de todas as áreas, porém a área de História não considera a participação de discentes na produção de livros, “não estimula nem valoriza, neste momento, a publicação em co-autoria com alunos” (CAPES, 2013, p. 24). Na área de Educação para uma obra ser classificada ela tem que ser resultado da investigação de docentes do programa, mas valoriza a participação de alunos como co-autores e em coletâneas.

Todas as áreas exigem que as obras sejam classificadas como *científicas*, e quanto ao tipo, que seja *integral* ou *capítulo ou coletânea*. Diferenças são observadas no que diz respeito à classificação e ao tipo de obra, percebendo-se menor adesão das áreas de HUM (Gráfico 3). A área de Sociologia observa que a produção intelectual, inclui, além da produção científica, a produção técnica e artística.

Gráfico 3 – Nível de adesão das Áreas de Avaliação aos critérios do Tópico II, "Avaliação pela comissão de classificação de livros", segundo Grande área e triênio.

Fonte: Elaborado pela autora.

No que diz respeito à avaliação conteúdo da obra (Gráfico 4), nota-se a adoção generalizada dos critérios entre as áreas. Quanto ao critério *inovação* as áreas de CSA apresentam os menores índices: 65% no triênio de 2007-2009 e 85% no em 2010-2012

(igualando-se com as áreas HUM). E nos critérios *inovação* e *relevância temática*, as áreas de Economia (CSA) e Ciência Política (HUM) não consideram estes critérios (com exceção da última, que adota o critério de *inovação* no último triênio).

Gráfico 4 – Nível de adesão das Áreas de Avaliação aos critérios do Tópico III, "Avaliação do conteúdo da obra", segundo Grande área e triênio.

Fonte: Elaborado pela autora.

O estudo aponta para uma padronização dos critérios para classificação das áreas analisadas, da mesma forma que Hug; Ochsner e Daniel (2013) concluíram que: “o consenso sobre um conjunto de critérios de qualidade é possível dentro de dadas disciplinas de humanidades e que existem critérios consensuais, compartilhados entre as diferentes disciplinas de humanidades” (HUG; OCHSNER; DANIEL, 2013, p. 372, tradução nossa). Os autores também destacam que para avaliar as humanidades é necessário um amplo número de critérios e que, mesmo existindo critérios que são compartilhados, eles não podem ser os mesmos devido às características específicas das áreas.

Pode-se notar um aumento da preocupação com a qualidade do conteúdo da obra entre os dois últimos triênios, denotando que a classificação de livros consolida-se na política científica nacional. É um importante passo, com certo grau de inovação até mesmo em âmbito mundial - principalmente considerando a avaliação em escala nacional. Contudo, os poucos artigos publicados (normalmente por componentes das comissões de área) nem sequer mencionam a literatura internacional, material que certamente poderá contribuir com o aprimoramento dos critérios - a exemplo da grande contribuição que a comunidade científica

internacional vem prestando aos critérios de avaliação de periódicos, por muito tempo limitados a um único indicador, marca registrada de uma base comercial.

Por outro lado o conhecimento deste cenário, assim como de sua evolução ao longo dos triênios, pode ser de grande importância para a comunidade científica brasileira de Bibliometria e Cientometria, à medida que revela as decisões políticas - nem sempre consideradas em análises quantitativas de produção científica.

5.2 Estudo dos periódicos – ADM/CON/TUR

Nesta etapa da pesquisa foram observados os periódicos que receberam classificação Qualis na área ADM/CON/TUR.

Do total de 2187 periódicos (T4 e T5), 608 são de ADM, sendo que alguns apresentam escopo temático que transcende a própria área, revelando um perfil interdisciplinar, abrangendo outras áreas: 56 são em conjunto com CON, 09 com TUR e 149 com outras áreas. Da área de contabilidade são 113 periódicos, 56 com ADM, 5 com TUR e 36 com outras áreas. E de TUR, são 50 periódicos, sendo que em conjunto com outras áreas, além dos 9 com ADM e 5 com CON, 2 com CSO, 2 com CSA e 1 em cada uma das seguintes áreas: DIR, ECO, LLA/HUM e ENG. Os demais são periódicos de outras áreas que receberam avaliação deste comitê devido a publicação de algum pesquisador da área ADM/CON/TUR.

Considerando somente os periódicos de ADM/CON/TUR podemos observar no gráfico 5 que a maioria, quase 80%, é de ADM; TUR representa somente 6% dos periódicos avaliados; e CON também com poucos periódicos, representa 15% do total. Esse resultado já era esperado visto que a área de ADM tem uma representatividade muito maior do que as outras.

Gráfico 5 – Distribuição dos periódicos ADM/CON/TUR

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as 24 áreas adjacentes abrangidas pelos periódicos de ADM/CON/TUR, a que mais se destaca é ECO, com 74 periódicos que abrangem temas desta área, que por sua vez, também podem abranger mais uma área, seguida por ENG e EDU (14 e 10 periódicos). O gráfico 6 ilustra a distribuição dos periódicos segundo áreas adjacentes abrangidas pelo escopo temático dos periódicos de ADM/CON/TUR, ou seja, os periódicos além de abordar estas áreas também aceitam trabalhos das outras áreas mencionadas.

Gráfico 6 – Distribuição dos periódicos segundo áreas adjacentes abrangidas no escopo temático dos periódicos de ADM/CON/TUR

Fonte: Elaborado pela autora.

Também foram identificados 1471 periódicos que não são de nenhuma das três áreas, ADM/CON/TUR, mas que foram utilizadas por pesquisadores da área. Foram encontrados periódicos de todas as 48 áreas de avaliação da CAPES. O gráfico 7 apresenta as principais áreas onde publicam pesquisadores de ADM/CON/TUR.

Gráfico 7 – Áreas onde publicam pesquisadores de ADM/CON/TUR

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre as áreas novamente se destaca ECO, seguida de EDU e ENG. Outro destaque é a participação em periódicos Multidisciplinares e da grande área Humanas.

Dentre os 1424 periódicos classificados no T4, sua distribuição e alteração no T5 se mostraram da seguinte forma:

- 75 são A1, sendo que 6 deixaram de ser avaliados no T5 e 4 passaram a ser A2;
- 75 são A2, 2 deixaram de ser avaliados, 8 evoluíram para A1, 1 foi avaliado C e 2 B1, no T5;
- 91 são B1, 3 deixaram de ser avaliados e 8 evoluíram para A2; 49 são B2, 2 deixaram de ser avaliados, 5 para B1, 9 para B3;
- 137 são B3, 4 deixaram de ser avaliados, 14 foram pra B1, 14 foram para B2, 5 foram para B5 e 6 para C;
- 132 são B4, 2 para A2, 10 para B1, 3 para B2, 34 para B3, 8 para B5 e 2 para C;
- 257 são B5, 47 deixaram de ser classificados, 1 passou a ser A1, 9 B1, 1 B2, 9 para B3, 10 para B4 e 4 para C;
- 608 são C no T4 e 418 deixaram de ser avaliados, 24 passaram a ser A1, 26 A2, 33 B1, 4 B2, 19 para B3, 8 para B4, 31 para B5.

Observando a evolução dos periódicos ao longo dos dois triênios (T4 e T5) constatamos que houve uma diferença entre eles, indicando que os pesquisadores procuram se basear no Qualis anterior para escolher onde irão publicar e estão em busca de periódicos melhor qualificados, mesmo que de outras áreas. Observamos que 68,75% dos periódicos avaliados C no T4 já não constavam mais na avaliação do T5, indicando que não houve publicações nestes títulos. Em contrapartida, 92% dos periódicos avaliados como A1 permanecem avaliados, indicando a preferência por periódicos melhor avaliados.

Outro fato a ser destacado é o número de periódicos que melhoraram de classificação. Boa parte dos que eram C no T4 e melhoram na classificação no T5 são em sua maioria de outras áreas (principalmente os B1, B3 e B5). Já os que se tornam A1 e A2 o aumento se dá praticamente igual para ADM/CON/TUR e outras áreas. Os comitês de avaliação realizam “limpezas” para excluir periódicos inativos ou que não são mais classificados e esta pode ser uma das razões de 418 periódicos deixarem de ser classificados no T5, e destes 302 são de outras áreas e 116 de ADM/CON/TUR.

No T4 a maioria dos periódicos, 42,7%, se concentrava em estrato C e no T5 somente 6,2% dos periódicos são neste estrato. No T5 a maioria dos periódicos, 23,5%, se concentrava em estrato B5. Houve um aumento expressivo nos periódicos no estrato B1. Percebe-se uma melhor distribuição pelos estratos no T5, apresentando um aumento nos periódicos A1, A2 e B1 (Tabela 4).

Tabela 4 – Classificações dos periódicos (T4 e T5)

ESTRATO	T4	%	T5	%
A1	75	5,30%	98	10,40%
A2	75	5,30%	103	11,00%
B1	91	6,40%	153	16,30%
B2	49	3,40%	55	5,90%
B3	137	9,60%	164	17,50%
B4	132	9,30%	87	9,30%
B5	257	18,00%	220	23,50%
C	608	42,70%	58	6,20%
Total	1424	100,00%	938	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à nacionalidade dos periódicos: dos de ADM, 373 são estrangeiros (EST) e 235 são nacionais (NAC); dos de CON, 39 são EST e 74 são NAC. Observando os periódicos de TUR, 19 são EST e 31 são NAC, apresentados no gráfico 8.

Gráfico 8 – Nacionalidade dos periódicos de ADM/CON/TUR

Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos observar dois perfis antagônicos, de um lado ADM, com a maioria das periódicos estrangeiros (61%) e do outro CON e TUR com a maioria dos periódicos nacionais, 65% e 62% respectivamente.

O gráfico 9 representa os idiomas de publicação em porcentagem, por área.

Gráfico 9 – Idioma de publicação dos periódicos de ADM/CON/TUR

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao considerar o idioma de publicação dos periódicos de ADM observam-se 169 (28%) só em português (PT), 330 só em inglês (IN) (54%) e 23 só em espanhol (ES) e os demais aceitam publicações em mais de um idioma (Outros). De CON, são 52 (46%)

periódicos publicados só em PT, 31 (28%) só em IN, 4 só em ES e os demais aceitam artigos em mais de um idioma. Dentre os periódicos de TUR, 21 (19 NAC e 2 EST) são publicados exclusivamente em PT, ou seja, 42%; 9 periódicos são publicados somente em IN (18%) e 4 somente em ES; sendo que os demais aceitam publicações em mais de um idioma.

Seguindo a mesma tendência da nacionalidade dos periódicos, os idiomas também apresentam resultados diferentes para ADM, que tem uma maior proporção de periódicos em inglês, e CON e TUR, que publicam mais em português.

Ainda considerando os periódicos avaliados no T4 e T5, o mais antigo de ADM é estrangeiro, de 1922. Já o nacional é de 1947. De CON, o mais antigo estrangeiro é de 1972 e o nacional é de 1971. Já de TUR, o periódico mais antigo é de 1958, e é estrangeiro e o periódico nacional mais antigo é de 1990. Podemos observar que entre os anos 1998 e 2008 ocorreram o início da publicação do maior número de periódicos de TUR, principalmente nacionais.

Os dados mostram que, apesar de já haverem periódicos internacionais, a área de TUR começa a ter uma produção mais significativa a partir da década de 1990, quando surgem os primeiros periódicos nacionais. Esses dados apontam na mesma direção que o estudo de Kim (1998) sobre o campo do turismo, que na segunda metade da década de 1990, estava expandindo a cada dia, pois dos 25 periódicos, de língua inglesa, estudados por ele, 61% haviam sido criados de 1990 em diante. Segundo o autor, mesmo com o início tardio das pesquisas na área, elas são de alta qualidade e os esforços dos acadêmicos são impressionantes, mas infelizmente poucos estudos destacam a importância dos periódicos acadêmicos e as informações sobre eles são dispersas.

Analisando as editoras dos periódicos no T4 e T5, observamos que os de ADM são em sua maioria editados por universidades ou instituições de ensino (308 periódicos, ou 51%). Outros 173 (28%) são publicados por grandes editoras como Emerald (46 periódicos), Elsevier (31 periódicos), INDERSCIENCE (29), Springer (20), TAYLOR (18), WILEY (18), SAGE (11). Os demais 51 (8%) são publicados por associações e conselhos e 76 (13%) por editoras menores.

Quando observamos os periódicos editados por grandes editoras comerciais percebemos que, a maioria se concentra nos estratos A1, A2 e B1 (dados dos demais estratos não são apresentados). Independente da área, as que se destacam no A1 são Elsevier, TAYLOR e Springer; e em A2 e B1 são Emerald e INDERSCIENCE (Tabela 5). Quando se considera a área ADM/CON/TUR, a importância de algumas editoras fica ainda mais

pronunciada, a saber: Emerald e INDERSCIENCE nos estratos A1, A2 e B1; WILEY no A2 e TAYLOR no B1.

Tabela 5 – Periódicos das grandes editoras comerciais

Editora/área	ELSEVIER	EMERALD	TAYLOR	SPRINGER	SD	INDERSCIENCE	WILEY	SAGE
A1	34,3%	4,4%	13,3%	11,6%	0,6%	0,6%	7,2%	6,6%
ADMCONTUR	38,7%	11,3%	11,3%	9,7%	0,0%	1,6%	6,5%	4,8%
Outras	31,9%	0,8%	14,3%	12,6%	0,8%	0,0%	7,6%	7,6%
A2	2,7%	13,1%	6,6%	6,6%	1,1%	8,2%	6,6%	2,7%
ADMCONTUR	0,0%	25,0%	6,3%	6,3%	0,0%	13,8%	11,3%	2,5%
Outras	4,9%	3,9%	6,8%	6,8%	1,9%	3,9%	2,9%	2,9%
B1	3,2%	4,8%	3,2%	2,0%	2,0%	6,9%	2,0%	0,0%
ADMCONTUR	1,1%	9,2%	6,9%	3,4%	2,3%	12,6%	3,4%	0,0%
Outras	4,3%	2,5%	1,2%	1,2%	1,9%	3,7%	1,2%	0,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto às editoras dos periódicos de CON, a maioria, 70 ou 62%, também é publicada por universidades ou instituições de ensino, faculdades ou institutos. São publicados por associações e conselhos 19 (17%) periódicos, 15 (13%) são publicados por grandes editoras, Emerald (7), TAYLOR (4), Elsevier (3), Springer (1) e 9 (8%) são publicados por pequenas editoras.

Ao observar a editora dos periódicos de TUR, podemos ver que 28 (56%) são publicados por universidades ou instituições de ensino, 7 (14%) por associações ou conselhos de turismo, 8 (16%) por pequenas editoras e consultores de turismo e 7 (14%) por grandes editoras TAYLOR (3 periódicos), Emerald (2), Elsevier (1) e SAGE (1). Sendo que dois periódicos tem participação de universidade com conselho, em edição conjunta (Apêndice III).

No que diz respeito à editora dos periódicos nas 3 áreas, ADM/CON/TUR, os periódicos são em sua maioria editados por universidades ou instituições de ensino. Quando se trata da edição por grandes editoras comerciais, ADM se diferencia, tendo boa parte de seus periódicos, 28%, sob este tipo de organização, contra 14 % de TUR e 13% de CON. A área de ADM é a que tem menos periódicos publicados por associações e conselhos, 8%, e CON a que tem mais, 17%. A participação por pequenas editoras se mostra mais significativa na área de TUR, 16%, seguida por ADM, 13% e é menor em CON, 8%.

Em seguida foram analisados os estratos de classificação dos periódicos, para identificar os padrões nas três áreas separadamente (ADM, CON e TUR). Para esta análise

foram utilizados os dados do T4 e T5, separadamente, facilitando a comparação. Cabe mencionar ainda que o estrato C foi descartado, considerando a quantidade mais expressiva no T4 (conforme já comentado), o que causava distorção das proporções, e dificultando assim a comparação com o T5.

Podemos observar, na tabela 6, que, quando se tratam de periódicos estrangeiros de ADM no T4, a maioria ocorre no estrato A1. Outro dado interessante é que não existem periódicos nacionais no estrato A1. Os periódicos EST apresentam um equilíbrio nos estratos A2, B1, B4 e B5. O estrato com menos periódicos EST é o B2 e o estrato com mais periódicos nacionais é o B5. Observando o total de periódicos é possível verificar que a maioria se concentra nos estratos B5 e B3, em seguida, nos B4. Periódicos B2 apresentaram a menor incidência de periódicos no total geral.

Tabela 6 – Classificações dos periódicos de ADM (T4)

ESTRATO	EST	%	NAC	%	TOTAL	%
A1	29	23,58%	0	0,00%	29	11,24%
A2	22	17,89%	7	5,19%	29	11,24%
B1	17	13,82%	9	6,67%	26	10,08%
B2	3	2,44%	11	8,15%	14	5,43%
B3	13	10,57%	33	24,44%	46	17,83%
B4	17	13,82%	22	16,30%	39	15,12%
B5	22	17,89%	53	39,26%	75	29,07%
Total geral	123	100,00%	135	100,00%	258	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 7 apresenta as classificações dos periódicos de ADM no T5. É possível observar a predominância de periódicos estrangeiros e classificados nos estratos A1, A2 e B1. No caso dos periódicos nacionais a predominância se dá no estrato B3, seguido de B5, que é exatamente o contrário do triênio anterior, onde predominavam periódicos no estrato B5. Outro dado interessante é que continua inexistindo periódicos nacionais no estrato A1, sinalizando a diminuta qualificação dos periódicos nacionais dessa área. No total geral de periódicos é possível verificar que, como no T4, a maioria dos periódicos classifica-se como B5 e B3, seguidos pelos estratos B1 e A2, indicando um aumento em relação ao T4, o que também indica uma preocupação em publicar em periódicos melhor classificados. Da mesma forma que no T4, periódicos B2 apresentaram a menor incidência de periódicos, tanto nacionais como estrangeiros.

Tabela 7 – Classificações dos periódicos de ADM (T5)

ESTRATO	EST	%	NAC	%	TOTAL	%
A1	58	22,05%	0	0,00%	58	13,30%
A2	60	22,81%	10	5,78%	70	16,06%
B1	58	22,05%	15	8,67%	73	16,74%
B2	3	1,14%	22	12,72%	25	5,73%
B3	28	10,65%	50	28,90%	78	17,89%
B4	21	7,98%	28	16,18%	49	11,24%
B5	35	13,31%	48	27,75%	83	19,04%
Total geral	263	100,00%	173	100,00%	436	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Como já se havia observado, na área de CON, no T4, a quantidade de periódicos estrangeiros é quase inexpressiva, correspondendo a 15% do total geral de periódicos, que por sua vez estão distribuídos de forma equilibrada, com dois periódicos em cada um dos estratos B2, B3 e B4, e apenas um em cada um dos estratos A2, B1 e B5. Nenhum periódico desta área foi classificado no estrato A1 neste triênio, considerando ambas as categorias, NAC e EST (Tabela 8).

Tabela 8 – Classificações dos periódicos de CON (T4)

ESTRATO	EST	%	NAC	%	TOTAL	%
A2	1	11,11%	4	7,84%	5	8,33%
B1	1	11,11%	4	7,84%	5	8,33%
B2	2	22,22%	6	11,76%	8	13,33%
B3	2	22,22%	12	23,53%	14	23,33%
B4	2	22,22%	13	25,49%	15	25,00%
B5	1	11,11%	12	23,53%	13	21,67%
Total geral	9	100,00%	51	100,00%	60	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na tabela 9, podemos observar que na área de CON os periódicos classificados no T5 continuam sendo na maioria nacionais embora a contribuição em periódicos estrangeiros tenha aumentado para quase 30%. Os periódicos estrangeiros concentram-se principalmente nos estratos A1, B1 e B3, seguido de periódicos classificados como A2. Já o maior número de periódicos nacionais encontra-se no estrato B3, seguido pelos estratos B2 e B5. Outro dado interessante é que, da mesma forma que em ADM, não existem periódicos nacionais no estrato A1, revelando a baixa qualificação dos periódicos nacionais. Quando observamos o total dos periódicos, a maioria se concentra no estrato B3. Os estratos com menos periódicos são A1 e A2.

Tabela 9 – Classificações dos periódicos de CON (T5)

ESTRATO	EST	%	NAC	%	TOTAL	%
A1	5	20,83%		0,00%	5	6,17%
A2	4	16,67%	4	7,02%	8	9,88%
B1	5	20,83%	8	14,04%	13	16,05%
B2		0,00%	11	19,30%	11	13,58%
B3	5	20,83%	15	26,32%	20	24,69%
B4	2	8,33%	8	14,04%	10	12,35%
B5	3	12,50%	11	19,30%	14	17,28%
Total geral	24	100,00%	57	100,00%	81	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos periódicos de TUR, podemos observar na tabela 10, que no T4 não existiam periódicos classificados como A1 e A2. A maioria dos periódicos era nacional (76%) e, dentre os periódicos estrangeiros, 50% se concentravam no estrato B1. No total geral dos periódicos, a maioria se encontra nos estratos B3 e B5.

Tabela 10 – Classificações dos periódicos de TUR (T4)

ESTRATO	EST	%	NAC	%	TOTAL	%
B1	3	50,00%	2	10,53%	5	20,00%
B2	1	16,67%	4	21,05%	5	20,00%
B3	1	16,67%	5	26,32%	6	24,00%
B4		0,00%	3	15,79%	3	12,00%
B5	1	16,67%	5	26,32%	6	24,00%
Total geral	6	100,00%	19	100,00%	25	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à área de TUR no T5, (Tabela 11), observa-se que a maioria (21 ou 64%) continua representada por periódicos nacionais, classificados como B3, seguidos por B2 e B5. Já os periódicos estrangeiros concentram-se em periódicos B1 e também nos estratos A2 e B3. Outro dado interessante é que, da mesma forma que ADM e CON, não existem periódicos nacionais no estrato A1, e tão pouco no estrato A2, mais uma vez revelando a baixa qualificação dos periódicos nacionais. Outro dado que se destaca é que, mesmo entre os periódicos estrangeiros a classificação não alcança os estratos A1 e A2, ao contrário de ADM e CON. Se considerarmos o total dos periódicos, a maioria se concentra no estrato B3, seguido por B1.

Tabela 11 – Classificações dos periódicos de TUR (T5)

ESTRATO	EST	%	NAC	%	TOTAL	%
A1	1	8,33%		0,00%	1	3,03%
A2	2	16,67%		0,00%	2	6,06%
B1	6	50,00%	2	9,52%	8	24,24%
B2		0,00%	5	23,81%	5	15,15%
B3	2	16,67%	7	33,33%	9	27,27%
B4		0,00%	2	9,52%	2	6,06%
B5	1	8,33%	5	23,81%	6	18,18%
Total geral	12	100,00%	21	100,00%	33	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

E quando observamos os periódicos de outras áreas (Tabela 12), verificamos uma tendência semelhante à ADM no mesmo triênio: os periódicos estrangeiros concentrados no estrato A1 e as nacionais no B5. Porém, ao considerar o total geral, a concentração dos periódicos se dá no estrato B5. Timidamente aparecem periódicos nacionais nos altos estratos: A1 (2) e A2 (15).

Tabela 12 – Classificações dos periódicos de outras áreas (T4)

ESTRATO	EST	%	NAC	%	TOTAL	%
A1	44	25,58%	2	0,60%	46	9,15%
A2	28	16,28%	15	4,53%	43	8,55%
B1	24	13,95%	32	9,67%	56	11,13%
B2	4	2,33%	22	6,65%	26	5,17%
B3	14	8,14%	61	18,43%	75	14,91%
B4	25	14,53%	59	17,82%	84	16,70%
B5	33	19,19%	140	42,30%	173	34,39%
Total geral	172	100,00%	331	100,00%	503	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

No T5 (Tabela 13) o cenário de repete, maior presença de periódicos estrangeiros no estrato A1 e, entre os nacionais, a maioria no B5. Nota-se um aumento da concentração de periódicos estrangeiros nos estratos mais altos, entre os triênios: A1 (de 44 para 114) e A2 (de 28 para 73).

Tabela 13 – Classificações dos periódicos de outras áreas (T5)

ESTRATO	EST	%	NAC	%	Total	%
A1	114	29,69%	5	0,87%	119	12,45%
A2	73	19,01%	30	5,24%	103	10,77%
B1	79	20,57%	81	14,16%	160	16,74%
B2	6	1,56%	28	4,90%	34	3,56%
B3	28	7,29%	135	23,60%	163	17,05%
B4	26	6,77%	92	16,08%	118	12,34%
B5	58	15,10%	201	35,14%	259	27,09%
Total	384	100,00%	572	100,00%	956	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar os periódicos da área ADM/CON/TUR observamos que a área de ADM tem um perfil bem diferente das outras duas, apresentando um número muito maior de periódicos internacionais, que predominam nos altos estratos.

O número de periódicos nacionais e estrangeiros é inversamente proporcional, enquanto entre os periódicos de ADM predominam os estrangeiros e em inglês, em CON e TUR observam-se principalmente os nacionais e em português, sendo que no T5 em CON houve um aumento de periódicos estrangeiros, maior que em TUR, que por sua vez se mantém com um perfil claramente nacional.

Percebe-se a ausência de periódicos nacionais A1 nas 3 áreas, o que pode indicar falta de apoio e incentivo aos mesmos, ou a necessidade de critérios que permitam diferenciá-los de forma mais apropriada. Este cenário explica-se com a análise dos documentos de área, onde foi constatado que para classificação nos estratos A exige-se indexação, e mais ainda, determina-se o nível do FI JCR, o que resulta que os poucos nacionais indexados não são citados a ponto de alcançar o patamar exigido.

5.3 Perfil dos pesquisadores – Turismo

Na última etapa da pesquisa foi analisado o perfil de publicação dos pesquisadores de Turismo. Para tanto foram consultados os currículos Lattes conforme metodologia apresentada. Os documentos encontrados foram analisados primeiramente quanto ao tipo de publicação e, em seguida, a análise se concentrou nas publicações em periódicos.

Foram encontradas 3266 publicações nos quatro tipos de documentos estudados: artigos em periódicos (PERIÓDICO), livro na íntegra (LIVRO), capítulo de livros (CAP) e trabalhos em anais de eventos (EVENTO). A tabela 14 apresenta o total de cada tipo de publicação e a porcentagem de cada um no total de publicações por ano.

Tabela 14 – Tipos de publicações

Tabela 14 – Tipos de publicações					
Ano	Tipo de documento		EVENTO	PERIÓDICO	Total
	LIVRO	CAP			
2010					
Freq.	31	116	344	161	652
%	4,8%	17,8%	52,8%	24,7%	100,0%
2011					
Freq.	40	65	257	208	570
%	7,0%	11,4%	45,1%	36,5%	100,0%
2012					
Freq.	30	126	313	253	722
%	4,2%	17,5%	43,4%	35,0%	100,0%
2013					
Freq.	28	110	305	256	699
%	4,0%	15,7%	43,6%	36,6%	100,0%
2014					
Freq.	30	96	251	246	623
%	4,8%	15,4%	40,3%	39,5%	100,0%
Total Freq.	159	513	1470	1124	3266
Total %	4,9%	15,7%	45,0%	34,4%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Destaca-se o número de publicações em anais de eventos, que representa 45% do total, seguido pelas publicações em periódicos com 34,4%. A publicação em livros é a menor, com 4,9% e os capítulos de livros representam 15,7%.

O ano com maior número de publicações é 2012, o com menor número é 2011 e houve uma queda no número de publicações em 2014, confirmando o que foi constatado também na análise dos estratos de publicação.

Quando analisamos o total das publicações por PPG (Tabela 15) destaca-se a UCS com quase 20% das publicações, seguida pela UFRN que tem quase 15% das publicações, sendo este o programa com maior número de pesquisadores (16). A UAM tem 14% das publicações e a UECE tem 13%. As publicações do mestrado profissional da UNB têm 6,6% das publicações e a UFPR 8,4% sendo este último programa mais recente que o anterior. Um programa que se destaca com 9,5% das publicações é o da USP, por ser um dos mais recentes e apresentar quase o mesmo percentual de publicações que o programa mais antigo, que é da UNIVALI e tem 9,7% das publicações. O programa com menos publicações é da UFF, quase 5%, e é também o mais novo.

Tabela 15 – Total das publicações por PPG

Tabela 15 - Total das publicações por PPG					
PPG	Tipo de documento				
	LIVRO	CAP	EVENTO	PERIÓDICO	Total
UAM					
Freq.	21	58	182	185	446
%	4,7%	13,0%	40,8%	41,5%	100,0%
UCS					
Freq.	20	77	369	156	622
%	3,2%	12,4%	59,3%	25,1%	100,0%
UECE					
Freq.	22	90	226	90	428
%	5,1%	21,0%	52,8%	21,0%	100,0%
UFF					
Freq.	9	23	70	61	163
%	5,5%	14,1%	42,9%	37,4%	100,0%
UFPR					
Freq.	6	36	82	151	275
%	2,2%	13,1%	29,8%	54,9%	100,0%
UFRN					
Freq.	15	57	221	189	482
%	3,1%	11,8%	45,9%	39,2%	100,0%
UNB					
Freq.	19	31	90	76	216
%	8,8%	14,4%	41,7%	35,2%	100,0%
UNIVALI					
Freq.	12	54	131	124	321
%	3,7%	16,8%	40,8%	38,6%	100,0%
USP					
Freq.	35	87	99	92	313
%	11,2%	27,8%	31,6%	29,4%	100,0%
Total Freq.	159	513	1470	1124	3266
Total %	4,9%	15,7%	45,0%	34,4%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando observamos a distribuição por tipo das publicações de cada PPG a UCS é o PPG que mais publicou em eventos e a UFRN em periódicos. Os pesquisadores do mestrado profissional da UECE são os que mais publicaram capítulos de livros, seguidos pelos da USP, que também se destaca como sendo a que mais publica em livros. Já a UFPR é a que menos publica em livros. A UAM, UCS e UECE também apresentam um bom percentual de publicações em livros.

Todas as universidades apresentam maior número de publicações em anais de eventos, com exceção da UFPR que publica mais artigos em periódicos.

Foi identificado um total de 1124 publicações de artigos em periódicos, apresentadas no quadro 11, que serão analisadas a seguir.

Quadro 11 – Total de publicações por ano

Ano	Publicações
2010	161
2011	208
2012	253
2013	256
2014	246

Fonte: Elaborado pela autora.

Do total de publicações, alguns periódicos não apresentavam classificação, provavelmente por serem publicações mais recentes e que irão entrar na próxima avaliação quadrienal, portanto não foram considerados na análise.

Podemos observar que houve um aumento no número de publicações em relação a 2010, sendo 2012 o ano mais produtivo, com maior participação.

Observamos ainda que a maioria dos periódicos é da área de Turismo, seguido pelos de outras áreas, que tem maior expressividade que os periódicos de ADM e CON (Gráfico 10). Destaca-se a produção de Turismo em outras áreas como: GEO, MUL, CSO, INT, HUM, ECO, entre outras. Um quadro com todas as áreas onde ocorre a publicação de Turismo e a incidência de publicação é apresentado no Apêndice IV.

Gráfico 10 – Frequência de publicações em periódicos (ano e área do periódico)

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao considerar somente o percentual de publicação em periódicos estrangeiros (Gráfico 11) observamos a mesma tendência de publicação em periódicos de TUR, seguida pelos periódicos de outras áreas, sendo que só em 2013 e 2014 que houve publicações em periódicos de ADM, nos anos anteriores não houve nenhuma publicação nesta área. O ano de 2011 se destaca por ter mais publicações em periódicos de outras áreas. Em 2014 houve um aumento das publicações na própria área.

Gráfico 11 – Publicações em periódicos estrangeiros (ano e área do periódico)

Fonte: Elaborado pela autora.

Na tabela 16 observamos os estratos dos periódicos e por ano de publicação, considerando a produção de todos os pesquisadores dos PPGs. Apesar de em 2014 ocorrer uma diminuição na quantidade de publicações, é o ano em que houve uma publicação em periódico A1 a única publicação em todo o período de análise.

A maior parte das publicações é em periódicos B3, seguido de B1 e B2. As publicações nos demais estratos não ultrapassam 10%, sendo que as publicações em A2 são mais expressivas que em B4, B5 e C.

Tabela 16 - Periódicos por estrato e por ano de publicação

Tabela 16 - Periódicos por estrato e por ano de publicação									
	Estrato								
Ano	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	Total
2010									
Freq.		10	17	30	42	11	9	1	120
%	0,0%	8,3%	14,2%	25,0%	35,0%	9,2%	7,5%	0,8%	100,0%
2011									
Freq.		23	44	25	53	9	10	7	171
%	0,0%	13,5%	25,7%	14,6%	31,0%	5,3%	5,8%	4,1%	100,0%
2012									
Freq.		18	41	30	87	22	10	8	216
%	0,0%	8,3%	19,0%	13,9%	40,3%	10,2%	4,6%	3,7%	100,0%
2013									
Freq.		18	41	38	71	14	9	3	194
%	0,0%	9,3%	21,1%	19,6%	36,6%	7,2%	4,6%	1,5%	100,0%
2014									
Freq.	1	11	38	22	83	8	7	8	178
%	0,6%	6,2%	21,3%	12,4%	46,6%	4,5%	3,9%	4,5%	100,0%
Total Freq.	1	80	181	145	336	64	45	27	879
Total %	0.1%	9.1%	20.6%	16.5%	38.2%	7.3%	5.1%	3.1%	100.0%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando observamos a área do periódico, os de TUR são na maioria classificados no estrato B3 (Gráfico 12). Também são relevantes as publicações em periódicos B1 e B2, e também em A2. Quando olhamos periódicos de ADM, o cenário se repete: mais publicações em B3, B2 e B1. Já nos periódicos de outras áreas, a maioria também é classificada no estrato B3, porém em seguida ocorrem publicações nos estratos mais baixos, B4 e B5. Não existem publicações em periódicos de ADM classificados no estrato C, em contrapartida é nesta área que está a única publicação em A1.

Gráfico 12 – Frequência de publicações em periódicos (estrato e área do periódico)

Fonte: Elaborado pela autora.

Em se tratando do percentual de publicações em periódicos estrangeiros por área do periódico (Gráfico 13), observamos que a única publicação A1 é em ADM, feita por um pesquisador da UFRN, no *Journal of Cleaner Production*, editado pela Elsevier desde 1993.

As publicações A2 se distribuem entre periódicos de TUR e de outras áreas. Há um número expressivo de publicações estrangeiras em periódicos de TUR classificados no estrato C que pode indicar que os pesquisadores estão buscando a internacionalização, mas ainda não conseguem alcançar os estratos mais elevados.

Gráfico 13 – Publicações em periódicos estrangeiros (estrato e área do periódico)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando observamos as publicações por PPG (Tabela 17) verificamos a mesma tendência de publicação no estrato B3, com exceção da UFF, que apresenta o mesmo número de publicações no B3 e B1 e da UNIVALI que tem uma publicação a mais no B1 em relação ao B3.

Tabela 17- Publicações por PPG

PPG	Estrato								Total
	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	
UAM									
Freq.		8	38	27	68	22	6	2	171
%	0,0%	4,7%	22,2%	15,8%	39,8%	12,9%	3,5%	1,2%	100,0%
UCS									
Freq.		10	25	17	45	10	8		115
%	0,0%	8,7%	21,7%	14,8%	39,1%	8,7%	7,0%	0,0%	100,0%
UECE									
Freq.		2	9	4	27	7	6	9	64
%	0,0%	3,1%	14,1%	6,3%	42,2%	10,9%	9,4%	14,1%	100,0%
UFF									
Freq.		8	15	8	15	2	3	1	52
%	0,0%	15,4%	28,8%	15,4%	28,8%	3,8%	5,8%	1,9%	100,0%
UFPR									
Freq.		20	19	15	52	6	1	1	114
%	0,0%	17,5%	16,7%	13,2%	45,6%	5,3%	0,9%	0,9%	100,0%
UFRN									
Freq.	1	10	26	32	58	11	8	6	152
%	0,7%	6,6%	17,1%	21,1%	38,2%	7,2%	5,3%	3,9%	100,0%
UNB									
Freq.		6	5	6	18	3	8	2	48
%	0,0%	12,5%	10,4%	12,5%	37,5%	6,3%	16,7%	4,2%	100,0%
UNIVALI									
Freq.		9	33	21	32	1		3	99
%	0,0%	9,1%	33,3%	21,2%	32,3%	1,0%	0,0%	3,0%	100,0%
USP									
Freq.		7	11	15	21	2	5	3	64
%	0,0%	10,9%	17,2%	23,4%	32,8%	3,1%	7,8%	4,7%	100,0%
Total Freq.	1	80	181	145	336	64	45	27	879
Total %	0,1%	9,1%	20,6%	16,5%	38,2%	7,3%	5,1%	3,1%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora.

A UAM é o PPG com maior número de publicações em periódicos, seguida pela UFRN, UCS e UFPR. Apesar de possuir o programa mais antigo, a UNIVALI é a quinta com mais publicações e estas se concentram nos estratos B1, B2 e B3.

É preciso destacar que as publicações dos pesquisadores da USP e da UFF, apesar de serem em menor número, são expressivas em comparação aos programas mais antigos, visto que são programas mais recentes, de 2014 e 2015 respectivamente. O menor número de publicações é da UNB, que é um programa de mestrado profissional, que teve seu início em 2007.

Quando consideramos o idioma das publicações observamos o predomínio do português, seguido pelo espanhol, até mesmo nas publicações em periódicos A2.

Das publicações em estrato A2, 13 são em periódicos nacionais e 67 em estrangeiros. Destas publicações em periódicos estrangeiros somente dois tem como idioma de publicação o inglês, *Telematics and informatics* e *Anatolia Turizm ve Çevre Kulturu Dergisi*, sendo que este último também publica em turco. Os demais publicam em espanhol, catalão, galego, português ou italiano (*Scripta nova* e *Studi Emigrazione*). A maioria das publicações (58) é no periódico *Estudios y perspectivas del turismo* que é em espanhol indicando uma tendência de publicação neste idioma e não em inglês, mesmo nos maiores estratos.

A distribuição da publicação está mais direcionada aos estratos B. Acreditamos que para publicação em periódicos dos estratos A seria necessário uma maior parte da publicação em idioma inglês, visto que são periódicos estrangeiros (como verificamos não existem periódicos nacionais classificados como A1) normalmente classificados em ADM, ou outras áreas como ECO, CCO, entre outras, que exigem fator de impacto maior e este idioma de publicação.

Passamos então a observar em quais áreas se concentram as publicações de cada PPG (Gráfico 14). Apesar de a maioria dos PPGs publicar em periódicos de TUR, os pesquisadores do mestrado profissional da UECE publicam mais em outras áreas. As publicações da UFRN estão distribuídas igualmente entre ADM, TUR e outras áreas. Da mesma forma que a UFRN, os pesquisadores da UAM publicam uma boa quantidade em periódicos ADM, em compensação os da USP não publicam em ADM, nem os da UNB, que tem uma participação mínima nesta área. Este fato pode estar ligado à linha de pesquisa dos programas, que levam seus autores a buscarem a própria área, ou área afins, para publicarem o resultado de suas pesquisas.

Gráfico 14 – Frequência de publicações em periódicos (PPGs e área do periódico)

Fonte: Elaborado pela autora.

No que diz respeito à participação estrangeira dos PPGs (Gráfico 15) somente quatro (UAM, UFF, UFPR e UFRN) recorrem a publicações na área de ADM, os demais só em TUR e outra áreas. O PPG da UFRN é o que menos publica em outras áreas, preferindo os periódicos de TUR, já o da UCS é o que mais publica em outras áreas, mais do que em TUR.

Gráfico 15 – Publicações em periódicos estrangeiros (PPGs e área do periódico)

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os dados obtidos nos curriculum Lattes obtivemos um panorama da publicação dos pesquisadores de Turismo. Elas ocorrem mais em periódicos B3, tanto nacionais como estrangeiros. Em geral são mais na área de TUR, variando um pouco de acordo com a linha de pesquisa do PPG, alguns mais voltados para aspectos administrativos, outros voltados mais para questões sociais e ainda os que são voltados para a prática, como no caso dos programas de mestrado profissionalizante. Em se tratando das publicações em periódicos estrangeiros, a participação é tímida, ocorre em boa parte em periódicos de TUR. Boa parte dos periódicos estrangeiros onde são publicados os artigos são classificados como C, só apresentando uma publicação no A, em ADM e a maioria das publicações no A2 ocorre em único periódico e são em espanhol. Apesar de existirem alguns periódicos internacionais de Turismo classificados como A1 não houve publicações neles (*Annals of Tourism Research, Tourism Economics, The Business and Finance of Tourism and Recreation, Tourism Geographies, Tourism management e Leisure Studies* (CAPES, 2016).

Também observamos que existe uma propensão de publicações em anais de eventos, seguida por publicações em periódicos, capítulos de livros e livros, mantendo a mesma tendência encontrada por Rejowski (2010), que analisou a publicação de 121 pesquisadores de Turismo, entre 1988 e 2009. Notamos que, em relação ao período anterior, houve um aumento no número de publicações em periódicos e nas participações em eventos, porém continua com pouca internacionalização, diminuindo a produção de livros e de capítulos de livros. Era esperado encontrar uma maior quantidade de artigos publicados em periódicos nacionais e uma maior participação internacional visto que, segundo a autora os artigos de congresso poderiam ser publicações preliminares, e que, uma vez revisados e complementados, poderiam ser publicados na forma de artigos científicos em periódicos, que passariam a ser o principal veículo de comunicação científica dos pesquisadores turísticos.

Os resultados vão de encontro ao destacado por Hicks (2004), que aponta a importância de considerar as diferenças das áreas, uma vez que os padrões de publicações entre elas são diferentes, sendo que nas CSA e HUM se apresentam mais dispersos, utilizando outros tipos de publicações, que não são em periódicos internacionais indexados, como publicações nacionais e/ou em livros, que quando avaliados caem em estratos baixos, prejudicando áreas menores como o Turismo.

Da mesma forma que Hurd (1996) aponta que a publicação de artigos em periódicos indexados é o que se usa atualmente em termos de avaliação ao redor do mundo, no Brasil é o que tem direcionado a produção e avaliação científica. A área de avaliação ADM/CON/TUR tem se valido destes indicadores para avaliar os seus periódicos e consequentemente

determinar as notas na avaliação dos PPGs, porém não podemos deixar de considerar que as características de cada disciplina devem ser observadas visto que contribuem para o desenvolvimento da área e da comunicação científica e, sendo ignoradas podem levar uma área, como o Turismo, a não atingir os patamares de excelência desejados. De acordo com a autora não podemos deixar de considerar que a produção nacional, desenvolvida em contexto local, tem sua importância e podem causar um bom impacto que não é mensurado quando se usa o FI ou outras medidas semelhantes.

6. CONCLUSÕES

A pesquisa teve como objetivo identificar as características da comunicação científica da área de Turismo para fornecer subsídios para que a política de avaliação realizada pela CAPES seja mais condizente com as características da área. Foi realizada através da análise: dos documentos de áreas das grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, dos periódicos classificados na área Administração, Ciências Contábeis e Turismo e dos currículos Lattes dos pesquisadores dos Programas de Pós-graduação de Turismo. Buscou responder a questionamentos sobre a adequação dos critérios desta área de avaliação, para a área de Turismo, considerando diferentes características das subáreas de Administração e Ciências Contábeis, com as quais esta classificada.

O nível mais abrangente do estudo apontou algumas diferenças nos critérios para classificação das grandes áreas analisadas, Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, sendo que podemos observar que isso pode ser adequado porque mesmo que existam alguns critérios que podem ser compartilhados, outros devem seguir as características específicas das áreas. Quando observamos avaliação conjunta estabelecida em uma área de avaliação, como Administração, Ciências Contábeis e Turismo, podemos observar que as diferenças não são consideradas e os critérios são mais direcionados a Administração, uma área maior, que tem mais Programas de Pós-graduação, consequentemente tem uma maior produção científica, divulgada através de um número maior de periódicos, que apresentam indexação nos índices de citação, e não são consideradas as características de Turismo. Por exemplo, a desvalorização da publicação em eventos, principal veículo de comunicação dos pesquisadores de Turismo, é uma alteração que contrasta com o aumento do valor de Fator de Impacto exigido para os periódicos A1, entre os triênios de 2007-2009 e 2010-2012. Até mesmo para classificação nos melhores estratos o principal critério é o fator de impacto, de difícil alcance para áreas menores que possuem a maior parte das publicações em nível local, em periódicos nacionais ou em outros documentos como livros ou capítulos de livros.

Desta forma, confirmamos a primeira hipótese da pesquisa, que os critérios avaliativos não são adequados à área, sendo que Turismo tem características muito diferentes de Administração, ao passo que existem outras áreas dentro da grande área Ciências Sociais Aplicadas que apresentam características mais semelhantes às de Turismo, e ainda não consideram o uso de indicadores na avaliação de seus periódicos. Um exemplo é a área de avaliação Ciências Sociais Aplicadas I (área que abrange a Ciência da Informação), e que apresenta características de produção e de avaliação mais adequados à realidade do Turismo,

ou seja, não utiliza indicadores para avaliação da produção, pautando-se na exigência da indexação em bases de dados com processo seletivo reconhecido, que especifica evento oficial da pós-graduação, pontuando assim a apresentação de trabalhos nesses eventos.

Ao analisar os periódicos e sua classificação Qualis confirmamos a hipótese da pesquisa que os periódicos de Turismo não alcançam a mesma classificação que os das áreas de Administração e Ciências Contábeis. As áreas apresentam um estágio de desenvolvimento diferente, sendo Administração mais consolidada, e de certa forma, ofuscando as outras duas. Percebemos o Turismo como uma área em processo de amadurecimento, mas que, dados os critérios de sua área de avaliação, arca com a falta de qualificação de sua produção, assim como de seus periódicos. Uma classificação com base em outros tipos de critérios, ou baseada em indicadores provenientes de bases de dados mais compreensivas dos periódicos nacionais, poderia auxiliar áreas menos desenvolvidas na avaliação de seus periódicos, oferecendo assim parâmetros mais acurados sobre os veículos para publicação que a área dispõe, e consequentemente estimulando o desenvolvimento de massa crítica, que se dará à medida que a produção de uma área com Turismo não se veja forçada e escoar para periódicos de Administração.

Programas de incentivo também podem ser uma alternativa, promovendo o estudo de idiomas, principalmente o inglês, como já ocorre no programa “*My English online*”²⁷. Também deveriam existir financiamentos para publicações em periódicos internacionais ou a criação de um periódico, com versões em inglês, o que também poderia auxiliar os pesquisadores a terem uma maior participação internacional.

Para traçar um perfil da publicação em Turismo, observamos o tipo documento mais utilizado para publicação, para em seguida analisar as publicações em periódicos. Os pesquisadores utilizam mais os trabalhos em eventos para publicação de seus resultados de pesquisa, seguidos da publicação em periódicos. Era esperado que houvesse uma mudança neste perfil, e que os artigos em periódicos tivessem uma maior participação, uma vez que poderiam apresentar resultados mais consolidados dos trabalhos apresentados nos eventos, principalmente ao se considerar a pouca pontuação dessas publicações pela área, conforme estabelecido em seu documento.

Constatamos que as publicações se concentram em periódicos da própria área, nacionais e na maioria classificados no estrato B3. A participação internacional ficou aquém

²⁷ My English Online – MEO, curso de inglês online do Programa Idiomas sem Fronteiras. Uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) destinado aos alunos de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras. Disponível em: <<http://www.myenglishonline.com.br/>>. Acesso em 25 jan. 2017.

do que se esperava, confirmando a terceira hipótese de que o perfil de publicação dos pesquisadores é majoritariamente nacional, e as participações internacionais concentram-se em periódicos publicados em língua espanhola, apesar de existirem periódicos da área de Turismo classificados em estratos superiores, porém publicados em inglês. Estas características, aliadas a falta de adequação dos critérios às características da área levam a uma subavaliação da sua produção.

Pudemos observar mudanças no perfil de publicação da área devido à avaliação, e a comunicação científica da área teve suas características alteradas em função dos critérios CAPES, mas não identificamos a necessidade do Turismo utilizar Fator de Impacto para avaliação da sua produção, sendo que a indexação em bases de dados o melhor critério para avaliação da área. Também observamos que ao longo dos anos a produção em outras áreas diminuiu e em Administração aumentou, outro fator que aponta para a deformação da área. Tais medidas confirmam que processo de avaliação acaba conformando a comunicação científica, ao exercer grande influência, e determinando veículos de publicação.

Concluimos que desde a implantação dos primeiros cursos de Turismo parece não ter havido a devida organização quanto a sua identidade. Considerou-se somente o viés econômico, em detrimento de suas características de fenômeno social e humano. Dentro deste contexto, alguns programas - como da UNIVALI - sinalizam adequação à Administração, enquanto outros – com clara identidade social e humana – acabam publicando em periódicos de outras áreas, menos valorizados que os de Administração. Utilizar os mesmos parâmetros estimula o enfoque num objeto de estudo mais adequado à área de Administração relevando as características do objeto de estudo do Turismo - o viajante e seus aspectos sociais e humanos.

Esse estudo apresentou subsídios para revisão da avaliação conduzida no âmbito destas áreas, no intuito de se ter um cenário mais condizente com a realidade da área de Turismo, favorecendo tanto as instituições de ensino e pesquisa como editores, pesquisadores, leitores, autores e avaliadores. Ao se considerar tais características, será possível ampliar as possibilidades de publicação, e conseqüentemente ampliar a obtenção de apoio governamental para desenvolvimento da área de Turismo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. R. G. Historiadores e Ciência da Informação. In: XX Encontro Regional de história: História e Liberdade. **Anais...** Franca: ANPUH/SP, 2010.
- AIREY, D. Crescimento e desenvolvimento. In: AIREY, D.; TRIBE, J. (Orgs.). **Educação Internacional em Turismo**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Editora SENAC, 2008.
- ANSARAH, M. G. dos R. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução história e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.
- ARCHAMBAULT, E.; LARIVIÈRE, V. Origins of measures of journal impact: historical contingencies and their consequences on current use. In: The 11th International Conference of the International Society for Scientometrics and Informetrics, 11, 2007, Madrid. **Proceedings...** Madrid: ISSI, 2007.
- BARBALHO, C. R. S. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. G. (Orgs.). **Preparação de revistas científicas**. São Paulo: Reichmannn & Autores, 2005.
- BARRETO, A. de A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da informação**, Brasília: IBICT, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998.
- _____. Uma quase história da ciência da informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v.9, n. 2, abr. 2008.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- _____. **Globalização do Turismo: megatendências do setor e realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2004.
- BIANCHI, R. The 'Critical Turn' in Tourism Studies: A Radical Critique. **Tourism Geographies**, vol. 11, n. 4, p. 484-504, nov. 2009.
- BJÖRK, B-C. A model of scientific communication as a global distributed information system. **Information Research**, v. 12, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/12-2/paper307.html>>. Acesso em 30 dez. 2015.
- BOMFÁ, C. R. Z.; CASTRO, J. E. E. Desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital – o caso da Revista Produção Online. **Ciência da informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 39-48, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a04v33n2.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

BONINI, A. Qualis de Letras/Linguística: uma análise de seus fundamentos. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, p. 141-159, nov. 2004.

BORGMAN, C.; FURNER, J. Scholarly communication and bibliometrics. **Annual Review of Information Science and Technology**, Ed. B. Cronin, v. 36, 2002.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation** (pre-1986), ABI/INFORM Global, 1968.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, jan./abr. 2002.

CAMPOS, J. R. V. **A evolução da educação profissional em hotelaria no Brasil: o caso do SENAC de São Paulo como referência na área**. 141 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Marketing) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CATRAMBY, T. C. V.; BARTHOLO JR, R. dos S. As *relações* estabelecidas entre as áreas de conhecimento no estudo do Turismo. In: Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPTUR, 2010.

COLES, T.; HALL, M.; DUVAL, D. T. Tourism and Post-Disciplinary Enquiry. **Current Issues in Tourism**, v. 9, n. 4-5, p. 293-319, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Plataforma Lattes**. Brasília: CNPq, 2014. Disponível em: <<http://buscatextual.CNPq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>. Acesso em 20 jan. 2014.

_____. **Tabela de Áreas do Conhecimento**, Brasília: CNPq, 2016. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>. Acesso em 14 jun 2015.

COOPER, C.; SHEPHERD, R.; WESTLAKE, J. **Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Roca, 2001.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **A nova área de Biodiversidade na CAPES**. Brasília: CAPES, 2011a. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/images/07_biod_comunicado_01-2011.pdf>. Acesso em 12 jan. 2014.

_____. **Relatório da reunião inicial de estruturação da área de ensino**. Brasília: CAPES, 2011b. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/avaliacao/RelatorioEnsino.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2014.

_____. **Roteiro para classificação de livros**, Brasília: CAPES, 2009. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Triennio2007_2009.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

_____. **Plataforma Sucupira**. Brasília: CAPES, 2016. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. Documento da área Ciências Sociais Aplicadas I, Brasília: CAPES, 2009. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/avaliacao/SOCAPLIC07mai10.pdf>>. Acesso em: 25 Ago. 2012.

_____. Documento da área História, Brasília: CAPES, 2013. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/avaliacao/HIS.pdf>>. Acesso em: 25 Ago. 2014.

COSTA, S. M. de S. Mudanças no processo de comunicação científica: o impacto do uso de novas tecnologias. In: MUELLER, S. P. Machado; PASSOS, E. (Orgs). **Comunicação científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1443/1/CAPITULO MudancaProcessoComunicacao.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2014.

_____. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/827/669>>. Acesso em 22 set. 2011.

_____. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. In: Bibliotecas Digitais. Salvador, BA; Brasília, DF: UFBA; IBICT, v. 1, p. 165-183, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1437/1/CAPITULONovoPapelTecnologiasDigitais ComunicacaoCientifica.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2014.

DAGNINO, R. Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo. In: **Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a ciência e a cultura**, Sala de Lectura CTS+I de la OEI, 2002. Disponível em: <<http://www.campusoei.org/salactsi/index.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DAVYT, A. e VELHO, L.: A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 7, n. 1, p. 93-116, mar./jun. 2000.

DENCKER, A. F. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 2001.

_____. Pesquisa como base a construção teórica no campo do turismo e da hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-67, 2005.

_____. **Pesquisa em Turismo – Planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

DIGIAMPIETRI, L. A. ; MUGNAINI, R. ; MENA-CHALCO, J. ; DELGADO, K. V. ; ALCAZAR, J. J. P. . Análise macro das últimas atualizações dos Currículos Lattes. **Em Questão**, v. 20, p. 88-113, 2014.

FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. G. (Orgs.). **Preparação de revistas científicas**. São Paulo: Reichmannn & Autores, 2005.

FILIPPO, D.; FERNÁNDEZ, M. T. Bibliometría: importancia de los indicadores bibliométricos. In: ALBORNOZ, M. (Eds.) **El estado de la ciencia: principales**

indicadores de ciencia y tecnología iberoamericanos/ interamericanos. Buenos Aires, Argentina: Artes Gráfica Integradas, 2002.

FIORIN, J. L. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.4, n.8, p.263-281, dez. 2007.

FONDIN, H. La Science de l'information ou le poids de l'histoire. **Les Enjeux de l'information et de la communication**, GRESEC, 2005.

FRANCELIN, M. M. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 49-66, maio/ago. 2004.

GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science**. USA: Pergamon Press, 1979.

GARVEY, W. D.; GRFFITH, B.C. Scientific Communication as a social system. In: GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science**. USA: Pergamon Press, 1979.

_____. Communication and information processing within scientific disciplines: empirical findings for psychology. **Information Storage and Retrieval**, v. 8, n. 3, p. 123-136, jun. 1972. Disponível em: <<http://infocuib.laborales.unam.mx/~mt12s01j/archivos/data/2/42.pdf>>. Acesso em 24 ago. 2013.

GERTLER, P.; MARTÍNEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L. B.; VERMEERSCH, C. M. J. **La evaluación de impacto en la práctica**. Banco Mundial, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTHDOFFICE/Resources/IEP_SPANISH_FINAL_110628.pdf>. Acesso em 20 nov. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GO, F. M. Globalization and Emerging Tourism Education Issues. IN: THEOBALD, W. (ed.). **Global tourism**. 3ª ed. USA: Buttlerworth-Heinemann/Elsevier, 2005.

GOMES, C. M. **Comunicação Científica: Cartografia e Desdobramentos**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GRACIO, M, C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. A inserção e o impacto internacional da pesquisa brasileira em “estudos métricos”: uma análise na base Scopus. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.5, n. 1, 2013.

GRIFFITH, B. C. Uderstanding Science: studies of Communication and Information. **Communication Research**, Philadelphia, v. 16, n. 5, p. 600-614, 1989.

GUEDES, V.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 7., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, 2005. Disponível

em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em 05 mar. 2011.

GUIMARÃES, V. A. L. **A comunidade científica da UFSCar e a comunicação da ciência: um estudo sobre o significado dos eventos científicos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), UFSCar, São Carlos, 2012.

HANARD, S. **Open Access**. Disponível em: <<http://www.eprints.org/openacc/>>. Acesso em 15 out. 2010.

HICKS, D. **The four literatures of Social Science**. Ed. Henk Moed, Kluwer Academic, 2004. Disponível em: <http://works.bepress.com/diana_hicks/16>. Acesso em 12 jan. 2013.

HJØRLAND, B. Domain Analysis in Information Science: Eleven Approaches – Tradicional as well as innovative. **Journal of documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, jan. 2002.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new Horizon in Information Science: Domain-Analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

HUG, S.; OCHSNER, M.; DANIEL, H-D. Criteria for assessing research quality in the humanities: a Delphi study among scholars of English literature, German literature and art history. **Research Evaluation**, v. 22, p. 369–383, 2013.

HURD, J. M. Scientific Communication: New Roles and New Players. **Science & Technology Libraries**, v. 25, n. 1/2, pp. 5-22, 2004.

_____. The Transformation of Scientific Communication: A Model for 2020. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 51, n. 14, p. 1279–1283, 2000.

JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. **Política y Sociedad**, v. 42, n. 1, p. 39-56, 2005. Disponível em: <www.ucm.es/BUCEM/revistas/cps/11308001/articulos/POSO0505130039A.PDF>. Acesso em 2 jan. 2009.

_____. La cientifización del turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires: Ciet, vol. 3, n. 1, jan. 1994.

_____; AASER, D. Tourism as the subject of doctoral dissertations. **Annals of Tourism Research**, Menomonie, v.15, p. 407-429, 1988.

_____; RITCHIE, J. R. B. Toward a framework for the tourism education. Problems and prospects. **Annals of Tourism Research**. Great Britain: Pergamon, v.8, n.1, p. 13-34, 1981.

JOBIM, J. L. Qualis e separação de áreas: problemas e perspectivas. **Revista Anpoll**, v. 1, n. 28, 2010.

KAC, G; PROENÇA, R.P. C.; PRADO, S. D. A criação da área "nutrição" na CAPES. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 24, n. 6. nov./dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732011000600011>. Acesso em 21 jun, 2016.

KIM, S-H. **Content analysis: Annals of Tourism Research & Journal of Travel Research**. Wisconsin: University of Wisconsin-Stout, 1998.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LARA, L. F. O ensino da Administração nos cursos de Turismo no Brasil e a formação do Turismólogo. **Turismo: Visão e Ação**, v. 12, n. 3, p. 277-298, 2010.

LARA, M. L. G. Termos e conceitos da área de Comunicação e Produção Científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, F. M da (org). **Comunicação e Produção Científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEIPER, N. Towards a cohesive curriculum in tourism: the case for a distinct discipline. **Annals of Tourism Research**, v. 8, n.1., p. 69-84, 1981.

LEITE, P.; MUGNAINI, R.; LETA, J. A new indicator for international visibility: exploring Brazilian scientific community. **Scientometrics**, 2011.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MACCARI, E. A.; LIMA, M. C. L.; RICCIO, E. L. Uso do sistema de avaliação da CAPES por programas de pós-graduação em administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 11, n. 25, p. 68-96, set./dez.2009.

MARRARA, T. Internacionalização da pós-graduação: objetivos, formas e avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, dez. 2007.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

MAZARO, R. Conocimiento Científico en Ciencias Sociales y Proposición de Modelos em Turismo. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 22, 2011.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JR., R. M. ScriptLattes: an open-source knowledge extraction system from the Lattes platform. **Journal of the Brazilian Computer Society**, v. 15, n. 4, p. 31-39, 2009.

MENANDRO, P. R. M. et al. Livros à mão cheia: o livro como veículo de produção acadêmica. **Psicologia USP**, v. 22, n. 2, 2011.

MENEGHINI, R. O projeto Scielo (ScientificElectronic Library onLine) e a visibilidade da literatura científica "Periférica". **Química Nova**, São Paulo, v.26, n.2, 2003.

MIRANDA, D. B.; PEREIRA, M. N. F. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da informação**, Brasília: IBICT, v. 25, n.3, p. 375-382, 1996.

MIRANDA, E. C. P. **Periódicos científicos de Turismo e Hospitalidade no Brasil: padrões de normalização**. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2012.

MIRANDA, E. C. P.; MUGNAINI, R. Scientific policy in Brazil: exploratory analysis of assessment criteria. In: International Society of Scientometrics and Informetrics Conference (ISSI), 14., 2013, Viena. **Anais...** Viena: ISSI, 2013.

MOESCH, M. M. **Epistemologia social do turismo**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. v. 1-2, 2004.

_____. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MUGNAINI, R. Avaliação da Produção Científica Nacional: Contextualização e Indicadores. In: POBLACIÓN, D.A et al. **Revistas Científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

_____. **Caminhos para a Adequação da Avaliação da Produção Científica Brasileira: Impacto Nacional versus Internacional**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MUGNAINI, R.; CARVALHO, T.; CAMPANATTI-OSTIZ, H. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. 1ªed.São Paulo: Angellara Editora, 2006, p. 313-340.

MUGNAINI, R.; DIGIAMPETRI, L. A.; MENA-CHALCO, J. P. Comunicação científica no Brasil (1998-2012): indexação, crescimento, fluxo e dispersão. **Transinformação**, Campinas , v. 26, n. 3, dec. 2014.

MUGNAINI, R.; PACKER, A.L.; MENEGHINI, R. Comparison of scientists of the Brazilian Academy of Sciences and of the National Academy of Sciences of the USA on the basis of the h-index. **Braz J Med Biol Res**, Ribeirão Preto, v. 41, n. 4, p. 258-262, abr. 2008.

MUGNAINI, R.; SALES, D. P. Mapeamento do uso de índices de citação e indicadores bibliométricos na avaliação da produção científica brasileira. In: ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Thesaurus, 2011.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.2, 2006.

_____. Literatura científica, comunicação científica e ciência da informação. In : TOUTAIN, L.M.B.B. (org.) **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. O impacto das tecnologias da Informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, v.23, n.3, p.309-317, 1994.

MULLER, S. P. M.; PASSOS, E. J. L. As Questões da Comunicação Científica e a Ciência da Informação (Introdução). In: _____. (Orgs.). **Comunicação Científica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. p. 13-22). Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1444/1/CAPITULO_QuestaoComunicacao.pdf>. Acesso em jan. 2015.

ODDONE, N.; GOMES, M. Y. F. S. de F. Os temas de pesquisa em ciência da informação e suas implicações político-epistemológicas. In: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 7., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, 2005. Disponível em: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/temas-de-pesquisa-em-cic3aancia-da-informac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2013.

OHIRA, M. L. B., SOMBRI, M. L. L. N., PRADO, N. S. Periódicos brasileiros especializados em biblioteconomia e ciência da informação: evolução. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon.**, Brasília, n.10, p.26-20, 2000.

OLIVEIRA, M.; MOTA, F. R. L.; ALVARADO, R. U. Comunidade científica e cientificidade da ciência da informação. . In: Congresso da BAD, 2004. **Actas...** Estoril, 2004. Disponível em: <<http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/631/629>>. Acesso em 24 de dez 2014.

OMOTE, S. Revisão por pares: Composição e avaliação de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 11, n. 3, p.323-334, 2005.

PACKER, A. et al. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v. 27, n. 2, 1998.

PACKER, A. L.; MENECHINI, R. Visibilidade da produção científica. In: POBLACIÓN, D.A.; WITTER, G. P. & SILVA, J. F. M. **Comunicação e produção científica: contexto indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.

PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **RBTUR**, v. 8, n. 1, 2014.

PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. G. **Cenários do turismo brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.

PESSANHA, C. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v. 27 n. 2, 1998.

POBLACIÓN, D; NORONHA, D. Produção das literaturas “branca” e “cinzenta” pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v. 31, n. 2, p. 98-106, maio/ago. 2002.

PRICE, D. J. de S. **O Desenvolvimento da Ciência: Análise Histórica, Filosófica, Sociológica e Econômica**. Tradução de Simão Mathias com a

colaboração de Gilda Maria Braga. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

RAYWARD, W.B. The origins of information science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

REJOWSKI, M. **Pesquisa científica em turismo no Brasil: comunicação, produtividade e posicionamento – Fase 2 (1990 a 2010)**. São Paulo: Universidade Anhembí Morumbi, 2010. (Relatório de pesquisa – processo CNPq nº 311757/2006-5)

_____. **Realidade das pesquisas turísticas no Brasil. Visão de pesquisadores e profissionais**. São Paulo – Tese (Livre Docência em Teoria do Turismo e do Lazer), Escola de Comunicações e Artes, USP, 1997.

_____. **Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional X situação brasileira**. Campinas: Papyrus, 1996.

RUSSO, M.; SANTOS, E. T. G.; SANTOS, M. J. V. C. **Produção Científica Brasileira: da comunicação à recuperação via WEB**. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/trab_mariza_ago2001.pdf>. Acesso em 28 fev. 2011.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SANDES-GUIMARÃES, L. V. de; DINIZ, E. H. Impacto e meia-vida de periódicos brasileiros da área de Administração. In: **Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, 4., Brasília, 2013.

SANTAREM, L. G. da S. **Caracterização dos pesquisadores em Tratamento Temático da Informação: um estudo da produção científica por meio da análise de domínio**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SANTOS, R. N. Produção científica: por que medir? O que medir?. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 22-38, jul./dez. 2003.

SANTOS, R. N.; KOBASHI, N. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.155-172, 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/21/43>>, acesso em 20 fev.2011.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. Perspectivas em ciência da informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCIELO BRASIL. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>, acesso em 05 mar. 2011.

SOLHA, K.; JACON, M. do C. M. **Avaliação de periódicos científicos da área de turismo: desafios na busca da qualificação**. In: Seminário da Associação

Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 6., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPTUR, 2009.

SONDERGAARD, T; ANDERSEN, J.; HJØRLAND, B. Documents and the communication of scientific and scholarly information revising and updating the UNISIST model. **Journal of Documentation**, v. 59, p. 278-320, 2003.

SOUSA, J. P. **Elementos da teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2ª ed revista e ampliada. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em 12 set 2016.

SOUZA, E. P.; PAULA, M. C. S. Qualis: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação CAPES. **InfoCAPES**, Brasília, v. 10, n.2, abr./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/bolsas/InfoCAPES1022002.pdf>>. Acesso em jan. de 2013.

SOUZA, R. F. Áreas do Conhecimento. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, 2004.

SPAGNOLO, F.; SOUZA, V. C. O que mudar na avaliação da CAPES? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, 2004.

SPINAK, E. Indicadores cienciométricos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998.

SPOLON, A. P. G. MOTODA, M. Novos caminhos da pesquisa acadêmica: a produção brasileira recente em turismo e hospitalidade. In: Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: ANPTUR, 2008.

STUMPF, I. R.C. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v.1 n.3, 1998.

SUBER, P. **A Very Brief Introduction to Open Access**. 2004. Disponível em: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/brief.htm>. Acesso em 12 ago. 2010.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pós-Graduação: uma experiência de avaliação entre a concorrência e a solidariedade. **Revista Contexto & Educação**, v. 24, n.81, p. 113-131, 2013.

TARGINO, M. das G. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.

TRIBE, J. The indiscipline of tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 24, p. 638-657, 1997.

_____. Tribes, territories and networks in the tourism academy. **Annals of Tourism Research**, v.37, n. 1, p. 7-30, 2010.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas: Papirus, 1998.

VANZ, S. A. de S. Estudos bibliométricos no campo da Comunicação: instrumentos de Administração de bibliotecas e centros de informação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VELHO, L. Modos de Produção de Conhecimento e Inovação Estado da Arte e Implicações para a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)**, Brasília, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/cbd/Documents/2010_nova_geracao.pdf>. Acesso em 16 ago. 2014.

_____. A ciência e seu público. **Transinformação**, v. 9, n. 3, p. 15-32, 1997.

VILARINHO, T. F.; MUELLER, S. P. M. A delimitação das Ciências Sociais para estudos quantitativos de artigos. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, ago. 2015.

VOLGGER, M.; PECHLANER, H. Interdisciplinarity, transdisciplinarity and postdisciplinarity in tourism and hospitality education. In: DREDGE, D.; AIREY, D.; GROSS M. J. (Ed.). **The Routledge Handbook of Tourism and Hospitality Education**. Londres e Nova York: Routledge, 2015.

WEITZEL, S. R. Fluxo da informação científica. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.

_____. E-PRINTS: Modelo da comunicação científica de transição. In: FERREIRA, S. M. S.; TARGINO, M. G. (Orgs.). **Preparação de revistas científicas**. São Paulo: Reichmannn & Autores, 2005.

WHITE, H. D.; McCAIN, K. W. Bibliometrics. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 24, p. 119-186, 1989.

XIAO, H.; SMITH, S. L. J. La génesis de la investigación turística. El análisis de una publicación de ciencias sociales. **Annals of Tourism Research en Español**, España, Universidad de les Illes Balears, v.8, n.1, p. 131-151, 2006.

ANEXOS

ANEXO I - TAXONOMIA DA CI - Oddone e Gomes (2005, p. 5)

01 – Aspectos teóricos e gerais da ciência da informação

Bibliometria, cienciometria, infometria

Biblioteconomia comparada

Biblioterapia

Conceitos de biblioteca

Ética e ciência da informação

Fundamentação epistemológica

História da arquivologia, da biblioteconomia, da documentação e da ciência da informação

História do livro e das bibliotecas

Interdisciplinaridade

Leis bibliométricas

Metodologia da pesquisa

Origem e evolução da ciência da informação

Pesquisa científica

Teoria dos sistemas

Teorias e conceitos de informação

Outras questões teóricas

02 – Formação profissional e mercado de trabalho

Avaliação de cursos

Currículo, metodologia e programa de ensino

Formação profissional

Profissional da informação

Profissões e mercado de trabalho

03 – Gerência de serviços e unidades de informação

Arquivos

Automação de unidades de informação

Avaliação de bases de dados

Avaliação e desenvolvimento de coleções

Avaliação de serviços e de unidades de informação

Balcão de informações

Consórcios

Compartilhamento de recursos

Comportamento gerencial

Custos

Estilos gerenciais

Gerência de recursos informacionais (GRI)

Gerência organizacional

Gestão da qualidade

Inteligência competitiva

Marketing

Monitoramento ambiental

Motivação

Pesquisa de mercado

Planejamento, organização e gerência de serviços e de unidades de informação

Processo decisório

Recursos financeiros

Recursos humanos

Serviços de extensão bibliotecária
Sistemas de informação gerencial
Estudos sobre outros serviços e unidades de informação

04 – Estudos de usuário, demanda e uso da informação e de unidades de informação
Caracterização e comportamento do usuário
Educação e treinamento de usuários
Hábitos de leitura
Necessidades de informação
Oferta, demanda e transferência de informação
Uso e impacto das novas tecnologias de comunicação e informação
Usos da informação e de unidades de informação

05 – Comunicação, divulgação e produção editorial
Atividade editorial
Avaliação de periódicos
Divulgação científica
Documentação científica
Editoração/publicação eletrônica
Estudos bibliométricos, cienciométricos e infométricos
Estudos da produção e da produtividade científica
Estudos de autoria
Estudos de canais, veículos, ciclos e modelos de comunicação
Estudos de citação
Estudos sobre fontes de informação
Indicadores de produtividade científica
Jornalismo científico
Literatura cinzenta
Normalização
Produção editorial de impressos
Produção do texto científico
Publicações oficiais

06 – Informação, cultura e sociedade
Alfabetização digital
Biblioteca, cultura e sociedade
Centros populares de documentação e comunicação
Democratização da informação
Inclusão/exclusão informacional
Informação, ação cultural e cidadania
Sociedade da informação

07 – Legislação, políticas públicas de informação e de cultura
Depósito legal
Direitos de propriedade intelectual
Economia da informação
Indústria e mercado cultural
Indústria e mercado da informação
Informação ambiental
Informação científica e tecnológica
Informação para indústria e negócios
Informação tecnológica
Política científica e tecnológica
Política cultural
Política de informação

Política de informação científica e tecnológica

Política editorial

Transferência de tecnologia

08 – Tecnologias da informação

Bases de dados

Bibliotecas virtual, digital e eletrônica

CD-ROM

Hipertexto e hipermídia

Mecanismos de busca (searchengines)

Redes eletrônicas de informação

Sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos (GED)

Sistemas especialistas

Sistemas para automação de unidades de informação

Tecnologias de inteligência competitiva

Outros sistemas e tecnologias de comunicação e informação

09 – Processamento, recuperação e disseminação da informação

Análise documentária

Catálogo/catalogação cooperativa

Classificação

Controle bibliográfico

Desenvolvimento de coleções

Elaboração de resumos

Indexação (manual e automática)

Linguagens documentárias

Normalização

Metadados

Preservação e conservação

Retirada e descarte

Recuperação da informação

Seleção e aquisição

Tesauros

Videotexto

10 – Assuntos correlatos e outros

Análise do discurso

Arquitetura da informação

Comunicação social

Design da informação

Informática

Linguística

Telecomunicações

ANEXO II- BORGMAN, C. L.; FURNER (2002) – Tabela de classificação dos estudos bibliométricos

Table 1: 7-facet scheme for the classification of bibliometric studies of scholarly communication

A. BEHAVIOR	A1. Writing
	A2. Linking
	A3. Submission
	A4. Collaboration
B. ORIENTATION	B1. Behavioral
	B2. Methodological
C. GOAL	C1. Description
	C2. Explanation
	C3. Prediction
	C4. Evaluation
D. LEVEL OF AGGREGATION	D1. Person
	D2. Group
	D3. Domain
	D4. Nation
E. SCOPE	E1. Non-comparative
	E2. Comparative
F. EXTENT OF TRIANGULATION	F1. Single-method
	F2. Multi-method
G. FORMAT	G1. Research paper: empirical
	G2. Research paper: theoretical
	G3. Literature review
	G4. Reference work

ANEXO III - ISO 3166-1 alfa-3

ABW	Aruba	GIB	Gibraltar	NLD	Netherlands
AFG	Afghanistan	GIN	Guinea	NOR	Norway
AGO	Angola	GLP	Guadeloupe	NPL	Nepal
AIA	Anguilla	GMB	Gambia	NRU	Nauru
ALA	Åland Islands	GNB	Guinea-Bissau	NZL	New Zealand
ALB	Albania	GNQ	Equatorial Guinea	OMN	Oman
AND	Andorra	GRC	Greece	PAK	Pakistan
ARE	United Arab Emirates	GRD	Grenada	PAN	Panama
ARG	Argentina	GRL	Greenland	PCN	Pitcairn
ARM	Armenia	GTM	Guatemala	PER	Peru
ASM	American Samoa	GUF	French Guiana	PHL	Philippines
ATA	Antarctica	GUM	Guam	PLW	Palau
ATF	French Southern Territories	GUY	Guyana	PNG	Papua New Guinea
ATG	Antigua and Barbuda	HKG	Hong Kong	POL	Poland
AUS	Australia	HMD	Heard Island and McDonald Islands	PRI	Puerto Rico
AUT	Austria	HND	Honduras	PRK	Korea, Democratic People's Republic of
AZE	Azerbaijan	HRV	Croatia	PRT	Portugal
BDI	Burundi	HTI	Haiti	PRY	Paraguay
BEL	Belgium	HUN	Hungary	PSE	Palestine, State of
BEN	Benin	IDN	Indonesia	PYF	French Polynesia
BES	Bonaire, Sint Eustatius and Saba	IMN	Isle of Man	QAT	Qatar
BFA	Burkina Faso	IND	India	REU	Réunion
BGD	Bangladesh	IOT	British Indian Ocean Territory	ROU	Romania
BGR	Bulgaria	IRL	Ireland	RUS	Russian Federation
BHR	Bahrain	IRN	Iran, Islamic Republic of	RWA	Rwanda
BHS	Bahamas	IRQ	Iraq	SAU	Saudi Arabia
BIH	Bosnia and Herzegovina	ISL	Iceland	SDN	Sudan
BLM	Saint Barthélemy	ISR	Israel	SEN	Senegal
BLR	Belarus	ITA	Italy	SGP	Singapore
BLZ	Belize	JAM	Jamaica	SGS	South Georgia and the South Sandwich Islands
BMU	Bermuda	JEY	Jersey	SHN	Saint Helena, Ascension and Tristan da Cunha
BOL	Bolivia, Plurinational State of	JOR	Jordan	SJM	Svalbard and Jan Mayen
BRA	Brazil	JPN	Japan	SLB	Solomon Islands
BRB	Barbados	KAZ	Kazakhstan	SLE	Sierra Leone
BRN	Brunei Darussalam	KEN	Kenya	SLV	El Salvador
BTN	Bhutan	KGZ	Kyrgyzstan	SMR	San Marino
BVT	Bouvet Island	KHM	Cambodia	SOM	Somalia
BWA	Botswana	KIR	Kiribati	SPM	Saint Pierre and Miquelon
CAF	Central African Republic	KNA	Saint Kitts and Nevis	SRB	Serbia
CAN	Canada	KOR	Korea, Republic of	SSD	South Sudan
CCK	Cocos (Keeling) Islands	KWT	Kuwait	STP	Sao Tome and Principe
CHE	Switzerland	LAO	Lao People's Democratic Republic	SUR	Suriname
CHL	Chile	LBN	Lebanon	SVK	Slovakia
CHN	China	LBR	Liberia	SVN	Slovenia
CIV	Côte d'Ivoire	LYB	Libya	SWE	Sweden
CMR	Cameroon	LCA	Saint Lucia	SWZ	Swaziland
COD	Congo, the Democratic Republic of the	LIE	Liechtenstein	SXM	Sint Maarten (Dutch part)
COG	Congo	LKA	Sri Lanka	SYC	Seychelles
COK	Cook Islands	LSO	Lesotho	SYR	Syrian Arab Republic
COL	Colombia	LTU	Lithuania	TCA	Turks and Caicos Islands
COM	Comoros	LUX	Luxembourg	TCO	Chad
CPV	Cabo Verde	LVA	Latvia	TGO	Togo
CRI	Costa Rica	MAC	Macao	THA	Thailand
CUB	Cuba	MAF	Saint Martin (French part)	TJK	Tajikistan
CUW	Curaçao	MAR	Morocco	TKL	Tokelau
CXR	Christmas Island	MCO	Monaco	TKM	Turkmenistan
CYM	Cayman Islands	MDA	Moldova, Republic of	TLS	Timor-Leste
CYP	Cyprus	MDG	Madagascar	TON	Tonga
CZE	Czech Republic	MDV	Maldives	TTO	Trinidad and Tobago
DEU	Germany	MEX	Mexico	TUN	Tunisia
DJI	Djibouti	MHL	Marshall Islands	TUR	Turkey
DMA	Dominica	MKD	Macedonia, the former Yugoslav Republic of	TUV	Tuvalu
DNK	Denmark	MLI	Mali	TWN	Taiwan, Province of China
DOM	Dominican Republic	MLT	Malta	TZA	Tanzania, United Republic of
DZA	Algeria	MMR	Myanmar	UGA	Uganda
ECU	Ecuador	MNE	Montenegro	UKR	Ukraine
EGY	Egypt	MNG	Mongolia	UMI	United States Minor Outlying Islands
ERI	Eritrea	MNP	Northern Mariana Islands	URY	Uruguay
ESH	Western Sahara	MOZ	Mozambique	USA	United States of America
ESP	Spain	MRT	Mauritania	UZB	Uzbekistan
EST	Estonia	MSR	Montserrat	VAT	Holy See (Vatican City State)
ETH	Ethiopia	MTQ	Martinique	VCT	Saint Vincent and the Grenadines
FIN	Finland	MUS	Mauritius	VEN	Venezuela, Bolivarian Republic of
FJI	Fiji	MWI	Malawi	VGB	Virgin Islands, British
FLK	Falkland Islands (Malvinas)	MYS	Malaysia	VIR	Virgin Islands, U.S.
FRA	France	MYT	Mayotte	VNM	Viet Nam
FRO	Faroe Islands	NAM	Namibia	VUT	Vanuatu
FSM	Micronesia, Federated States of	NCL	New Caledonia	WLF	Wallis and Futuna
GAB	Gabon	NER	Niger	WSM	Samoa
GBR	United Kingdom	NFK	Norfolk Island	YEM	Yemen
GEO	Georgia	NGA	Nigeria	ZAF	South Africa
GGY	Guernsey	NIC	Nicaragua	ZMB	Zambia
GHA	Ghana	NIU	Niue	ZWE	Zimbabwe

APÊNDICES

APÊNDICE I – Quadro comparativo de teorias

BORKO (1968) R. Taylor, “ <i>Professional Aspects of Information Science and Technology</i> ”, de 1966.	interdisciplinar	investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que controlam o fluxo da informação, e os meios de processar a informação para otimizar a acessibilidade e o uso. Está preocupada com o conteúdo de conhecimento relacionado com a origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.
LE COADIC (1996)	<p>- interdisciplinar</p> <p>- já se tornou uma ciência adulta, “que conta com uma definição do seu objeto de estudo, métodos, alguns conceitos básicos, leis fundamentais, etc. Enfim, refere-se cada vez mais à sua própria história, o que é sinal de sua maturidade</p> <p>- CI busca esclarecer um problema social concreto, o da informação, e está voltada para o ser social que busca informação, ela está no campo das Ciências Sociais.</p>	<p>uma ciência social rigorosa que se apoia em uma tecnologia também rigorosa. Tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, mais precisamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação, • e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso.
BARRETO (1998)	“conhecer e fazer acontecer o sutil fenômeno de percepção da informação pela consciência, percepção esta que direciona ao conhecimento do objeto percebido”	
FONDIN (2005) <i>Institute of Information Science, Reading</i> (GB) feita em 1977	Fenômenos relacionados à informação como geração, transmissão, transformação, acúmulo e armazenamento, ou seja, à natureza da informação e seus manifestos, são objetos de estudo da CI.	CI preocupa-se com a ciência, arte e prática de prover informação, particularmente, mas não exclusivamente, no apoio ao trabalho profissional e acadêmico. Para este fim, inclui o estudo da informação da sua geração à sua exploração, e sua transmissão, numa variedade de formas e através de vários canais.

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE II – Modelo da planilha classificação periódicos

Ordem	ISSN	Qualis_2010	Tit_2010	Estrato_2010	Qualis_2012	Tit_2010-2012	Estrato_2010-2012	Revisão corrigido/abreviado ou sigla	ADM	CON	TUR	ADMCONTUR	Outra (qual (IS)?)
1	0000-000X	2010	Desenvolve - Unilasal	C	2012	Desenvolve - Revista de Gestã	B3		ADM			ADMCONTUR	INT
2	0001-0782	2010	Communications of th	C								-	CCO
3	0001-4273	2010	Academy of Managen	A1				AMJ	ADM			ADMCONTUR	
4	0002-9637	2010	The American journal	C				AJTMH				-	MED
5	0003-6846	2010	Applied economics	C	2012	Applied economics	A1					-	ECO
6	0004-0592	2010	Archivos de zootecnia	C	2012	Archivos de Zootecnia	B1					-	ZOT
7	0007-070X	2010	British food journal	A2				BFJ				-	CAL
8	0007-1315	2010	British journal of soci	C				BJS				-	ECO, CPO
9	0008-3976	2010	Canadian journal of a	C								-	ECO, CAG
10	0008-4107	2010	Canadian journal of hi	C				CJH				-	HIS
11	0009-6725	2010	Ciencia e cultura	C								-	HUM
12	0010-4140	2010	Comparative political	C				CPS				-	CPO
13	0010-4655	2010	Computer physics cor	A1	2012	Computer physics communicati	A1					-	CCO
14	0010-5945	2010	Conjuntura economic	B5	2012	Conjuntura Economica (Rio de J	B5					-	ECO

cont.

Outra (qual (IS)?)	(NAC) ou estrangeira (EST)	INÍCIO PUBLICAÇÃO	EDITORIA	Idioma	OBS	Pais_Pub	ISSNs_alternativos	titulo
INT	NAC	2012	UNILASALLE	PT, IN, ES		BRA	2316-5537	
CCO	EST		Association	IN		USA		Communications of the ACM
	EST	1963	UNIV	IN		USA	1948-0989	Academy of Management journal
MED	EST		American Sc			USA		The American journal of tropical medicine and hygiene
ECO	EST		TAYLOR	IN		GBR	1466-4283_mar/46	Applied economics
ZOT	EST		Universidad	PT, IN, ES, I		ESP		Archivos de zootecnia
CAL	EST		EMERALD	IN		GBR		British food journal
ECO, CPO	EST		WILEY	IN		GBR	1468-4446	British journal of sociology
ECO, CAG	EST		WILEY	IN		CAN		Canadian journal of agricultural economics
HIS	EST		UNIV/OJS	IN, FR		CAN		
HUM	NAC		Sociedade B	PT		BRA	2317-6660	Ciencia e cultura
CPO	EST		SAGE	IN		USA		Comparative political studies
CCO	EST		ELSEVIER	IN		NLD		Computer physics communications
ECO	NAC		IBRE/FGV	PT		BRA	out/45	
SOC, HUM	NAC		Instituto de	PT, IN, ES	ACEIT SUB	BRA	1678-4588_nov/58	Dados
SOC, HUM	NAC		Centro Brasi	PT		BRA		
ENG	EST		UNIV	ES, IN		COL		Dyna

continuação.

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE III – Editoras dos periódicos de TUR

Universidades		Associações e conselhos	Pequenas editoras e consultores	Grandes editoras
Universidad de Murcia	FGV	ANPTUR/OJS	Anatolia	TAYLOR
UNIVALI /OJS	UNESP	Secretaria de Estado da Informação e Turismo	Átomo	ELSEVIER
Universidade Federal de Minas Gerais/OJS	Universidade de Aveiro	Centre for Enhancing Knowledge (CEK)	Editora Letra eImagem/OJS	EMERALD
Universidade Salvador – UNIFACS/OJS	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/OJS	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	Academia de Talentos Consultoria e Treinamento S/C Ltda.	SAGE
Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo/SCIELO	Universidade Federal do Paraná/OJS	Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos (CIET)	Global Tourism Consultoria e Treinamento	
Faculdade Estácio de Sá de Vitória/OJS	UESC	Sociedade Brasileira de Ecoturismo/OJS	eumed.net	
FEEVALE	Senac-RS/OJS		Portal Etur	
Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMéx) y del Centro de Investigación y Estudios Turísticos (CIETUR)/OJS	Universidade Federal de Alagoas (Brasil) e da Facultat de Turisme de la Universitat de Girona (Espanha)/OJS	CONDET (Consejo de Decanos y Directores de Unidades Académicas Relacionadas con la Enseñanza del Turismo)-Universidad Nacional del Comahue.	Isabella Editora, Design e Publicações Ltda.	
Universidad de La Laguna_ Instituto Superior da Maia/OJS	Universidade Federal de Pelotas/OJS			
Universidade Católica de Santos - UniSantos	Faculdade Central de Cristalina - FACEC			
Universidade Metodista de São Paulo - UMESP/OJS	Universidade de Caxias do Sul/OJS			
FACCAMP – Faculdade Campo Limpo Paulista /OJS	Texas A&M University			
Universidade Anhembi Morumbi/OJS	Universidade Nove de Julho - Uninove/OJS			
	USP/OJS			

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE IV – Produção de TUR em outras áreas

Outras áreas	EST	NAC	Total gera
GEO	22	59	81
MUL	9	29	38
CSO	6	20	26
INT	8	17	25
HUM	3	19	22
ECO	9	12	21
ENG	6	13	19
CSA	6	12	18
HIS		12	12
EDU	6	5	11
GEC		11	11
EFI	2	5	7
HUM, CSA	2	4	6
HUM/SAU/EDU/ENG		6	6
LET		6	6
CAM	3	2	5
SAU		5	5
PSI	3	2	5
SOC	1	4	5
MED	1	4	5
CPO, RIN		5	5
PSI, EDU		4	4
AGR		4	4
ART		3	3
SSO/PUR/DEM		3	3
HUM, CSA		3	3
LET, LIN		3	3
TEO		3	3
VET, ZOT		3	3
CCO, CSO		3	3
CAM, ENG	2		2
SOC, HUM		2	2
GEO, EST		2	2
PSI, INT		2	2
ARQ, URB		2	2
CPO	2		2
BIO	1	1	2
Sem dados	1		1
GEO, HUM		2	2
GEO/GEC		1	1
GEO, CAM, ENS		1	1
BDI		1	1
HIS		1	1
DIR, CSO		1	1
HIS/HUM		1	1
EXT	1		1
CCO, INT	1		1
PUR, AGR		1	1
HUM		1	1
CSO, EDU		1	1
ECO, DIR		1	1
GEO, HUM, ENG		1	1
ECO, ENG		1	1
ARQ		1	1
HUM, INT		1	1
CSA, HUM		1	1
HUM/LET/LIN/ART		1	1
PUR		1	1
ECO, SOC		1	1
PUR/DEM/CAM		1	1
ARQ, HIS	1		1
GEO, CSA	1		1
EDU		1	1
SOC, ANT		1	1
LET, HUM		1	1
SOC/HUM		1	1
EDU/ENS	1		1
GEO/CSA	1		1
LET/HUM/CSA		1	1
DIR, ECO, ENG		1	1
AGR, CAM		1	1
Total geral	99	318	417